FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 99 ★ Nº 33.067 TERÇA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 2019 R$ 5,00

Após 2 anos de impasse, STF vai rever 2ª instância

Julgamento de ações que contestam esse tipo de prisão ocorre na quinta; deputados pró-Lava Jato reagem

O Supremo Tribunal Federal marcou para quinta-feira (17) o julgamento de ações que questionam a validade da prisão de condenados em segunda instância, após dois anos de impasse.

Uma eventual mudança no entendimento da corte pode afetar uma das bandeiras da Lava Jato e beneficiar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), preso desde abril de 2018.

Desde 2016, o STF autoriza a execução da pena depois de confirmação da sentença por um órgão colegiado — Tribunais de Justiça ou Tribunais Regionais Federais.

Na Câmara, deputados, em defesa dos métodos da Lava Jato, reagiram ao anúncio feito pelo Supremo.

À frente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), Felipe Francischini (PSL-PR) convocou para hoje uma sessão extraordinária com o objetivo de debater uma Proposta de Emenda à Constituição que tornaria obrigatória a prisão em segunda instância.

Não se espera, porém, que o movimento dos parlamentares vá ter resultado imediato, pois a proposta não deve chegar com rapidez ao plenário. Poder A4 e A8

Economia segue errática, e apostas vão para 2020

Dados do terceiro trimestre indicam que a economia segue em trajetória errática, sem sinais de retomada consistente. Liberação do FGTS, queda de juros e reformas têm se mostrado insuficientes para recuperar a confiança. Economistas já põem as apostas em 2020. Mercado A19

Limite de compras em free shop sobe para US$ 1.000

Mercado A22

Sumio, Japão

Abdoulaye, Burkina Faso

Nduduzu, África do Sul

Mercedes, Nicarágua

Manier, Haiti

Mundo A14 e A15

Vida de imigrante

Reunidos pela Folha, estrangeiros contam como se adaptaram à rotina de São Paulo

Hakam, Síria

Maria, Portugal

Mour, Senegal

Fotos Bruno Santos/Folhapress

Governo propõe extinção de multa de 10% do FGTS

Governo enviará ao Congresso proposta no Orçamento de 2020 para extinguir multa de 10% que empresas pagam sobre saldo do FGTS em caso de demissão. Isso reduziria custo de contratação. Mercado A20

Para 86%, escola melhora se inclui alunos com deficiência

Pesquisa do Datafolha encomendada pelo Instituto Alana, voltado à defesa dos direitos da criança, indicou que, para 86% dos entrevistados, as escolas ficam melhores quando incluem alunos com deficiência.

Embora esteja sendo adotado no país, o modelo da escola inclusiva ainda enfrenta resistência, sobretudo entre famílias de pessoas com limitação mais grave, que alegam faltar preparo ao professor. Cotidiano B1

Trio leva Nobel por experimentos para aliviar pobreza

Os economistas americanos Michael Kremer, Abhijit Banerjee e Esther Duflo foram premiados por pesquisas de campo sobre pobreza e educação infantil em países como o Quênia e a Índia. Mercado A21

Ilustrada C1

Harold Bloom, crítico literário, morre aos 89

Mais notório crítico americano, autor de "O Cânone Ocidental" e defensor da superioridade de autores como Shakespeare, Dante, Cervantes e Tolstói, ficou conhecido por certa fúria nas análises, o que dividiu opiniões e o transformou em best-seller.

João Carlos Volotão/Folhapress

O professor de Yale em imagem de 1995

Mais longeva em SP, professora dá aulas há 41 anos

Cotidiano B2

Fila em creches da capital aumenta 282% até setembro

Cotidiano B1

Justiça ordena retomada forçada de 7 aviões da Avianca Brasil A24

Morre o performer e figurinista Patricio Bisso

Ilustrada C6

EDITORIAIS A2

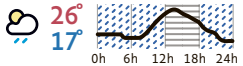
O preço do factoide
Sobre expectativa de ingresso do Brasil na OCDE.

Verossímil em demasia
Acerca de denúncias de tortura de presos no Pará.

ATMOSFERA B2

São Paulo hoje

26° 17°

0h 6h 12h 18h 24h

AUDIÊNCIA/MÊS

PÁGINAS VISTAS 184.413.027
VISITANTES ÚNICOS 26.549.259

ISSN 1414-5723

Pablo Ortellado

O exagero das forças externas

Em vez de insistir em conspirações que atribuem a vitória de Bolsonaro a fatores excepcionais externos, a oposição faria melhor se usasse esse recesso fora do poder para refletir sobre seus erros. Opinião A2

Equador vive dia de calma depois de recuo do governo

O acordo que levou ao recuo do governo sobre a alta dos combustíveis fez o Equador ter o primeiro dia sem protestos desde o início do mês. "Libertamos o país", disse o líder dos manifestantes. Mundo A13

No Twitter, Frota do PSDB é 'esquerdista' comparado ao do PSL B8

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PRESIDENTE Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartsman, Heloísa Helvécia, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez *(comercial)*, Marcelo Machado Gonçalves *(financeiro)* e Eduardo Alcaro *(planejamento e novos negócios)*

Laerte

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

O preço do factoide

Governo Bolsonaro sofre desgaste desnecessário devido à expectativa criada em torno da OCDE

O aparente atraso da entrada do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entidade que reúne 36 países da elite global, não tem maior significado prático. Se a ausência de um endosso claro dos EUA a tal pretensão causou surpresa, isso se deu pela expectativa exagerada criada pelo governo.

O suposto apoio, afinal, foi vendido como resultado da ida do presidente Jair Bolsonaro (PSL) a Washington, em março, após encontro com o congênere Donald Trump.

Esse aval teria como contrapartida promessas de liberalização por parte do Brasil na Organização Mundial do Comércio, incluindo a disposição de abrir mão em negociações futuras do tratamento diferenciado concedido a países em desenvolvimento —o que não ocorreu até agora, ressalte-se.

Entretanto o entendimento não era tão firme, ou tão urgente, como restou provado pela carta enviada pelos Estados Unidos à OCDE.

No documento, o governo americano reiterou o apoio as candidaturas de Argentina e Romênia. Reafirmou, além disso, a oposição à ampliação mais rápida do número de membros antes que mecanismos de governança sejam fortalecidos, de modo a evitar inchaço e paralisia decisória.

A posição se mostrou mais restritiva que o esperado, em contraposição até ao cronograma proposto pela própria organização para a adesão de cinco países (além dos dois mencionados, seriam incluídos Brasil, Peru e Croácia).

Deve-se considerar ainda a hipótese de descompasso entre os EUA e os europeus, que desejam incluir mais países do continente.

Seja como for, mesmo que não represente uma oposição direta ao Brasil, a atitude resulta em desgaste desnecessário. Se estivesse menos preocupado em criar factoides, o governo brasileiro deveria ter sido o primeiro a destacar que a adesão seria lenta.

Uma vez oficializada a candidatura, o que foi feito em maio de 2017, na gestão de Michel Temer (MDB), o ingresso pode levar até cinco anos —e depende da adoção de numerosas reformas para aproximar a governança do país das melhores práticas internacionais.

Quanto a isso, há progressos. Segundo o secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guaranys, a aderência aos protocolos cresceu de 35 para 82. A pauta não se resume à economia, abarcando temas como o meio ambiente e o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Importa que se prossiga nos avanços, que levarão naturalmente o Brasil a uma condição de maior dinamismo e destaque no cenário internacional. A entrada na OCDE, longe de ser requisito para o progresso, deve ser consequência.

Verossímil em demasia

Denúncias de tortura de presos no Pará não podem ser tratadas com desdém pelas autoridades

Há pouco mais de dois meses, o massacre de 62 detentos em um presídio do Pará expôs o descalabro do sistema penitenciário daquele estado, que não se limita à infame superlotação.

No local onde se deu a chacina, 343 presos se apinhavam em 163 vagas; detentos de diferentes regimes conviviam no mesmo espaço; os agentes eram insuficientes; faltavam enfermaria, biblioteca, oficinas de trabalho e salas de aula.

No fim de julho, na esteira do morticínio, o ministro da Justiça, Sergio Moro, autorizou o envio da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária ao Pará, cuja presença foi prorrogada até o fim deste mês.

Com mandato para atuar em 13 unidades do estado, o grupo tem como função “coordenar ações das atividades dos serviços de guarda, de vigilância e custódia de presos”.

Mas, em vez agir para enfrentar a precariedade vigente, a força-tarefa parece ter colaborado para tornar a situação dos presos ainda mais acabrunhante. Na semana passada, o Ministério Público Federal denunciou uma série de episódios de tortura que teriam sido perpetrados por agentes do grupo.

O documento, que se estende por 158 páginas, baseia-se em vídeos e fotos, além de depoimentos de detentos, parentes de presos, servidores, representantes da OAB e do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Constam nele práticas hediondas, como empalamento utilizando um cabo de espingarda, perfuração dos pés com pregos, espancamentos com cassetete, uso reiterado de balas de borracha e spray de pimenta nos aprisionados, bem como disparos de arma de fogo.

Numa penitenciária feminina, detentas nuas ou em peças íntimas teriam sido obrigadas a ficar sentadas sobre um formigueiro; uma delas, grávida, teria abortado após ser espancada.

No início do mês, a Justiça Federal do Pará, acatando pedido do MPF, afastou cautelarmente o coordenador da força-tarefa, Maycon Cesar Rottava.

Foram outras as reações dos responsáveis últimos pela operação, Sergio Moro e o presidente Jair Bolsonaro (PSL). O primeiro buscou desqualificar as denúncias, tachando-as de inconsistentes. O segundo afirmou que se tratava de besteira.

Infelizmente, é elevado o grau de verossimilhança nos relatos que descrevem os atos de barbárie. A reação indiferente das autoridades é descabida em uma democracia que zela pelos direitos humanos.

Os santos e a ciência

Hélio Schwartsman

SÃO PAULO Compreendo que organizações religiosas precisem eleger modelos de vida virtuosa e mostrá-los conspicuamente aos fiéis, para que tentem imitá-los. É nesse contexto que se explicam santos, mártires, “stáriets”, taumaturgos e iluminados.

Não tenho nada contra a santificação de Irmã Dulce, que me parece mesmo uma figura simpática. Devo, porém, dizer que me incomoda o verniz científico que o Vaticano tenta imprimir aos processos de canonização, vinculando-os a milagres que passam pelo crivo de comissões de médicos e cientistas, incumbidas de atestar que o fenômeno não tem explicação natural. Há aí uma confusão epistemológica. Não encontrar uma explicação é muito mais uma medida de nossa ignorância do que a certeza de uma interferência sobrenatural.

Chega a ser suspeito o fato de que a maior parte dos milagres modernos venha da medicina, campo em que reina a incerteza. O diagnóstico inicial estava certo? Componentes psicológicos influíam no quadro do paciente? Em que medida a remissão de um tumor, por exemplo —algo que todos os grandes hospitais registram com doentes de todas as religiões e ateus—, pode ser considerada milagrosa? Por que nunca vimos uma cura que calaria a boca de todos os céticos, como a regeneração de um membro amputado?

E, se quisermos levar o espírito de porco da ciência mais longe, podemos questionar até as motivações dos santos. Suas boas ações são fruto de altruísmo genuíno ou apenas um instrumento para conquistar um lugar no paraíso? Mesmo que descartemos essa última hipótese, a ciência mostra que ajudar pessoas libera neurotransmissores que produzem a sensação de bem-estar, o que também pode ser interpretado como uma motivação egoísta. Isso, é claro, se acreditarmos no livre-arbítrio, sem o qual não existe santidade, mas que a ciência vê com desconfiança.

É melhor para a religião manter os santos longe do escrutínio da ciência.

helio@uol.com.br

O pêndulo da história

Ranier Bragon

BRASÍLIA Receba minhas condolências se você foi um dos que acreditaram na lorota do capitão que, 28 anos depois de chefiar um clã suspeito de abrigar funcionários-fantasmas, rachadinhas, checões do Queiroz e outras mutretas, chegaria para acabar com toda essa safadeza aí.

Esse conto do vigário fica mais evidente quando se constata que é justamente no governo e sob o beneplácito de Jair Bolsonaro que o Supremo Tribunal Federal parece ter encontrado força política para o acerto de contas com a maior operação anticorrupção do país, a Lava Jato.

O pêndulo da história se moveu e, por uma série de fatores, ministros se veem agora seguros para confrontar a Mãos Limpas brasileira e seus evidentes abusos, cometidos sob a guarida de seus inegáveis méritos.

Bolsonaro queda-se mudo, feliz com a liminar do tribunal que barrou as investigações contra o filhote Flávio —e que afetou outras, por tabela, mas se o filé mignon da prole está garantido, que se dane o resto.

Nesta quinta (17), o STF inicia a sessão que pode rever a permissão de prisão após a segunda instância. O atual entendimento da corte é um marco contra a impunidade, mas essa não é um mera questão legal.

Personagem de 9 a cada 10 frases de bolsonaristas e preso há 556 dias, o ex-presidente Lula pode se beneficiar tanto dessa reviravolta quanto do julgamento, em breve, da suspeição de Sergio Moro —ex-manda-chuva da Lava Jato e hoje bolsonarista— na condução de seu caso.

Há fortes indicativos de que Lula recebeu favores imorais nos casos do tríplex do Guarujá e do sítio de Atibaia. Como qualquer um, porém, merecia julgamento imparcial e punição condizente com o delito, caso provado. Os atos processuais e os indícios de conluio entre Moro e acusadores revelados pela Vaza Jato mostram cenário diverso e expõem ainda mais o exagero da pena aplicada pelo ex-juiz (9 anos e meio) e reajustada pelo lava-jatista TRF-4 (12 anos). Ao que tudo indica, aproxima-se a hora do acerto de contas entre o Supremo, Lula e a Lava Jato.

A cruzada dos marombados

Alvaro Costa e Silva

RIO DE JANEIRO Na sexta-feira (11), dois deputados marombados —um estadual, outro federal— invadiram o colégio Pedro 2º, em São Cristóvão, com a desculpa de fazer uma vistoria. Segundo eles, tratava-se de “uma nova cruzada pela educação”. Como não tinham autorização para inspecionar o local, o reitor Oscar Halac tentou impedir a entrada dos dois na instituição fundada em 1837. Eles insistiram e, armados com celulares, fizeram imagens de crianças, também sem autorização.

No melhor estilo Festival de Besteira que Assola o País, o marombado federal tentou se explicar: “Tiramos fotos de vários locais: de murais, de infiltrações, de salas de aula que tivessem livros ou qualquer coisa também. Nosso intuito não é ideologia. Contudo, se for visto ideologia, é evidente que também iremos catalogar e levar ao ministério para que eles também possam tomar medidas, caso haja medidas a serem tomadas”.

Pelo discurso incoerente e mal construído, o invasor faria melhor se voltasse aos bancos escolares. Mas preferiu parar em frente a um mural e questionar um cartaz com referência a mortes de crianças a tiro nas favelas. O diálogo travado a seguir foi puro Twitter. Reitor: “O número de mortes está imenso no Rio”. Marombado: “De bandido”. Reitor: “Mas tem criança de oito anos que não pode ser bandido”. Marombado: “Já fez a perícia?”. Reitor: “Pra saber se ela é bandida?”. Marombado: “Não, para saber se ela foi morta por policiais”.

Ambos foram expulsos pelos alunos, que improvisaram um coro: “Ô, Marielle, quero justiça, não aceitamos deputado da milícia”. Explica-se: os marombados são aqueles que, em setembro do ano passado, durante um comício, quebraram uma placa em homenagem à vereadora.

Se gostassem de ler e não de puxar ferro, eles conheceriam a obra de Nelson Rodrigues, para quem o aluno do Pedro 2º “é a única sanidade mental do Brasil”.

Forças externas

Pablo Ortellado

Professor do curso de gestão de políticas públicas da USP, é doutor em filosofia. Escreve às terças

O discurso político da oposição foi tomado por diagnósticos sobre a ascensão de Bolsonaro que superdimensionam os fatores externos. Mesmo sendo pouco críveis, essas explicações se tornaram as interpretações dominantes sobre o sucesso da nova direita.

Embora diferentes entre si, têm em comum o fato de atribuir o sucesso eleitoral do presidente a superpoderes ou a violações das regras do jogo que desorganizariam a ordem natural das coisas, isto é, o sucesso eleitoral da esquerda.

Elas podem reivindicar superpoderes tecnológicos, como a alegação de que foi uma atuação clandestina da Cambridge Analytica ou disparos em massa de WhatAspp que desestabilizaram a eleição presidencial.

Não há nenhum indício de que a Cambridge Analytica ou alguma das empresas que a sucederam tenham atuado no Brasil. Além disso, há grande descrença entre especialistas na real efetividade do modelo de anúncios segmentados com base em perfis psicológicos. Finalmente, o modelo empregado nas eleições americanas não pode ser reproduzido fora do Facebook —e os gastos com publicidade eleitoral no Facebook são públicos e foram muito reduzidos.

A mesma coisa se pode dizer dos disparos de WhatsApp. Embora o esclarecimento sobre seu uso nas eleições tenha implicações para a justiça, por ser ilegal, é bem pouco provável que o expediente tenha tido um efeito eleitoral relevante, seja porque spam no WhatsApp é caro e ineficaz, seja porque amostras desse tipo de propaganda recolhidas por pesquisadores não mostraram nenhum conteúdo bombástico que pudesse virar o jogo.

Restam ainda as explicações sobre violações nas regras do jogo eleitoral, como o fato de que foi a desinformação que garantiu a vitória a Bolsonaro ou ainda a ridícula tese de que Bolsonaro forjou a facada para gerar simpatia e se afastar dos debates.

Embora desinformação tenha seguramente circulado em grande quantidade no Whats App e pesquisas de opinião tenham mostrado o seu alcance, pouco sabemos sobre sua capacidade de mudar votos e nada indica que aquelas que foram propagadas pela direita tenham tido mais efetividade do que as que foram propagadas pela esquerda.

Em vez de insistir em explicações conspiratórias que atribuem a vitória de Bolsonaro a fatores excepcionais externos, a oposição faria melhor se aproveitasse esse recesso fora do poder para refletir sobre os seus erros, assim como sobre os acertos da nova direita que conseguiu se conectar com a população e jogá-la contra uma esquerda apresentada como corrupta, inepta e elitista.

po.ortellado@gmail.com

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Propósito das empresas é servir à sociedade

Não se engane: só sobreviverá quem se transformar

Silvio Dulinsky
Membro do comitê executivo do Fórum Econômico Mundial e formado em administração de empresas (USP, Iese e Universidade Stanford)

A ONU e o Fórum Econômico Mundial organizaram recentemente, em Nova York, duas conferências complementares para abordar os urgentes desafios de sustentabilidade.

Um grupo de 87 grandes empresas de todo o mundo (dentre elas 3 brasileiras) assumiu compromissos de metas climáticas baseadas em dados científicos alinhados com o Acordo de Paris. Não fazem isso por serem boas samaritanas. Líderes nos seus respectivos setores, essas companhias são conscientes que somente uma pequena fração das empresas que lideravam a economia global há uma geração continuam sendo líderes hoje. Portanto, se quiserem continuar sendo relevantes, devem se transformar continuamente. As empresas que vão comandar a economia da geração "Greta Thunberg" necessitam desenvolver modelos de negócio com um impacto ambiental e social muito mais positivo que a situação deplorável deste final de década (perdida?).

O setor empresarial brasileiro, atuando em um país com enormes desafios sociais e com sua intrínseca dependência de recursos naturais, tem muito a ganhar e a perder nos próximos 20 anos. Não é por falta de hábeis competidores globais que as nossas empresas deixarão de correr o risco de virem a ser meros coadjuvantes na sua própria casa. As empresas mais inovadoras e ousadas do mundo estão abraçando o desafio da sustentabilidade como uma oportunidade estratégica central. Há vários anos que conselhos de administração visionários vêm incorporando este tema nos seus mecanismos de governança corporativa. No Brasil, temos alguns escassos e honrosos exemplos de empresas com um inabalável compromisso com a sociedade, contudo longe da necessidade e do potencial do nosso país.

Numa sociedade livre, as empresas existem por decisão de pessoas livres para atender uma necessidade concreta. Nesse processo obtêm lucro e remuneram o capital dos seus investidores. Uma sólida saúde financeira é necessária para permitir o seu crescimento e investimentos em inovação. Empresas devem ser rentáveis para ser parte da solução — e não do problema. Mas não nos enganemos: o propósito das empresas é servir a sociedade. A única maneira de vencer desafios tão complexos e estruturais como minimizar a mudança climática, diminuir a desigualdade social e melhorar a educação e a saúde é continuar transformando as empresas para que sigam sendo o motor de desenvolvimento da sociedade, como têm sido desde princípios do século 19.

Sustentabilidade para as empresas não se trata apenas de melhorar suas práticas ambientais. O verdadeiro desafio estratégico é se adaptar rapidamente às mudanças da sociedade, que demandam um melhor desempenho ambiental e social de parte das grandes corporações. Líderes empresariais não podem se permitir a simplesmente reagir frente aos movimentos dos concorrentes mais inovadores. Devem liderar o processo de transformação das suas empresas, preparando-as para um futuro cada vez mais desafiador.

Um mundo que em poucas décadas contará com 10 bilhões de pessoas é um sistema muito complexo. Atualmente consumimos em sete meses os recursos que o planeta pode suprir de maneira sustentável por todo um ano. Tensões sociais de toda índole são cada vez mais presentes na vida de todos.

Frente a esses desafios necessitamos de uma capacidade de inovação e de execução, que somente a colaboração entre o setor público e o privado poderá tornar realidade. Para isso precisamos de líderes empresariais com uma visão ambiciosa que vá além de acumular capital. Empresários que utilizem a sua posição privilegiada para inspirar milhões de trabalhadores fazendo a coisa certa, da maneira certa.

Paulo Branco

Não há Justiça sem freios ao arbítrio

Na lei do abuso de autoridade, o cidadão prevalece

Daniella Meggiolaro Paes de Azevedo
Ana Carolina Moreira Santos
Advogada criminalista, presidente da Comissão Especial de Direito Penal da OAB-SP e vice-presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD)
Advogada criminalista e vice-presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB-SP

Como explicar o desconforto gerado pela lei do abuso de autoridade nas instituições que têm, justamente, a responsabilidade de aplicar a lei e garantir direitos? Afinal, se há uma qualidade a ser destacada no texto aprovado recentemente pelo Congresso é a sua capacidade de colocar limites à atuação de agentes públicos que fazem da Justiça um instrumento de concretização de ideais pessoais e subjetivos, ao arrepio da segurança jurídica do país.

Exemplos não faltam para ilustrar o estado de coisas que a nova lei enfrenta. Nas audiências de custódia, que recentemente foram alvo de um amplo estudo por parte do IDDD (Instituto de Defesa do Direito de Defesa), juízes ignoram as previsões legais e decretam prisão provisória de maneira generalizada, além de negligenciarem ilegalidades cometidas durante o flagrante, como é o caso da tortura.

Em seu exercício profissional, advogados são impedidos de acessar procedimentos de seus constituintes, juízes negam despachos relacionados a medidas urgentes, empecilhos são interpostos para a realização de entrevistas reservadas com clientes presos. Muitas vezes, essas violações extrapolam a prerrogativa profissional para atingir, pessoalmente, a figura dos advogados — como ocorre nas revistas constrangedoras em fóruns e presídios, a exemplo do caso da advogada paulista Lucieli Regina da Silva, detida ao utilizar um absorvente interno durante visita a um cliente preso.

Autoridades que já se manifestaram contrariamente à nova lei afirmam que ela estipula tipos penais abertos. Vale salientar que instituições historicamente comprometidas com a redução do alcance do direito penal foram contrárias a propostas anteriores sobre o mesmo tema e que, de fato, estavam marcadas pela imprecisão. Não é o caso do texto aprovado — e que, aliás, é fruto de um intenso debate público no Congresso. É importante notar que os tipos penais abertos não são novidade em nosso ordenamento e isso nunca incomodou o Ministério Público ou o Judiciário. De qualquer forma, como é natural, a jurisprudência acomodará as situações fáticas às hipóteses legais, e isso de maneira alguma diminui a importância democrática da lei.

Outra crítica é a de que os problemas que o texto endereça já eram resolvidos por meio de recursos, mas é importante separar condutas. A nova lei não tem como alvo a mera controvérsia jurisdicional — os chamados crimes de hermenêutica—, mas sim as ações que desrespeitam pilares da democracia, como os princípios da legalidade e da dignidade. Não estamos falando de trivialidades, mas de violações graves, que ferem de morte o Estado democrático de Direito.

Percebe-se, ainda, um rechaço particularmente eloquente aos dispositivos que versam sobre as prerrogativas da advocacia. Não é demais reforçar o óbvio: esse tipo de abuso é também uma violação ao direito fundamental à ampla defesa. Em um contexto em que a advocacia, sobretudo em âmbito criminal, é rotineiramente confundida com a figura da pessoa assistida, a proteção trazida pela nova lei é mais do que necessária — é urgente.

Em entrevista a esta **Folha**, o procurador Fábio da Nóbrega afirmou que os dispositivos da nova lei gerarão "intranquilidade" ao MP e ao Judiciário. Intranquila é uma sociedade fadada a conviver com os abusos de poder que emanam daqueles que possuem o monopólio da força e do direito de punir. Intranquila é uma sociedade que criminaliza o trabalho da advocacia. A lei do abuso de autoridade, nesse sentido, faz prevalecer a autoridade de quem de fato a detém: o cidadão.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Aborto

Lamentável que um médico com acesso às evidências científicas afirme que o aborto não é problema de saúde pública ("Ativismo pró-aborto", Tendências/Debates, 14/10). Vivemos um momento muito perigoso, no qual pessoas se baseiam na misoginia para respaldar seu discurso. E um ginecologista, que deveria estar ao lado das mulheres.
Olimpio Barbosa de Moraes Filho, professor-adjunto da Universidade de Pernambuco, presidente da Comissão de Pré-Natal da Febrasgo e membro da Câmara Técnica de Ginecologia e Obstetrícia do CFM (Recife, PE)

*

O doutor Raphael Parente se esquece de citar que é delegado do Instituto Liberal de São Paulo, instituição devotada à pregação das ideias da direita. Seu artigo, como sua conhecida atividade na militância antidescriminalização do aborto, é, antes de tudo, ideológico. Seus argumentos "científicos" não resistem a uma análise acadêmica séria.
Sérgio Rosemberg, médico (São Paulo, SP)

*

Um problema de saúde pública não é o aborto, mas a falta de maternidade e de paternidade responsáveis. Homens e mulheres querem ter seu prazer sexual atendido, mesmo que não tenham se prevenido para isso. Há cerca de 44 mil pretendentes à adoção no país, mas já existem crianças depositadas nos abrigos esperando encontrar uma família para chamar de sua. Nos abrigos, essas crianças já não são filhas. Algumas delas jamais serão.
Ivone Maria de Lima Jaime, membro do Grupo de Incentivo e Apoio à Adoção da Região de Ourinhos (Ourinhos, SP)

Militares

Muito me surpreende a **Folha** estampar na manchete de 14/10 "Número de militares sobe em 30 órgãos do governo". Qual seria o problema? Não são cargos de confiança? E, sendo o presidente egresso da carreira militar… Sou leitora da **Folha** há 40 anos e não me lembro de ver tal levantamento em relação ao governo do PT e aos sindicalistas que ocuparam tais cargos.
Silvana Lima Górniak (São Paulo, SP)

Regalias

Quero ver se essa cambada vai ter coragem de pedir que os lascados apertem o cinto ainda mais ("Presidente do STJ muda regra e amplia regalia de classe executiva para magistrados", Poder, 14/10). Enquanto você, espoliado pagador de impostos, economiza para beber uma cerveja com um frango a passarinho no boteco, os superioristas bebem vinhos premiados e comem salmão. E são os maiores salários da República
Vicente Alfredo de Paula Rodrigues (Brasília, DF)

Santa Dulce

Os três maiores problemas do Brasil são o desemprego, o tráfico de drogas e a corrupção. Isso tudo leva à violência urbana, à desagregação familiar e aos péssimos serviços prestados pela administração pública. E aí vem o arcebispo de Aparecida dizer, em pleno Dia de Nossa Senhora, que a direita é violência e ódio? Com isso, mostra desconhecimento da realidade e falta de compromisso com os cidadãos e destrói alguma chance de a igreja ganhar credibilidade.
Andre Coutinho (Campinas, SP)

Folhinha

Adorei ("11 livros para ler antes de crescer", Folhinha, 12/10). Agora fica faltando a lista de games para jogar antes de crescer.
Mario Bertini (Uberlândia, MG)

Produção cultural

Em relação ao texto de Ruy Castro de 13/10 ("A tutela do Estado"), lembro que, se, entre 1964 e 1985, boa parte da produção cultural vivia do mercado, esse não era o caso do cinema, que muito dependia da Embrafilme. A estatal, criada pelos militares, financiou filmes de 1969 a 1990, que, ironicamente, eram censurados ou mutilados pela censura do próprio regime.
Alexandre Carvalho (Registro, SP)

Ciro

Ciro busca a sua consolidação junto ao amplo eleitorado ("Huck não tem experiência; chega de mandar estagiário para a Presidência", Poder, 13/10). Com um discurso inquestionável e corajoso, deixa clara a sua meta de, antes de tudo, propor ao país um projeto factível, amplo e que tem pé e cabeça.
Robson M. Silveira (São Paulo, SP)

*

A **Folha** outra vez nos brinda com uma entrevista de um político ultrapassado, que insiste em ideias e conceitos que só produziram maus resultados no passado. Ciro só faltou dizer que se acha o único candidato viável à Presidência em 2022.
Antônio Carlos Romeu Fogaça (São Paulo, SP)

CPAC

Que "comovente" a imagem de Onyx Lorenzoni afagando Eduardo Bolsonaro. Que lindo… Já a ministra Damares Alves parece uma Polyana com os óculos do Doutor Pangloss. O pior cego é aquele que não consegue exergar a realidade. Quatro, oito, 12 anos… Que piada! (Governo Bolsonaro 'vai dar tão certo que vamos ficar 4, 8, 12 anos', afirma Damares", Poder, 13/10).
Ricardo Pedreira Desio (São Paulo, SP)

*

A conferência conservadora tupiniquim do Cone Sul foi um fracasso. Em nada se assemelhou à sua suposta inspiração de 1974, que reuniu Nixon, Ford e Reagan. Frustração de público e agenda. Nem mesmo o presidente, que encarnaria a glória do evento, deu o ar da graça. Não passou de um convescote da militância e da imprensa bolsonarista sobre base ideológica incerta.
Jorge Neto (Areia, PB)

Saneamento

A narrativa sobre a privatização do saneamento é reducionista (Empresas de saneamento podem render até R$ 140 bi", 13/10). Parte de um pressuposto falso ao dizer que a privatização levará substanciais recursos ao setor. Desconsidera a tendência mundial que aponta para o arrependimento de municípios que optaram pela privatização. Afinal, saneamento é para investidores ou é um direito humano?
Léo Heller (Belo Horizonte, MG)

Colunista

Antonio Prata é o bálsamo dos domingos. Suas colunas sempre são motivo de reflexão. Com "Nem toda unanimidade é burra" (Cotidiano, 13/10), não foi diferente. De fato, o mundo está vivendo em cima de "likes" e de "coraçõezinhos". Com isso alimentamos a mediocridade e a brevidade das coisas. O youtuber de hoje será um mero desconhecido amanhã. Venha logo, meteoro!
Adauto Levi Cardoso (Sorocaba, SP)

Popó

À época de Antonio Carlos Magalhães, muitas dessas figuras prosperaram na política (Mônica Bergamo, Ilustrada, 13/10). Mas, para a tristeza de Popó, os tempos são outros. Daí sua decepção com a política. Mas a recíproca é verdadeira: a completa decepção da política com Popó.
Ricardo Mello (Goiânia, GO)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

OPINIÃO (13.OUT., PÁG. A2) Diferentemente do publicado na coluna "No mundo dos sonhos", Sidarta Ribeiro atualmente é vice-diretor, e não diretor, do Instituto do Cérebro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CIÊNCIA (13.OUT., PÁG. B8) Por erro da Redação, no texto "Um Nobel para chamar de nosso", o nome do ex-presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, foi trocado pelo do repórter que noticiou seu Nobel em 2016.

poder

PAINEL

Daniela Lima
painel@grupofolha.com.br

O teto é o limite

A ofensiva de deputados para antecipar debate sobre proposta de emenda constitucional que autorize prisão após condenação em segunda instância nesta terça (15), antes do STF, foi vista com ceticismo por membros da corte. Mesmo que passe pela primeira fase na Câmara, é pouco provável que o tema avance, apostam, dado que muitos parlamentares são alvos de ações judiciais. O cálculo é que a bancada pró-detenção teria cerca de 200 votos no plenário, insuficientes para aprovar uma PEC.

NO PAPEL Deputados dizem ter 65% dos votos na Comissão de Constituição e Justiça para dar início à proposta de mudança constitucional que poderia eliminar dúvidas futuras sobre a interpretação do texto. Lavajatistas creem que, com isso, podem pressionar o STF a manter o atual entendimento, que permite a prisão, no julgamento desta semana.

HÁ MAIS COISAS... O tema, que já provoca controvérsia, promete ganhar novas camadas durante a discussão no STF. O ministro Ricardo Lewandowski, por exemplo, levou ao plenário dezenas de casos sobre a detenção em segunda instância que nada têm a ver com a Lava Jato. Ele apresentou o pacote aos colegas na última sessão colegiada.

...ENTRE O CÉU E A TERRA Os casos selecionados por Lewandowski demonstram a complexidade do debate. Há entre eles, por exemplo, réus que foram inocentados na primeira instância, mas condenados na segunda —estes teriam, portanto, apenas um veredito negativo, não confirmado por instância revisora.

FORÇA DO EXEMPLO O ministro Sergio Moro (Justiça) tem usado como argumento a parlamentares que, não apenas condenados pela Lava Jato poderiam ser beneficiados pela mudança, mas também estupradores e assassinos.

PENSE OUTRA VEZ Ministros do STF favoráveis à revisão da interpretação dizem, porém, que dificilmente pessoas condenadas em primeira instância por crimes graves estariam em liberdade até a análise final do processo e que, por isso, a tese de Moro seria fraca.

ARREGO O governo federal espera que os municípios atingidos pela mancha de óleo no Nordeste peçam o reconhecimento do estado de emergência para liberar recursos da União e a ação da Defesa Civil Nacional. Até agora só Sergipe fez o pedido, que deve sair nos próximos dias, para atendimento em sete cidades.

VAI E VOLTA Membros do PSL constataram que há no STF ministros dispostos a acatar tese de que ex-integrantes do Tribunal Superior Eleitoral deveriam passar por quarentena antes de voltar a advogar. O partido mediu a temperatura porque estuda questionar no Supremo a defesa de Admar Gonzaga, egresso do TSE, de Jair Bolsonaro.

TEU PASSADO... Integrantes do PSL defendem alegar, na resposta ao pedido de devassa de aliados do presidente, que as contas de 2014 a 2017 são públicas e disponíveis para análise. Já as de 2018 e 2019 passariam por auditoria de empresa contratada pelo partido.

CAMPO MINADO Aliados de Bolsonaro consideram hoje próxima a zero a chance de ele migrar para um partido a ser fundado. Além disso, dirigentes do PSL acham difícil a criação de uma nova sigla pelo TSE.

COMPLICANDO Entidade que representa empreendedores paulistas, o Sescon fez chegar a parlamentares da bancada do Simples queixa contra a proposta de reforma tributária da Câmara. Alega que prejudica o pequeno empresário e sugere abrir uma exceção.

COMPLICANDO 2 A demanda foi encampada pelo deputado Laércio Oliveira (PP-SE), que já elaborou emenda na comissão especial propondo tratamento diferenciado às empresas do Simples, com autorização ao uso de crédito tributário para abater imposto.

COM QUE ROUPA O Itamaraty recomendou às jornalistas que cobririão a viagem do presidente Jair Bolsonaro à Arábia Saudita que comprem uma abaya (traje largo que cobre os braços e as pernas) para trabalhar no país muçulmano e sugeriu lojas que vendem o produto em São Paulo.

COM QUE ROUPA 2 A vestimenta já foi obrigatória para mulheres no país, que prometeu afrouxar o rigor para turistas. A missão presidencial espera abrir mercados no Oriente.

TIROTEIO

“Esse julgamento é o encontro marcado entre o clamor público e a força histórica e normativa da Constituição

De Juliano Breda, conselheiro federal da OAB, sobre discussão no STF que pode rever a tese da prisão após condenação em segunda instância

com Mariana Carneiro e Julia Chaib

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Atendimento ao assinante
saa@grupofolha.com.br | (11) 3224-3090 e 0800-775-8080
Ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Assine a Folha
assine.folha.com.br | 0800-015-8000

Jornal filiado ao IVC
Circulação paga às terças de ago.2019, impresso mais digitais (IVC) **326.889 exemplares**
Páginas vistas no site da Folha em set.2019 (Google Analytics) **184.413.027**
Visitantes únicos no site da Folha em set.2019 (Google Analytics) **26.549.259**

Assinatura semestral à vista com entrega domiciliar diária Carga tributária 3,65%

MG, PR, RJ, SP	DF, SC	ES, GO, MT, MS, RS	AL, BA, PE, SE, TO	Outros Estados
656,00	822,00	1.044,00	1.128,00	1.399,00

Venda avulsa

MG, PR, RJ, SP	DF, SC	ES, GO, MT, MS, RS	AL, BA, PE, SE, TO	Outros Estados
5,00 (seg. a sáb.)	5,50	6,00	9,25	10,00
7,00 (domingo)	8,00	8,50	11,00	11,50

Supremo reavaliará prisão em 2ª instância sob a sombra de Lula

Toffoli marca para esta quinta (17) julgamento que deve pôr fim a dois anos de impasse; em defesa da Lava Jato, Câmara reage com PEC

Reynaldo Turollo Jr., Thais Arbex, Danielle Brant e Angela Boldrini

BRASÍLIA Após dois anos de impasse, o STF (Supremo Tribunal Federal) marcou para esta quinta-feira (17) o julgamento de ações que questionam a validade da prisão de condenados em segunda instância.

Uma eventual mudança no entendimento da corte poderá afetar uma das bandeiras da Operação Lava Jato e beneficiar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), preso em Curitiba desde abril de 2018.

Desde 2016, a jurisprudência do STF tem autorizado a execução da pena após a confirmação da sentença por um órgão colegiado —caso dos Tribunais de Justiça ou de Tribunais Regionais Federais.

Na manhã desta segunda (14), a assessoria da presidência da corte anunciou que Dias Toffoli pautou o julgamento de três ações que pedem a declaração da constitucionalidade do artigo 283 do CPP (Código de Processo Penal).

Essa lei, que replica um trecho da Constituição, afirma que ninguém pode ser preso exceto em flagrante ou se houver sentença condenatória transitada em julgado —ou seja, quando não cabe mais recurso da decisão.

Na Câmara, deputados, em um movimento de defesa dos métodos da Lava Jato, reagiram à iniciativa de Toffoli.

O presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), Felipe Francischini (PSL-PR), convocou uma sessão extraordinária para esta terça (15) com o objetivo de discutir uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que permite a prisão em segunda instância.

No STF, duas das ações já haviam sido liberadas para análise em plenário pelo relator Marco Aurélio no final de 2017. A então presidente do STF, Cármen Lúcia, evitou pautar seu julgamento, o que gerou críticas públicas de colegas.

As ações foram ajuizadas pelo antigo PEN (hoje, Patriota), pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e pelo PC do B.

Na quinta-feira, a análise do tema vai começar com as sustentações orais dos autores das ações. A expectativa é que o julgamento todo se estenda por pelo menos três sessões plenárias.

Há ainda outra alternativa em discussão no STF. Também em 2017, Toffoli propôs a execução da pena após a condenação na chamada terceira instância, o STJ (Superior Tribunal de Justiça).

No caso do tríplex de Guarujá (SP), Lula foi preso após ser condenado em segundo grau por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O STJ manteve a condenação do petista em abril deste ano —baixando a pena de 12 anos e 1 mês de prisão, fixada pelo TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), para 8 anos, 10 meses e 20 dias.

Em primeira instância, Lula havia sido condenado pelo ex-juiz Sergio Moro, hoje ministro da Justiça e Segurança Pública de Jair Bolsonaro (PSL).

Ele ainda tem um recurso pendente de análise no STJ. Pela proposição da terceira instância do ministro Toffoli, porém, bastaria que o tribunal tivesse mantido a condenação, independentemente de existirem recursos internos, para que a execução da pena seja possível.

+ Entenda o que vai ser julgado

O que o STF vai julgar?
Na quinta (17), o plenário do Supremo inicia o julgamento sobre a constitucionalidade da prisão após condenação em segunda instância. Na pauta estão três ADCs (ações declaratórias de constitucionalidade) que pedem para o STF declarar constitucional o artigo 283 do Código de Processo Penal, que diz que ninguém pode ser preso exceto em casos especiais (veja abaixo) ou se houver sentença condenatória transitada em julgado (quando não é mais possível recorrer da decisão)

Qual o entendimento atual?
O STF entende que uma pessoa que foi condenada em segunda instância já pode começar a cumprir pena

Isso sempre foi assim?
Não. Em 2009, o tribunal decidiu que a prisão só poderia ser decretada após o trânsito em julgado. O atual entendimento vigora desde 2016

Um processo só transita em julgado quando passa por todas as instâncias da Justiça?
Não. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, a maioria dos processos transita em julgado após a sentença na primeira instância. Uma ação só passa à instância superior quando uma das partes recorre e o tribunal entende que o recurso cumpre os requisitos para ser analisado

Todos os recursos vão parar no STF?
Não. Apenas uma pequena parte dos recursos chega ao Supremo. A corte só analisa os casos que envolvem a Constituição, ou seja, só pode recorrer ao Supremo quem mostra que a sentença contestada pode ter contrariado os princípios constitucionais

Em que situações uma pessoa pode ser presa sem ter sido condenada em segunda instância?

- **Prisão em flagrante**
  A pessoa é flagrada cometendo um crime
- **Prisão temporária**
  O juiz entende que a prisão é necessária para o andamento da investigação policial. Tem prazo de 5 dias, renováveis por mais 5
- **Prisão preventiva**
  O juiz considera que a prisão do suspeito é necessária para que ele pare de cometer crimes ou para garantir a ordem. Pode ser decretada em qualquer fase do processo

“ **A Câmara precisa cumprir o seu papel para não ficar à mercê do STF. Um tema tão complexo como esse não pode ser modificado a cada ano pelo Supremo**

Alex Manente
deputado (Cidadania-SP)

Prevalecendo esse entendimento entre a maioria dos ministros do Supremo, Lula não seria beneficiado no caso do tríplex, por exemplo.

O presidente do Supremo vinha estudando julgar as ações sobre o tema há alguns meses.

Desde junho, quando vieram a público conversas entre procuradores da Lava Jato e Moro, obtidas pelo site The Intercept Brasil, tem aumentado no STF a percepção de que é preciso colocar um freio de arrumação na operação, corrigindo eventuais excessos.

Moro afirmou nesta segunda que a prisão após condenação em segunda instância é um “avanço institucional”, mas que qualquer decisão do STF deve ser respeitada. Ele participou de evento na sede da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de SP).

“Qualquer decisão do Supremo que for tomada vai ser evidentemente respeitada”, disse. “A minha avaliação é que essa possibilidade de execução em segunda instância —essa é uma posição pública minha— foi um avanço institucional importante do próprio Supremo Tribunal Federal.”

Como a **Folha** noticiou em 12 de setembro, o STF prepara uma série de julgamentos que devem servir de recado à Lava Jato. As ações incluídas na pauta desta quinta fazem parte desse contexto.

Recentemente, o tribunal anulou duas condenações impostas pelo então juiz Moro por causa de uma questão técnica, a ordem de apresentação de alegações finais em processos penais. Para a maioria dos ministros, os réus delatados devem ter o direito de falar por último, depois dos réus delatores, para se defender.

Esse julgamento, sobre a ordem das alegações finais, ainda não terminou. Os ministros devem fixar parâmetros para evitar uma avalanche de anulações de sentenças, mas não há data para isso.

O tema não tem relação com a questão da prisão em segunda instância, cuja análise começa nesta quinta, mas também é sensível para Lava Jato, assim como o julgamento do pedido de suspeição de Moro feito pela defesa de Lula.

Neste caso, o ministro Gilmar Mendes promete agendar a discussão até novembro. A suspeição foi apresentada pela defesa de Lula em um pedido de habeas corpus.

Os advogados sustentam que Moro atuou sem a imparcialidade necessária na condução do processo do tríplex. Esse julgamento se dará na Segunda Turma do STF.

Na Câmara, o debate sobre a prisão após condenação em segunda instância será feito por meio da PEC de Alex Manente (Cidadania-SP).

Em julho, o grupo de trabalho na Casa que analisa o pacote anticrime de Moro (e também propostas sobre o tema feitas pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF) retirou o assunto do texto, por entender que deveria ser tratado por uma Proposta de Emenda à Constituição.

“O que nós queremos é passar um claro recado à população brasileira que não desacreditem da Operação Lava Jato, que não desacreditem do combate ao crime, pois aqui na Câmara há deputados que não deixarão isso acontecer”, disse Franschischini.

“A Câmara precisa cumprir o seu papel para não ficar à mercê do STF. Um tema tão complexo como esse não pode ser modificado a cada ano pelo Supremo”, afirmou Manente à **Folha**.

O movimento encampado por Franschischini não deverá, porém, ter resultado imediato. Segundo parlamentares, foi um gesto do Legislativo contra o que é chamado de “ativismo judicial” do STF.

A expectativa é a de que a CCJ analise e aprove ainda nesta semana a constitucionalidade da PEC, mas a proposta não deve chegar tão rapidamente ao plenário da Câmara.

Leia mais sobre o julgamento do STF na pág. A8 e sobre o evento de Moro na pág. B3

Colaborou Thaiza Pauluze, de São Paulo

Os ministros Celso de Melo, Marco Aurélio e Dias Toffoli antes de sessão do STF Fellipe Sampaio - 10.out.2019/STF

Prisão em 2ª instância é usada em países modelo para o Brasil

Direito penal nacional sofre influência de correntes europeias e dos EUA

Flávio Ferreira

SÃO PAULO As legislações dos países que influenciaram o sistema criminal brasileiro permitem as prisões de réus após condenações em segunda instância. Além disso, tratados internacionais sobre direitos humanos prescrevem que decisões de dois níveis da Justiça já são suficientes para assegurar o direito de defesa dos acusados, segundo especialistas ouvidos pela **Folha**.

A orientação em vigor atualmente no Brasil está alinhada com a das nações que inspiraram nossas leis penais, uma vez que aqui as detenções também podem ser feitas depois das sentenças de segunda instância.

O STF (Supremo Tribunal Federal), porém, pode mudar o posicionamento em discussão que será retomada nesta quinta-feira (17). A corte pode determinar que encarceramentos só ocorram após o esgotamento das possibilidades de recursos ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e ao STF —que, na prática, funcionam como tribunais superiores de terceira e quarta instância.

No Brasil, somente de 2009 a 2016 vigorou o entendimento de que era necessário aguardar os julgamentos dos quatro níveis da Justiça do país para dar início ao cumprimento da pena de reclusão.

Em um julgamento de um pedido de soltura (habeas corpus, no jargão técnico) em fevereiro de 2009, o STF examinou a regra constitucional que prescreve que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória".

Na ocasião, para a maioria dos ministros do tribunal ocorreria uma violação ao direito de ampla defesa caso as prisões de condenados pudessem ocorrer antes do esgotamento da possibilidade de recorrer ao STJ e STF, sob a ótica do texto da Constituição.

Porém, em novo julgamento sobre o tema em 2016, o tribunal voltou ao entendimento anterior. Na oportunidade, o argumento da maioria dos magistrados foi o de que a análise das provas e dos fatos dos casos só deve ocorrer nas duas primeiras instâncias da Justiça, e nelas é que se define a responsabilidade criminal dos acusados.

Os recursos aos tribunais superiores têm um campo de discussão muito mais restrito, relacionado à aplicação técnica das leis, e por isso não devem impedir a execução das penas, segundo a decisão do STF mais recente.

Entre as décadas de 1940 e 1970, a lei brasileira determinava que, para crimes com pena máxima superior a 10 anos, a prisão poderia ocorrer já no momento da apresentação de denúncia criminal contra um suspeito.

Em 1973, durante o regime militar, o Congresso aprovou uma legislação que permitiu aos condenados aguardar em liberdade o julgamento do recurso à segunda instância. Ela ficou conhecida como "Lei Fleury", pois foi aprovada pelo Congresso para beneficiar o delegado Sérgio Fleury, que comandou o Dops, órgão responsável por tortura e repressão política na ditadura.

As leis penais do Brasil tiveram inspiração nos sistemas criminais da Europa continental, principalmente de Itália, Alemanha e França, onde se desenvolveu a linha do direito conhecida como romano-germânica.

Os especialistas ouvidos pela **Folha** enfatizam que o Judiciário desses países têm uma estrutura diferente da brasileira e criticam comparações sem considerar essa realidade.

No Brasil, a maioria dos processos criminais é decidida por um único juiz na primeira instância. Só as ações penais que envolvem crimes contra a vida são julgadas por um júri popular no primeiro grau.

Na segunda instância brasileira estão os Tribunais de Justiça, na esfera estadual, e os Tribunais Regionais Federais, no âmbito federal. Nessas cortes os julgamentos são realizados por grupos de juízes. Os réus no Brasil ainda podem recorrer ao STJ e ao STF, mas as apelações a esses tribunais superiores não impedem o cumprimento das penas.

Na Itália, a lei permite que os condenados sejam detidos após as decisões das chamadas cortes de apelação, tribunais que estão no segundo grau da Justiça do país europeu.

Segundo o criminalista e professor de processo penal da USP Gustavo Henrique Badaró, na Itália há ainda a possibilidade de apresentar recurso a um outro órgão denominado corte de cassação, mas as apelações a esse tribunal não impedem a execução das penas restritivas de liberdade.

Na Alemanha, nos casos de crimes graves, a decisão de primeira instância não é resultado do julgamento de apenas um magistrado, mas de um colegiado formado por juízes e julgadores leigos, segundo o criminalista Mário Helton Jorge Jr., que é doutorando pela Universidade Humboldt, de Berlim.

A exemplo da Itália, no país a prisão pode ocorrer após a sentença de segunda instância, afirma Jorge.

Pedro Estevam Serrano, advogado e professor de direito constitucional da PUC-SP, diz que em cada país há um sistema de direitos e garantias diferente. "Há aqueles nos quais um condenado pode ir para a prisão após decisão de segundo grau, mas em compensação ele passa por um número de juízes maior do que no Brasil. É o caso da Alemanha."

Na França as detenções podem ser feitas já a partir dos julgamentos de primeira instância, que são realizados por grupos de juízes, segundo o criminalista Tracy Reinaldet, que concluiu um doutorado pela Université Toulouse 1 Capitole da França em 2017.

"Com três juízes analisando simultaneamente um caso, a tendência de se chegar a uma sentença mais justa e com menos erro judiciário é maior do que em um caso examinado por um único juiz. Isso é importante para entendermos porque o legislador na França possibilita que uma execução penal possa ter lugar logo após uma sentença de primeiro grau", afirma Reinaldet.

Em menor intensidade, o direito penal brasileiro também sofreu influência de outra grande linha do direito, a anglo-saxã, adotada nos Estados Unidos e no Reino Unido.

Na Justiça americana, as prisões podem ocorrer depois das sentenças de primeira instância, mas a estrutura do Judiciário é muito diferente do formato brasileiro. Nos EUA, em regra, o sistema de julgamentos é por decisão de júri popular.

"A população tem uma legitimidade constitucional pública de decisão muito grande, então a possibilidade de recorrer é muito menor nos EUA", diz o advogado e professor de processo penal da USP Maurício Zanoide de Moraes.

O criminalista ressalta ainda que, naquele país, cerca de 95% dos casos criminais são resolvidos por meio de acordos homologados pela Justiça.

Segundo o procurador Regional da República e professor de direito internacional e comparado da USP André de Carvalho Ramos, os tribunais internacionais e em especial a Corte Interamericana de Direitos Humanos reconhecem que a adoção de sistemas judiciais com decisões de primeiro grau por um juiz e de segunda instância por um colegiado de magistrados é suficiente para garantir o direito à ampla defesa.

O mecanismo institucional, no jargão técnico, é denominado duplo grau de jurisdição.

"Na discussão da execução da pena após a decisão de órgão colegiado tem que se debater os direitos individuais do acusado, mas tem que se debater também os direitos individuais da vítima e os direitos difusos da sociedade", afirma Ramos.

As regras para a prisão de condenados no exterior

Como os países que influenciaram o direito penal brasileiro tratam do tema da execução da pena de reclusão

DIREITO ROMANO-GERMÂNICO

• Itália
Prisão pode ocorrer após decisão de segunda instância por corte de apelação

• Alemanha
Detenção pode ser feita a partir de sentença de segunda instância, que resulta de julgamento feito por um colegiado composto por juízes e leigos

• França
Execução da pena restritiva de liberdade pode ser efetivada depois de decisão de primeira instância, que é tomada por um grupo de magistrados

DIREITO ANGLO-SAXÃO

• Estados Unidos
Prisão ocorre após julgamento de primeira instância decidido por júri popular

Veja as idas e vindas do STF sobre prisão após condenação em 2ª instância

fev.2009 No julgamento do habeas corpus de um réu que havia sido condenado em 2ª instância mas pedia o direito de recorrer em liberdade, o STF decidiu, por 7 a 4, que a execução da pena ficou condicionada ao trânsito em julgado (quando não cabe mais recurso)

fev.2016 A corte mudou o entendimento por entender que impedir a execução da pena em 2ª instância favorecia a impunidade

out.2016 O plenário confirmou a jurisprudência, dessa vez por 6 a 5, em julgamento de novo habeas corpus

nov.2016 Em decisão do plenário virtual, ministros votaram novamente pela execução da pena em 2ª instância. Rosa Weber não votou, e os demais magistrados não mudaram os votos

abr.2018 No julgamento do habeas corpus do ex-presidente Lula, o STF confirmou, mais uma vez, a jurisprudência em favor da prisão em 2ª instância

Como votaram os ministros*
Toffoli, Gilmar e Rosa já mudaram os entendimentos

X Contra a execução da pena em 2ª instância
√ A favor
— Não votou/não integrava corte

	fev. 09	fev. 16	out. 16	nov. 16	abr. 18
Marco Aurélio	X	X	X	X	X
Celso de Mello	X	X	X	X	X
Ricardo Lewandowski	X	X	X	X	X
Cármen Lúcia	√	√	√	√	√
Luiz Fux	—	√	√	√	√
Luís Roberto Barroso	—	√	√	√	√
Edson Fachin	—	√	√	√	√
Alexandre de Moraes	—	—	—	—	√
Dias Toffoli	—	√	X	X	X
Gilmar Mendes	X	√	√	√	X
Rosa Weber	—	X	X	—	√

*Tribunal já teve diferentes composições. Tabela considera formação atual. Fonte: STF

Cronologia da execução da pena de prisão no Brasil

1941
Código de Processo Penal determina prisão após apresentação de denúncia criminal nos casos de crimes com pena máxima superior a 10 anos

1973
"Lei Fleury" prescreve que prisões só podem ocorrer após decisão de segunda instância

1988
Constituição Federal estabelece que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória". Tribunais continuam a autorizar encarceramentos após decisões de segundo grau

2009
STF (Supremo Tribunal Federal) dá nova interpretação ao texto constitucional e determina que prisões só podem ocorrer a partir do esgotamento dos recursos ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e ao STF, cortes de terceira e quarta instância

2016
Supremo revê entendimento sobre execução de pena restritiva de liberdade e volta a permitir detenções após decisões de segundo grau

As lições do Nobel à política

Governo já faz experimentos em larga escala, mas baseado em achismos

Joel Pinheiro da Fonseca
Economista, mestre em filosofia pela USP

É complicado colocar seres humanos no ambiente controlado de um laboratório para realizar experimentos sociais. E a validade disso é limitada. Quem disse que as escolhas feitas por cobaias na situação altamente artificial de um estudo acadêmico correspondem às escolhas que essas pessoas fariam "lá fora", no mundo real e sem a consciência de estarem sendo observadas por um cientista?

Por outro lado, qualquer processo social no mundo real é influenciado por incontáveis fatores que fogem ao conhecimento do cientista, de forma que é muito difícil atribuir causas e, mais ainda, medir seus efeitos.

Felizmente, há jeitos de se contornar essas dificuldades, e é isso que os premiados do Nobel de Economia deste ano —o trio Esther Duflo, Abhijit Banerjee e Michael Kremer— fazem. Aplicam ao estudo da pobreza e do desenvolvimento social algo que já é de praxe na medicina: o estudo randomizado controlado.

Um exemplo prático, de um artigo de Duflo e Kremer ("Peer Effects, Teacher Incentives, and the Impact of Tracking: Evidence from a Randomized Evaluation in Kenya", American Economic Review, 2011).

Com financiamento do Banco Mundial, 121 escolas públicas do Quênia puderam contratar um professor extra para a primeira série. Assim, puderam dividir os alunos, que antes estudavam todos juntos, em duas turmas. Surge a pergunta dos pesquisadores: será que dividir os alunos em duas turmas de acordo com seu desempenho (alunos melhores numa turma, piores na outra) daria melhor resultado do que dividi-los aleatoriamente?

Se aplicassem a divisão por nota a todas as escolas, não teriam como saber se ela realmente foi eficaz. Afinal, mesmo que as notas dos alunos melhorassem, seria impossível dizer se isso se deveu à divisão das turmas por notas ou se foi apenas consequência de se reduzir o tamanho das classes e ter um professor a mais.

Aí entra a inteligência dos pesquisadores. De forma aleatória, dividiram as escolas em dois grupos: 61 fizeram a divisão indistinta de turmas e 60 fizeram a divisão baseada no desempenho escolar. O resultado: as escolas que dividiram os alunos em classes de acordo com seu desempenho tiveram resultados melhores, tanto para os alunos de maior rendimento acadêmico quanto para os de menor. Um achado útil para as políticas públicas do país.

O fator crucial aí é a aleatoriedade. Como a separação dos indivíduos (que podem ser pessoas, escolas, cidades etc.) em dois grupos foi feita aleatoriamente, na média eles serão iguais: haverá ricos e pobres, pessoas com boa e má alimentação, escolas com diretores bons e ruins etc. em ambos os grupos. A diferença nos resultados finais entre os dois grupos terá que ser por causa da intervenção diferenciada, a única coisa que é consistentemente diferente entre um e outro.

Essa abordagem está muito distante da política atual. Em vez de testar diferentes abordagens e usar grupos de controle, aplicamos a mesma política —baseada no achismo— a todos. Há ainda quem ache que seria imoral privar uma parte da população de uma intervenção que visa a melhorar sua vida, apenas para fazer um estudo.

A verdade, contudo, é que o governo já faz experimentos em larga escala. Toda política pública cuja superioridade sobre as alternativas careça de provas (a imensa maioria) é um experimento. Só não é um experimento útil. Ao invés de cutucar a realidade de maneira planejada para que ela nos entregue resultados, o fazemos com base no achismo indiscriminado, e nada aprendemos. Já somos todos cobaias de políticos.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso Rocha de Barros | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | **QUA. Elio Gaspari** | QUI. Fernando Schüler | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli

Presidente do STJ altera regra e amplia regalia de classe executiva

João Otávio de Noronha estendeu benefício a todos os membros do Conselho da Justiça Federal

Frederico Vasconcelos

SÃO PAULO Presidente do CJF (Conselho da Justiça Federal), o ministro João Otávio de Noronha alterou uma portaria de 2015 e estendeu aos outros 17 membros do colegiado o direito a viajar em classe executiva nos voos internacionais, regalia até então restrita ao presidente do órgão.

No último fim de semana, Noronha viajou à Alemanha no comando de uma comitiva de ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e presidentes de Tribunais Regionais Federais, membros do CJF. Durante três dias, eles participam do Seminário Alemanha-Brasil, na Universidade de Friburgo. Ficarão afastados de 11 a 16 de outubro, sem que os valores da viagem tenham sido divulgados.

Em tempos de recursos limitados no Judiciário, terão as despesas de transporte, hospedagem e alimentação pagas com dinheiro público. Uma viagem hoje de ida e volta entre São Paulo e Berlim fica na casa dos R$ 3.000 em classe econômica, valor que pode chegar a R$ 12 mil com a regalia da executiva.

Noronha acumula a presidência do STJ com a do CJF, órgão responsável pela supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal, com poderes correcionais. Ao alterar a portaria de 2015, em agosto, ele informou que buscou a "uniformização entre o CJF e o STJ no que concerne à emissão de passagens aéreas".

João Otávio de Noronha, que ampliou regalia a todo colegiado do CJF Kleyton Amorim/UOL

Além de Noronha, viajaram em classe executiva para a Alemanha os ministros do STJ Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Ricardo Villas Bôas Cueva e Sebastião Reis Júnior. Sanseverino está encerrando o seu mandato no conselho. Cueva e Reis Júnior são suplentes.

Também viajaram os juízes federais Moreira Alves, presidente do TRF-1 (com sede em Brasília), Reis Friede, do TRF-2 (Rio de Janeiro), e Therezinha Cazerta, do TRF-3 (São Paulo). O seminário na Alemanha, segundo o STJ, "busca a troca de experiências e o diálogo binacional".

Em nota, Therezinha Cazerta informou que o evento "é um seminário de alto nível, viabilizado através de convênio entre o CJF e a faculdade de direito da Universidade de Friburgo".

"Os participantes terão oportunidade de assistir apresentações, em Tribunais Superiores da Alemanha e no Tribunal Europeu de Direitos Humanos da União Europeia", afirmou.

Em agosto, o juiz Moreira Alves autorizou o juiz federal Rodrigo Navarro de Oliveira —juiz auxiliar da presidência— a participar da visita da Justiça Federal aos tribunais da Alemanha.

A viagem repete práticas usuais no Judiciário. Em geral, começa (ou termina) em um fim de semana. No caso, é uma parceria do conselho com a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). A associação tem assento permanente no conselho, sem direito a voto. Esses eventos não são divulgados previamente.

Procurada pela reportagem, a Ajufe informou que cada associado pagará as respectivas despesas de passagem aérea e hospedagem. A entidade não informou quantos juízes federais viajaram.

A viagem à Alemanha criou polêmica no Tribunal da Cidadania —como é conhecido o STJ. Na última sessão da Corte Especial, no dia 2 deste mês, Noronha foi cobrado por ministros porque iria adiar, mais uma vez, a data de uma sessão por causa de suas viagens internacionais.

A sessão que deveria se realizar no dia 18 de setembro foi transferida para o dia 23. Naquela data, Noronha estava em Moscou, para um evento sobre livre concorrência, e a vice-presidente, Maria Thereza Assis Rocha de Moura, no Uruguai.

No dia 2 de outubro, Noronha publicou edital adiando para o dia 23 de outubro a sessão prevista para esta quarta-feira (16), quando estará na Alemanha. Alguns ministros entenderam que Noronha pretendia evitar que Maria Thereza presidisse a sessão.

No último dia 7, Noronha voltou atrás. Publicou edital de cancelamento de transferência de sessão. Ou seja, a sessão ordinária da Corte Especial permanecerá no dia 16 de outubro.

Desde que assumiu a presidência do STJ, em agosto de 2018, Noronha já viajou a Nova York, Paris, Coimbra, Lisboa, Londres e Moscou. No histórico recente do STJ, Noronha só é superado pelo ministro Francisco Falcão. Nos dois anos em que presidiu a corte, Falcão esteve ausente em viagens oficiais que totalizaram quatro meses e meio fora do gabinete.

Viagens promovem diálogo com outras cortes, diz tribunal

OUTRO LADO

O Superior Tribunal de Justiça afirmou, por meio de sua assessoria de imprensa, que "recebe representantes de tribunais estrangeiros em diversos eventos, com o objetivo de estabelecer diálogos entre cortes de diferentes partes do mundo e aprimorar sua prestação jurisdicional".

"Da mesma forma, o STJ é convidado a participar no exterior de importantes discussões em nível internacional, pois é o tribunal brasileiro responsável por decidir uma série de demandas judiciais que tem origem no exterior, como a homologação de sentenças estrangeiras."

Prossegue o texto da corte: "Estamos, neste momento, recebendo no STJ dois juízes da Corte de Cassação francesa e dois representantes da magistratura italiana. Em julho de 2020, também está prevista a vinda de magistrados ingleses para intercâmbio com o Brasil".

O TRF-1 informou que as despesas com as diárias e as passagens do presidente Moreira Alves serão custeadas pelo CJF e que o juiz federal Rodrigo Navarro foi selecionado pela Ajufe, responsável por custear suas despesas.

O TRF-3 disse que "os conselheiros viajarão em classe executiva, de acordo com previsão existente nos atos normativos do CJF". O TRF-2 não se manifestou.

STF apura ligação entre rede pró-Bolsonaro e ataques à corte

SÃO PAULO E BRASÍLIA | UOL O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes ordenou que a Polícia Federal investigue a relação entre uma rede de disparos de mensagens de WhatsApp favoráveis ao presidente Jair Bolsonaro (PSL), ativa desde as eleições passadas e revelada pelo UOL em setembro, e os ataques sofridos pelos ministros da corte na internet nos últimos tempos.

O pedido foi feito dentro do chamado inquérito das fake news, aberto pelo próprio tribunal sob o comando de Moraes.

A reportagem do UOL mostrou que uma rede de disseminação de fake news pró-Bolsonaro, com uso de robôs e disparo em massa de mensagens, não foi completamente desativada depois das eleições.

Muitas linhas telefônicas usadas nos disparos durante as eleições são usadas hoje em dia para administrar grupos públicos de WhatsApp a favor do governo Bolsonaro. Em parte desses grupos, apenas o usuário administrador pode enviar mensagens — eles funcionam como "listas de transmissão".

Agora, o STF quer saber se a mesma estrutura é utilizada para disseminar os ataques e ameaças aos ministros que motivaram a abertura do inquérito na corte.

Em 19 de março último, um despacho de Alexandre de Moraes mostrou que uma das linhas de investigação no inquérito aberto pelo Supremo era "a verificação da existência de esquemas de financiamento e divulgação em massa nas redes sociais, com o intuito de lesar ou expor a perigo de lesão a independência do Poder Judiciário e ao Estado de Direito".

Em entrevista naquele dia, o ministro confirmou a suspeita. "Essa rede alguém paga, alguém financia por algum motivo", disse a jornalistas. Ele afirmou que o caso seria "investigado a fundo".

"Há fortes suspeitas de que os grupos de financiamento maiores são de São Paulo."

Em outro inquérito, a Polícia Federal investiga o caso para verificar quem pagou pelo serviço de empresas disparadoras de mensagens em massa. Moraes quer saber se as pessoas e as empresas que atuam nessas redes são as mesmas que agem em disparos de mensagens contra ministros do Supremo.

O WhatsApp cancelou ao menos 1,5 milhão de contas de usuários brasileiros desde as eleições passadas por uso de robôs, disparo em massa de mensagens e disseminação de fake news.

Recentemente, o gerente de políticas públicas e eleições globais do WhatsApp, Ben Supple, admitiu publicamente que houve disparos maciços ilegais de mensagens durante as eleições do Brasil em 2018, como mostrou a **Folha**.

"Na eleição brasileira do ano passado houve a atuação de empresas fornecedoras de envios massivos de mensagens, que violaram nossos termos de uso para atingir um grande número de pessoas", afirmou, em palestra no Festival Gabo, na Colômbia.

Supple disse ainda que o WhatsApp desencoraja o uso de grupos como se fossem listas de transmissão.

"Vemos esses grupos como tabloides sensacionalistas, onde as pessoas querem espalhar uma mensagem para uma plateia e normalmente divulgam conteúdo mais polêmico e problemático", disse. "Nossa visão é: não entre nesses grupos grandes com gente que você não conhece; saia desses grupos e os denuncie."

A reportagem do UOL solicitou informações e entrevista sobre o caso ao ministro Alexandre de Moraes. Por meio de seu gabinete, ele disse que não comentará o assunto. A Polícia Federal não prestou esclarecimentos.

Na semana passada, reportagem do UOL mostrou que a apuração do ministro tem encontrado resistência do Ministério Público Federal e da Justiça de primeira instância.

Pelo menos cinco pedidos de investigação derivados do inquérito do STF, em uma tentativa de desmembramento, foram feitos; dois deles foram arquivados. **Aiuri Rebello e Eduardo Militão**

Base de Doria faz manobra em CPI para evitar testemunha

Pedido de líder do PSDB põe em xeque viabilidade de convocação em comissão que investiga gestões tucanas

José Marques

SÃO PAULO A CPI da Assembleia Legislativa de São Paulo que investiga suspeitas de pagamentos de propina em obras da estatal paulista Furp (Fundação para o Remédio Popular) em gestões tucanas chega à reta final sem que uma testemunha-chave tenha sido convocada.

A deputada estadual Carla Morando (PSDB), líder do partido e aliada do governador João Doria, pediu vista de um requerimento que determinaria a convocação da testemunha e deixou em xeque a viabilidade do depoimento.

A CPI da Furp foi instalada após a base tucana ter conseguido barrar a CPI da Dersa, também com potencial de atingir políticos do PSDB devido às suspeitas em obras viárias a cargo da estatal.

Carla, que não integra a comissão, participou da reunião da CPI na terça-feira passada (8), na condição de membro eventual (como líder, ela pode se autoindicar), substituindo o deputado Cezar, que não foi à sessão.

Além dela, estava o líder do governo na Assembleia, Carlão Pignatari (PSDB), que também não é integrante da CPI.

A testemunha-chave é o engenheiro Luiz Roberto Beber, que hoje trabalha na Prefeitura de São Bernardo do Campo. O prefeito da cidade é Orlando Morando, marido de Carla e também aliado de Doria. Quem havia pedido a convocação dele foi o presidente da CPI, Edmir Chedid (DEM).

O pedido de vista de Carla apertou ainda mais os prazos da comissão. Até o dia 29 deste mês o deputado Alex de Madureira (PSD) terá que entregar um relatório final, que deve ser votado antes de 9 de novembro.

Como as reuniões da CPI acontecem às terças e requerimentos têm que ser aprovados com uma semana de antecipação, a última chance de a testemunha ter convocação votada é nesta terça (15), para ser interrogada no dia 22.

Procurada, Carla disse que foi à reunião e pediu vista atendendo a solicitação de Cezar.

Cezar, por sua vez, afirmou que foi a própria Carla que pediu para substituí-lo. "Como eu estaria em audiência fora, aceitei que ela me substituísse, mas nada solicitei", disse.

Luiz Roberto Beber foi assessor técnico de engenharia da Furp entre 2003 e 2007. Ele foi exonerado após ter conflitos com o consórcio responsável pela obra da fábrica de medicamentos de Américo Brasiliense (SP).

Ele disse, na sindicância, que após sair da Furp "se prontificou a prestar esclarecimentos aos novos gestores, mas nunca foi contratado", e admitiu que chegou a solicitar a troca do gestor do consórcio.

Após a saída de Beber, começaram os episódios suspeitos de corrupção, relatados em delação de executivos da Camargo Corrêa firmada com o Ministério Público de São Paulo.

Em 2017, aos promotores, o executivo Martin Wende disse que houve pagamento de propina a representantes do governo de 2008 a 2013. Uma das pessoas que teria recebido propina foi o sucessor de Beber, Ricardo Mahfuz.

Segundo ele, parte das propinas foi paga para o governo não recorrer de uma sentença judicial que determinava o estado a pagar R$ 22 milhões à Camargo Corrêa.

"Na ocasião, Ricardo Mahfuz queria negociar um acordo em que a Furp abriria mão de recorrer da sentença para pagar o valor devido, desde que o consórcio lhe pagasse uma propina e abrisse mão dos juros e correção monetária arbitrados", disse Wende.

Segundo o delator, Mahfuz disse que a propina, de R$ 1,8 milhão, foi solicitada em nome de Flavio Vormittag, então superintendente da Furp.

Mahfuz já havia atuado por 22 anos em uma das empresas do consórcio, a Planova. Ele foi convocado à CPI e depôs em 8 de agosto. Questionado por Chedid se achava "normal fiscalizar um consórcio que tinha participação da Planova", respondeu que sim, porque já havia saído da empresa.

Ele também negou ter qualquer ligação com as acusações feitas e disse que nem o Ministério Público nem a polícia o procuraram para depor.

Em 2013, o governo concedeu gestão, operação e manutenção da fábrica de Américo Brasiliense à iniciativa privada.

No começo deste ano, após a base do governo conseguir barrar a CPI da Dersa, deputados oposicionistas e independentes pretendiam usar a CPI da Furp para mapear eventuais irregularidades em governos do PSDB.

Na Assembleia Legislativa, o governo conseguiu aprovar a extinção da Dersa e tenta incluir a Furp em uma leva de desestatização e extinção que inclui a Fundação Oncocentro e a Sucen (Superintendência de Controle de Endemias).

A Secretaria de Saúde tem dito que está à disposição para colaborar com as investigações em relação à Furp. Em nota, a Planova informou que "não teve acesso ao processo em que teria sido citada, reservando-se ao direito de comentar após ter acesso à integralidade dos autos".

A reportagem não conseguiu contato com Beber, Mahfuz e Vormittag.

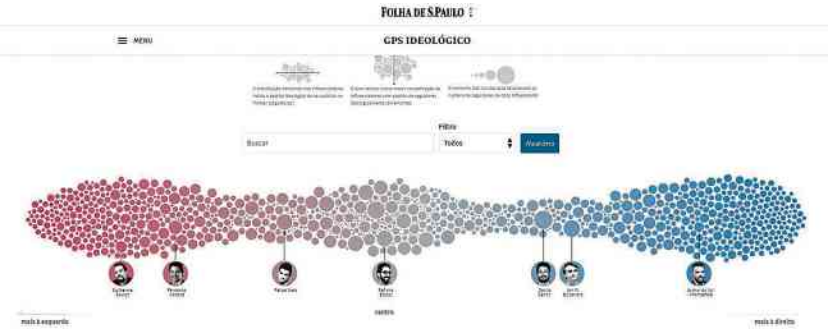
Folha conquista 5 medalhas em concurso de design

SÃO PAULO A **Folha** recebeu cinco medalhas de bronze no concurso de design ÑH2019 - Lo Mejor del Diseño Periodístico de España, Portugal y América Latina, organizado pelo braço espanhol da Society for News Design (SND-E) e pela SND da América do Sul.

A SND é a principal entidade de jornalismo visual e design de notícias do mundo. Os premiados foram revelados nesta segunda (14). Foram inscritos 2.168 trabalhos, publicados por 112 veículos de 14 países. Ao todo, o ÑH2019 distribuiu 267 prêmios.

Em publicações impressas, o jornal foi contemplado em três categorias. Na de reportagens/páginas internas, recebeu medalha a capa da Ilustrada de 3 de junho, sobre filmes rodados em São Paulo; na de infografia, foi premiado o trabalho "Ministros de Bolsonaro", de 15 de dezembro de 2018; e, na categoria série, o especial Desigualdade Global.

A série multimídia sobre desigualdade, publicada em julho e agosto, foi premiada ainda na categoria digital. A quinta distinção dada à **Folha** foi em projetos de dados/infografias, para o especial GPS Ideológico.

No Brasil, também foram premiados os jornais O Globo, Extra, O Estado de S. Paulo, O Povo e Correio, a revista Nova Escola e o site Metrópoles.

Reprodução da ferramenta GPS Ideológico, da Folha, premiada no ÑH2019 Reprodução

Marcos Nagelstein/Folhapress

Eduardo Leite

Me senti frustrado, o PSDB se desconectou do sentimento das ruas

Governador do RS critica processo interno contra Aécio Neves e diz não se arrepender de ter declarado voto em Bolsonaro, apesar de diferenças

ENTREVISTA

Paula Sperb

PORTO ALEGRE Filiado ao PSDB desde os 16 anos, o governador gaúcho Eduardo Leite, 34, sentiu-se frustrado após o diretório nacional da legenda arquivar pedidos de expulsão do deputado federal tucano Aécio Neves (MG), réu no caso em que foi gravado pedindo R$ 2 milhões a Joesley Batista.

"O partido se desconectou dos sentimentos das ruas na medida em que seu processo de gestão interna está desconectado da demanda popular, que é por conduta moral e ética", disse à **Folha** em entrevista no gabinete em que trabalha, na ala residencial do Palácio Piratini, sede do governo do Rio Grande do Sul.

Tombado pelo patrimônio histórico, o local costuma receber visitantes. Na sexta (11), alunos de uma escola estadual de Restinga Seca (a 208 km de Porto Alegre) viram de longe o governador, que saiu para cumprimentá-los.

"Sabem quem é esse aqui?", disse, apontando para a estátua ao seu lado. "É Leonel Brizola, que foi governador há 60 anos. Ele foi governador do Rio de Janeiro também", ensinou aos estudantes.

Governador mais jovem do país, Leite diz não ter se arrependido por ter declarado o voto em Jair Bolsonaro (PSL) no segundo turno da eleição passada. "Torço a favor do presidente porque torço a favor do Brasil", disse.

Mas pontuou que discorda da postura de Bolsonaro em relação às minorias. "A beleza do Brasil está na diversidade. Isso precisa ser valorizado."

Governando um estado com uma das piores situações fiscais do país, Leite anunciou neste mês mudanças nas carreiras do funcionalismo, projetando economizar R$ 25 bilhões nos próximos dez anos.

*

Qual a avaliação do senhor da gestão do presidente Bolsonaro? Declarei meu voto no presidente Jair Bolsonaro porque o outro caminho que se apresentava no Brasil [Fernando Haddad (PT)] era o de um partido que já tinha provocado uma grave crise econômica. Mas isso não significava adesão integral às suas ideias, especialmente no que diz respeito ao convívio entre as pessoas, ao respeito, à diversidade de cores, raças, crenças, orientação sexual.

É possível fazer política com diálogo, sem deixar de ter firmeza. Firmeza de posições não tem a ver com combate e destruição das posições contrárias.

Olho para o presidente Bolsonaro e seu governo ainda com muita expectativa, especialmente no que diz respeito à área econômica. O ministro Tarcísio [de Freitas, da pasta da Infraestrutura] é muito capaz, o ministro Paulo Guedes [da Economia] também tem muita qualidade. É importante registrar que o presidente banca esse trabalho.

O senhor diz que tem expectativa, mas o que o pensa sobre a relação do presidente com negros, indígenas, meio ambiente, LGBTs, cultura? Sem dúvida, é o ponto fundamental no qual tenho divergências. Procuro olhar mais para o que nos une do que para o que nos separa, pela responsabilidade que tenho com meu estado.

A beleza do Brasil está na sua diversidade, na diversidade cultural, étnica, racial, religiosa, na diversidade da sua população e culturas que temos. Isso precisa ser valorizado, é um grande ativo que temos. O governo precisa estar aberto a isso, como talvez não esteja se mostrando.

O senhor se arrepende de ter declarado o voto em Bolsonaro? Não, de maneira nenhuma. No primeiro turno, você escolhe seu candidato. O meu [Geraldo Alckmin (PSDB)], infelizmente, não foi ao segundo turno. No segundo turno temos uma eleição plebiscitária, com dois caminhos possíveis. O outro caminho [PT] tinha conduzido a um grande escândalo de corrupção. O candidato [Haddad] buscava conselhos na prisão com o ex-presidente [Lula]. O presidente Bolsonaro era a alternativa.

Não me arrependo e, como disse, vou colaborar. Não tenho absoluta convergência de ideias, mas tenho especialmente no que diz respeito a questões econômicas. Isso precisa ser o foco da atenção: como fazer esse país crescer.

Eduardo Leite, 34
Natural de Pelotas (RS), é filiado ao PSDB desde os 16 anos. Foi vereador, presidente da Câmara e prefeito da sua cidade (2013-2017) antes de concorrer a governador, em 2018. Formado em direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), declarou apoio crítico a Jair Bolsonaro (PSL) no segundo turno da eleição presidencial

> “É possível fazer política com diálogo, sem deixar de ter firmeza. Firmeza de posições não tem a ver com combate e destruição das posições contrárias

Claro que tensionamentos por posições do governo federal podem ser provocadoras de problema econômicos, na medida em que geram dúvidas no ambiente político do país. Torço a favor do presidente Jair Bolsonaro porque torço a favor do Brasil.

O senhor pensa em se candidatar a um cargo nacional? Por exemplo, presidente da República? Não. Não pensava em concorrer a governador. Concorri a prefeito da minha cidade, fui prefeito depois de ter sido vereador, presidente da Câmara. Mas o ambiente político do estado favoreceu. Me sinto vocacionado para o Executivo porque gosto de gestão, de trabalhar a formatação de políticas públicas. O que vier futuramente é diante das oportunidades que se criarem. Sendo governador do estado, se nosso projeto tiver os resultados que pretendemos que ele tenha, pode ser que surja uma oportunidade para uma função nacional, pode ser que não.

Vamos falar a verdade: é muito difícil se projetar politicamente diante de uma circunstância tão adversa do ponto de vista fiscal. Tenho consciência disso. Vou canalizar todas as minhas energias para dar minha contribuição nesses quatro anos para esta solução do meu estado. Acho difícil que isso me projete para um voo presidencial.

O senhor se sentiu frustrado com o fato de o PSDB não expulsar o deputado Aécio Neves? Me senti frustrado. O partido se desconectou dos sentimentos das ruas na medida em que seu processo de gestão interna está desconectado da demanda popular, que é por conduta moral e ética, transparente, lisa.

Não defendo a expulsão sumária, mas que se abra um processo na comissão de ética. Alguns defendem que não podemos julgar no partido se não há um julgamento do Judiciário. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Não estamos julgando se cometeu crime ou não, mas a conduta do filiado, se está condizente com o partido que queremos.

Há [na gravação de Aécio com Joesley] um pedido de recursos a um empresário que notadamente era beneficiário de programas federais sob suspeita de favorecimentos. Isso merece discussão. Se essa situação não pode ser discutida na comissão de ética do partido, qual situação que poderá ser discutida? Esse é um recado muito ruim.

Na última semana, o senhor fez um pronunciamento de dez minutos aos gaúchos sobre reformas no estado. Como planeja tirar o estado da crise? O estado vive em desequilíbrio há décadas. Gasta mais do que arrecada. Como sobreviveu até aqui? Se endividando. O estado passou a buscar receitas extraordinárias para sanar o déficit com saques sem devoluções a diversos fundos, é devedor de mais de R$ 8 bilhões. Precisamos conter o avanço da despesa permanente, porque 82% da despesa empenhada neste ano é com folha de pagamento.

A nossa agenda é a da competitividade. Precisamos reduzir o custo da máquina. Temos dificuldade em reduzir com cortes porque boa parte da despesa é engessada com aposentadorias, com direitos adquiridos, estabilidade no emprego do servidor. Se não posso cortar tenho que, no mínimo, conter seu avanço.

Qual o principal avanço do seu governo nesses dez meses? Temos uma das carteiras mais ousadas e mais avançadas em privatizações e concessões no momento. Muito se fala disso no Brasil, o próprio governo federal e outros governos, mas poucos têm a velocidade e o tamanho da agenda que o Rio Grande do Sul tem. Tudo isso vai animando o empreendedor. Quem vai investir não investe porque está bom agora, mas porque consegue perceber que vai estar bom no futuro.

O senhor citou as privatizações. Qual é o plano para o Banrisul? Não tenho preconceitos em relação à privatização em nenhuma área, isso inclui o banco do estado. A questão é de prioridade política.

As medidas de ajuste que estamos propondo nas carreiras do funcionalismo projetam R$ 25 bilhões de economia nos próximos dez anos, equivalente a três vendas do Banrisul [valor estimado de R$ 8 bilhões]. Mas a venda de um ativo seria consumida pelo déficit. Resolveria o problema do meu governo, mas o próximo governador teria que achar outra solução [para o déficit]. O Banrisul não é um problema para o estado e sua venda não seria a solução.

poder

Filhos pressionam e criam impasse sobre futuro de Bolsonaro no PSL

Diretórios estaduais do partido no Rio e em São Paulo são comandados por Flávio e Eduardo, que atuam para contornar crise

Thais Arbex, Talita Fernandes e Gustavo Uribe

BRASÍLIA Filhos do presidente Jair Bolsonaro, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) estão atuando para tentar contornar a crise interna no PSL.

De acordo com relatos à **Folha**, os dois buscam uma solução para evitar que o pai deixe o partido e, assim, provoque uma debandada em massa de integrantes da sigla.

Hoje, Eduardo e Flávio controlam, respectivamente, os diretórios do PSL em São Paulo e no Rio de Janeiro. Uma ruptura com o partido teria impacto direto para os congressistas em seus estados —entre os cinco maiores colégios eleitorais do país.

Além disso, também pesa o fato de que, hoje, o PSL é o partido com a maior fatia de dinheiro público entre todos os 32 registrados no TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Em 2020, somando os fundos partidário e eleitoral, o PSL pode ter em caixa R$ 350 milhões —o valor leva em conta as estimativas de R$ 1 bilhão para o fundo partidário, e os R$ 2,5 bilhões propostos pelo governo para o fundo eleitoral.

Segundo aliados de Flávio, o aceno da ala da sigla ligada ao deputado Luciano Bivar (PSL-PE), atual presidente do partido, ao governador do Rio, Wilson Witzel (PSC), preocupou o senador.

A avaliação é a de que o filho mais velho do presidente —que trava embate público com Witzel— seria o principal prejudicado se o pai optar pela desfiliação do PSL.

Sem saída, ele teria de acompanhar o presidente e perderia capital político no Rio. Por isso, desde o início da crise, Flávio tem atuado para tentar contornar as desavenças.

Nesta segunda (14), em um evento em São Paulo, Eduardo afirmou que a crise com a sigla "é contornável". "Só para a morte não existe solução."

A agenda de Jair Bolsonaro nesta segunda foi marcada por uma série de reuniões para discutir seu futuro partidário. Pela manhã, ele recebeu os advogados Karina Kufa e Admar Gonzaga (ex-ministro do TSE), responsáveis por buscar uma saída jurídica diante do impasse com o PSL.

Pouco antes, Flávio esteve no Palácio do Planalto.

O grupo ligado a Bivar admite que os filhos fizeram gestos de reaproximação na semana passada, mas que, desde então, a temperatura interna só subiu. Hoje, segundo esses relatos, uma ala da bancada do PSL não topa a reconciliação e tem atuado para que a desfiliação de Bolsonaro e de seu grupo aconteça o quanto antes.

A tentativa de apaziguar ânimos surgiu em meio à avaliação de que, hoje, não há clima para a criação de um novo partido. Bolsonaro foi aconselhado por seus advogados a não abraçar esse caminho.

O cenário apresentado é o de que, além de o TSE não estar disposto a validar a criação de uma 33ª sigla, a opinião pública não receberia bem a ideia de que Bolsonaro estaria construindo um partido para chamar de seu.

Nesta segunda, o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), defendeu que o partido continue aliado à gestão federal e disse que a legenda teria acabado se não fosse a filiação do presidente.

Nas audiências privadas, segundo relatos feitos à **Folha**, o presidente disse que não deixará o partido a curto prazo e que o acesso à prestação de contas da sigla definirá seu destino.

Em conversas com deputados aliados, o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, defendeu que agora não é o melhor momento de se tomar uma decisão e que o ideal é esperar que os ânimos se acalmem.

O presidente foi até mesmo aconselhado a deixar a discussão para a volta de sua viagem à Ásia. Ele embarca no sábado (19) e só retorna em novembro. A avaliação é de que criar uma saia-justa com o PSL pode atrapalhar votações de pautas do governo.

A crise de Bolsonaro com o PSL se arrasta desde os primeiros meses de governo, mas ganhou nova dimensão na semana passada, quando o presidente disse que o presidente da legenda, Luciano Bivar, estava "queimado para caramba".

Depois de eleger Bolsonaro com discurso contra corrupção, o PSL enfrenta uma crise ética desde que foi atingido por suspeitas de candidaturas de laranjas, caso revelado pela **Folha** em fevereiro.

> **"A nossa torcida é que a gente consiga o mais rápido possível superar essas tensões para que o partido continue sendo mais do que a pedra angular do governo, que seja governo"**
>
> **Major Vitor Hugo (PSL-GO)** líder do governo na Câmara

> **"Só para a morte não existe solução"**
>
> **Eduardo Bolsonaro (PSL-SP)** deputado federal, sobre a crise entre seu pai e o partido

Tabata Amaral diz que vai à Justiça para sair do PDT sem perder o mandato

SÃO PAULO A deputada federal Tabata Amaral disse nesta segunda (14) que entrará com ação na Justiça Eleitoral para tentar sair do PDT sem perder seu mandato. A declaração foi dada ao programa Roda Viva, da TV Cultura.

Segundo Tabata, outros seis deputados dissidentes na votação da reforma da Previdência, do PDT e do PSB, também deverão mover ações judiciais com a mesma intenção.

A deputada disse que "não há diálogo com o PDT", que o partido "não foi leal" e que alguns parlamentares se sentiram alvo de uma exposição partidária "completamente desproporcional".

Assim como Tabata, outros 18 deputados considerados infiéis pelo PDT e pelo PSB sofreram punições por terem descumprido o fechamento de questão na votação —eles foram a favor da reforma, e seus partidos eram contrários.

No jargão político, quando uma sigla fecha questão, significa que determinou que aquela decisão deve ser cumprida por todos os seus integrantes, sob risco de punição.

Em julho, a comissão de ética nacional do PDT oficializou a abertura de processo contra Tabata e outros sete parlamentares que contrariaram o partido. Em agosto, o PSB decidiu expulsar o deputado Átila Lira (PI) e suspender outros nove parlamentares.

QUEM MOVERÁ AÇÃO JUDICIAL?*

Do PDT
Marlon Santos (RS), Flávio Nogueira (PI) e Gil Cutrim (MA)

Do PSB
Rodrigo Coelho (SC), Jefferson Campos (SP) e Felipe Rigoni (ES)

*Segundo a deputada Tabata Amaral

mundo

Equador vive 1º dia de calma após acordo com manifestantes

Governo cede e retomará subsídio a combustíveis; preços devem voltar a patamar anterior à crise nesta terça-feira

QUITO | REUTERS E AFP Nas horas seguintes ao acordo que pôs fim a 12 dias de protestos no Equador, o líder indígena Jaime Vargas disse que os preços dos combustíveis devem voltar nesta terça-feira (15) ao patamar em que estavam antes do começo da crise.

O estopim para as manifestações que incendiaram o país, levaram à declaração de um estado de exceção (com militares nas ruas e toque de recolher) e forçaram a transferência da sede do governo de Quito para Guayaquil foi um decreto do presidente Lenín Moreno que retirava o subsídio aos combustíveis.

O fim da concessão, que estava em vigor havia 40 anos, provocou a alta de até 123% nos valores da gasolina e do diesel e estimulou os trabalhadores do setor de transportes e os grupos indígenas a ocuparem as ruas.

A medida era parte de um pacote de ajustes para cumprir um acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), em troca de um empréstimo de US$ 4,2 bilhões.

"Nós libertamos o país", disse em uma coletiva de imprensa o líder indígena, que é presidente da Conaie (Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador).

No Twitter, o presidente equatoriano confirmou que revogaria o decreto "nas próximas horas". "Fizemos uma escolha pela paz", escreveu.

Moreno disse ainda que vai preparar uma nova medida que "assegure que os recursos cheguem àqueles que realmente precisam". Mas o novo texto não foi divulgado.

Com o fim dos protestos, os indígenas começaram a desmontar seus acampamentos em vários pontos de Quito.

A área em torno do parque El Arbolito, epicentro dos protestos, começou a ser limpa ainda nesta segunda (14).

Dezenas de funcionários recolheram os lixos que ficaram espalhados pelas ruas da capital depois de vários dias de confronto violentos.

A rotina foi restabelecida, e o Ministério da Educação anunciou que as aulas serão retomadas nesta terça-feira. Todas as escolas públicas e privadas ficaram fechadas por oito dias com o agravamento dos protestos na capital e em outras cidades.

O secretário de Estado interino para Assuntos do Hemisfério Ocidental dos Estados Unidos, Michael Kozak, destacou "o poder do diálogo pacífico" após a reunião que selou o acordo.

O diplomata acrescentou que o acordo ajudará a restaurar a estabilidade do país.

A reunião de domingo à noite, em que Lenín Moreno se sentou à mesa de negociações com os representantes indígenas, foi mediada por representantes da ONU (Organização das Nações Unidas) e da Igreja Católica.

As tratativas entre as partes começaram com o governo dizendo que não anularia o decreto e oferecendo outras medidas para amenizar os efeitos do aumento. "Se isso também está afetando os mais humildes, temos que dialogar", disse Moreno. "Mas não é justo que esses grupos poderosos fiquem ainda mais poderosos com o subsídio."

Os indígenas pressionaram e mantiveram o pedido inicial. "Basta derrubar o decreto que acabam as manifestações", disse Jaime Vargas. Ele ameaçou começar uma nova semana de protestos. "Senão, continuaremos mobilizados".

O líder indígena declarou ainda que, durante os dias de manifestação, "foram violados direitos humanos e artigos da Constituição".

O acordo pôs fim à pior crise enfrentada pelo país em décadas, que agora precisa lidar com um saldo de prejuízos milionários, sete mortos (todos eles manifestantes) e centenas de feridos e detidos.

Manifestantes e policiais entram em confronto no aeroporto de Barcelona Albert Gea/Reuters

Líderes separatistas da Catalunha são condenados a até 13 anos de prisão

MADRI E BARCELONA | REUTERS A Suprema Corte da Espanha condenou nesta segunda (14) nove líderes separatistas da Catalunha por sedição pelo papel em tentativa frustrada de independência em 2017.

Sedição é a conduta que incita pessoas a se rebelarem contra a autoridade do Estado e a aplicação da lei. Dos 9 condenados, 4 também receberam penas por mau uso de dinheiro público. As sentenças vão de 9 a 13 anos de prisão.

A pena mais longa foi para o ex-vice-líder do governo regional catalão, Oriol Junqueras.

Três outros réus que também eram julgados por envolvimento no plebiscito separatista e por uma declaração de independência de curta duração foram considerados culpados por desobediência. É uma irregularidade mais leve, que acarreta multa e proibição de ocupar cargos públicos, mas não leva à prisão.

Os 12 foram absolvidos da acusação mais grave feita pelo Ministério Público: a de rebelião, cuja pena chega a 25 anos.

E o grupo todo teve seus direitos políticos suspensos pelo período de duração das penas.

O chefe do parlamento regional, Roger Torrent, chamou o veredito de "ataque à democracia". O presidente regional da Catalunha, Quim Torra, pediu "liberdade para os presos políticos". Carles Puigdemont, demitido do cargo de chefe do governo regional da Catalunha, disse que as sentenças são uma "atrocidade". Após a decisão, um novo mandado de prisão internacional foi emitido para ele, que se exilou na Bélgica para evitar ser preso.

Nas redes sociais, os líderes separatistas afirmaram que continuarão a luta. "Nove anos de prisão não vão acabar com meu otimismo. A Catalunha será independente se persistirmos", disse Jordi Sanchez, que. Ele era o líder do movimento popular da Assembleia Nacional da Catalunha (ANC).

Em Barcelona, protestos contra a condenação fecharam vias importantes e de acesso a pontos turísticos. A área da praça da Catalunha e o passeio de Gràcia ficaram bloqueados para veículos.

Com policiamento reforçado diversos locais, houve confronto entre manifestantes e agentes de segurança.

No aeroporto, o caos levou ao cancelamento de mais de cem voos, além do atraso de outros, enquanto manifestantes no reduto separatista de Girona queimavam pneus nos trilhos do trem, interrompendo a conexão de alta velocidade entre Barcelona e França.

Há muito em jogo na forma como a decisão do tribunal será recebida. Autoridades do país querem evitar qualquer condenação vinda do exterior que considere as sentenças como excessivamente pesadas.

O veredito desta segunda deve influenciar as eleições nacionais em 10 de novembro, a quarta da Espanha em quatro anos, e vai determinar a direção adotada pelos separatistas a partir de agora.

Colaborou Daniela Mercier

O que os imigrantes de São Paulo têm a dizer?

Especial reúne depoimentos de pessoas de várias nacionalidades na cidade que mais recebe estrangeiros no Brasil

IMIGRANTES DE SP

Flávia Mantovani e Bruno Santos (fotos)

SÃO PAULO Um sírio que fugiu da guerra em 2014 e caiu direto em um bloco de Carnaval, onde deu seu primeiro beijo. Um japonês que migrou há mais de 50 anos e gosta de sair de quimono na rua e de cantar Dorival Caymmi. Uma portuguesa que deixou seu país em crise para "viver intensamente" do outro lado do oceano. Um burquinense que não podia dançar em seu país e aqui faz aulas de samba e forró.

São alguns dos milhares de imigrantes que vivem em São Paulo e que tiveram seus depoimentos reunidos pela **Folha** em um especial que começa a ser publicado nesta terça (15).

Vindos de todos os continentes com as mais diversas motivações —estudo, trabalho, razões afetivas ou fuga de conflitos—, eles disseram, nas entrevistas, como é ser um estrangeiro na cidade que mais recebe imigrantes no país, o que estranharam inicialmente e como lidam hoje com o Brasil e os brasileiros.

Não há estatísticas precisas sobre o número de imigrantes que vivem atualmente em São Paulo, mas é possível ter uma ideia com base nos registros da Polícia Federal. De acordo com dados da PF citados pela prefeitura, eram mais de 360 mil até junho de 2019 —o equivalente a 3% da população da cidade. Bolivianos, portugueses, chineses, japoneses, italianos e haitianos são as principais nacionalidades.

Uma página no site da **Folha** reunirá os depoimentos com fotografias, vídeos e áudios dos entrevistados. Além dos seis perfis de estreia, nesta primeira semana será publicada uma nova história por dia. Depois disso, outros relatos serão adicionados semanalmente.

O link para acessar o especial é **folha.com/imigrantesdesp**

'O Brasil é bom para velhos, tem muita coisa grátis; no Japão não é assim'

Meu nome é Sumio, mas não é "sumiu", de desapareceu. As pessoas sempre brincam: "ô, Sumio, já foi embora?"

Toco gaita desde os 15 anos, aprendi na escola, no Japão. Aqui aprendi a cantar "É Doce Morrer no Mar", de Dorival Caymmi. É uma música sentimental, né? Gosto disso.

Eu queria aprender música caipira, música sertaneja, mas ninguém ensina para mim.

Todo dia eu ando de metrô. Saio para comprar comida, conversar. Eu ainda cozinho. Às vezes saio de quimono, mas não é para aparecer.

Meu filho é tradutor do time Kashima Antlers. Mas eu não gosto de futebol. É muita bagunça, entende? Eu já joguei beisebol, tênis e pingue-pongue também. Gosto só de bola pequena, de bola grande não gosto.

O Brasil é bom para velhos. Tem muita coisa grátis pro idoso. No Japão não é igual.

Mas o Brasil está ficando ruim. Muita gente bagunçando, estão roubando o dinheiro do povo. O Brasil está afundando.

*

O marceneiro Sumio Takai, 81, é do Japão e está no Brasil desde 1966

'Aprendi a falar português e a cantar na prisão'

Não dá para contar minha história e não falar do meu começo aqui. Cheguei e uma semana depois fui presa, acusada de tráfico de drogas. Fiquei na penitenciária feminina três anos e seis meses.

Aprendi a falar português na prisão, aprendi a cantar lá, em um culto da igreja. Não é que aprendi a cantar lá, acho que lá consegui libertar a minha música, meu canto.

À noite eu abria a boqueta da minha cela, a janela onde entregavam cartas, e cantava. Todo mundo cantava comigo. Isso acalmava os bebês que passavam a noite chorando na ala materna.

Não encontrei na prisão pessoas perigosas, como todo mundo fala. Encontrei mães, tias, filhas de alguém. Eu entrei sem nada dentro do sistema, e elas dividiram tudo comigo: sutiã, calcinha, escova de dente.

O que eu vivi lá daria um livro. Hoje eu vejo por que passei por isso tudo.

Agora eu me sinto em um filme: nunca imaginei que ia cantar, estrear no cinema, fazer uma peça nos palcos incríveis de São Paulo. Essas coisas não acontecem na vida real, não é possível.

Lá na minha terra, quando a gente começa a andar, seus pais e irmãos já cantam músicas para a gente sincronizar o corpo com a dança zulu. Então você já começa a andar dançando.

Mas eu não tinha tanto interesse pela dança zulu antes de vir para cá. Quando eu cheguei, eu me senti muito desconectada das minhas raízes, precisava me identificar com algo. Meus pais até hoje não acreditam que eu me tornei uma boa dançarina de zulu.

Nossos sobrenomes lá carregam toda a nossa ancestralidade, os nomes dos nossos antepassados. O meu é Dlamini Sibal'khulu Sembatha Mkhonto Mfezi Emathe Mahle Khuze lwaka Ngobokazi Jama Kasjadu Mdlovu Magaduzela Wena Owasebukhosini. Pegou?

Olha, eu amo o Brasil. Eu nunca pensei que ia chegar um dia em que eu ia dizer: eu, Nduduzo Siba, amo o Brasil.

*

A cantora, dançarina e atriz Nduduzo Siba, 31, é da África do Sul e vive no Brasil desde 2013

‘Lá não podia dançar; aqui faço aula de forró’

Eu era apaixonado por dança, mas não é permitido a um muçulmano dançar no meu país. Quando cheguei ao Brasil, pensei: por que não fazer o que eu gosto e não tive oportunidade? Há dois anos faço aula de forró, sertanejo, samba de gafieira. Realizei esse sonho no Brasil.

Quando eu falo que sou de Burkina Fasso, as pessoas me perguntam se é um país, porque elas nunca ouviram falar. Eu explico que é um país pequeno que fica do lado da Costa do Marfim, onde se fala francês e mais de 27 dialetos.

Sou garçom e comecei trabalhando na cozinha. Depois o dono do restaurante me chamou e perguntou: “Você fala francês? Fala inglês? Por que você não trabalha como garçom?”. Quando vem um estrangeiro que não fala português, sou eu que atendo.

Não é muito comum um homem cozinhar no meu país. Na minha cultura, o homem tem as coisas especificamente só pra ele, e a mulher só cuida de casa. E aqui não é, todo mundo faz a sua parte. Eu acho isso aqui lindo.

*

Garçom, Abdoulaye Guibila, 30, é de Burkina Fasso e está no Brasil desde 2014

‘No segundo dia no Brasil, dei meu primeiro beijo’

Por mal ou por bem, a sociedade síria está se adaptando ao resto do mundo. A gente assistia a séries ocidentais, mas agora a gente se sente vivendo numa série ocidental.

Outro dia voltei a conversar com uma amiga minha da Síria, mas agora não tem mais papo. É tudo muito diferente.

Aqui as coisas mais doidas parecem muito mais lógicas. No meu segundo dia no Brasil, eu entrei num bloco de Carnaval sem saber o que era, sem falar português. Dei o primeiro beijo da minha vida.

A situação na Síria, até quando eu conto para mim mesmo, para amigos, é tão diferente da minha vida atual que parece uma coisa imaginária. Minha sobrinha nasceu na guerra. As primeiras palavras dela não foram “pai” ou “mãe”. Foram: “estão atirando”, “tem bala lá fora”.

Outro dia estava almoçando com um amigo e mostrando fotos da minha casa destruída. Ele não entendia como a gente continuou vivendo naquela casa, mas a gente vivia nela de boa. Agora eu não me enxergo morando naquele lugar.

O poder de adaptação do ser humano é muito forte. Na primeira bomba você acorda com medo, na segunda bomba você fica dormindo.

Eu só tive a sensação de liberdade na Síria umas três vezes, nas manifestações contra o governo. Mas aqui você pode escolher a roupa que vai vestir, qual trabalho vai fazer... Porque até isso lá é a família que decide. Eu posso ser quem eu quero aqui. É muita liberdade. É assustador e ao mesmo tempo é bem bonito.

Namorei uma brasileira por três anos. Ela é atriz, feminista e me ensinou muito sobre o respeito à mulher. Tento ser o mais mente aberta possível, mas muita coisa não estava nem na minha perspectiva: eu não sabia que as piadas que a gente fala eram tão chatas, e ela me explicou por que são chatas. Agradeço a ela, somos amigos até hoje.

Quero manter minha tradição, seguir sendo um homem sírio, mas ao mesmo tempo eu quero ser brasileiro, ir a um churrasco no domingo, sair para uma festa com os amigos. Já ajudei até a compor um samba, já penso em português. Aqui posso manter o lado árabe e fazer crescer meu lado brasileiro.

*

Professor de idiomas e estudante de engenharia, Hakam Elyoussef, 27, é da Síria e está no Brasil desde 2014

‘Para o Brasil, a América Central é um pouco como se fosse outro planeta’

Quando cheguei, o Brasil era pouco voltado para a América Latina. Isso mudou um pouco, não totalmente, mas também acho que a língua coloca barreiras. O brasileiro se interessa mais pelo que acontece da Colômbia e da Venezuela para baixo. Já a América Central é, geopoliticamente, como se fosse outro planeta.

Foi muito duro ver a Nicarágua retomando a ditadura. Nós víamos os sinais, a coisa vai caminhando até chegar a um momento em que a gente se pergunta: o que é isso? Aqui deveríamos acender o alerta também.

Nenhuma ditadura entra, bate na porta e diz: eu sou a ditadura. Ela vai entrando cautelosamente. E muitas vezes assusta porque vai muito rápido. E, quando ela se instala com o silêncio das pessoas, é muito difícil de ser extirpada.

Já tenho mais tempo no Brasil que na Nicarágua. Nunca me desfiz das minhas raízes, mas meus filhos foram criados aqui, meus netos nasceram aqui. E o Brasil é o país da minha escolha. Isso é ainda mais importante.

*

Socióloga, Mercedes Salgado, 67, é da Nicarágua e está no Brasil desde 1972

‘Sempre perguntam o que estou fazendo aqui’

A minha intenção, quando vim para São Paulo, era viver. Portugal é um país que está saindo agora de uma bancarrota. Eu estava cansada de uma monotonia e de uma apatia generalizada que durante muitos anos se sentiu nas pessoas. Não havia alegria, e eu sentia falta disso.

A primeira coisa que me perguntam é: o que você está fazendo aqui? Nenhum brasileiro acha interessante as pessoas virem para o Brasil. Eu tinha a ideia de que o Brasil era um país que se gostava muito, e não é.

Vocês não têm noção do que é ser um trabalhador independente lá. Não tem nem metade do que oferece na CLT. É uma precarização ofensiva. E não tenho vontade de voltar pra isso.

Desde pequena tinha fascínio pelo Brasil, talvez por acompanhar novelas, as dublagens, que a gente lá chama de dubragens. “O Rei Leão” foi um marco, o primeiro filme que eu vi em português de Portugal. Até então era tudo em “brasileiro”.

Sempre vem alguém brincar com português. Não tem piada de brasileiro lá, então não consigo dar o troco. Imagino que o que aconteceu é que havia uma raiva dos portugueses, da colonização, da história.

A caracterização do português como um personagem burro, eu acho que tem a ver com essa ranço. Então eu não rio porque não acha graça das piadas, mas não fico chateada.

A melhor decisão que tomei na vida foi ter vindo para o Brasil. Ao conhecer outras culturas, como as pessoas pensam, sentem, não tem como você não mudar.

Quando volta, você fica num limbo, não é de lado nenhum, é de si mesma. Isso é um empoderamento enorme.

*

A designer de produto Maria Luísa Caeiro, 31, é de Portugal e está no Brasil desde 2016

Moro abranda regras para deportação sumária em nova portaria

Gustavo Uribe e Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA Após sofrer críticas de especialistas em direitos humanos e em políticas de imigração, o ministro da Justiça, Sergio Moro, publicou nova portaria que ameniza as regras de deportação de estrangeiros considerados perigosos pelo governo brasileiro.

A medida, publicada nesta segunda (14) no Diário Oficial da União, amplia de dois para cinco dias o prazo de apresentação de defesa. Além disso, o prazo para apresentação de recurso de uma decisão aumenta de um para cinco dias.

O novo texto proíbe ainda a repatriação ou deportação que possa colocar em risco a vida ou a integridade pessoal do estrangeiro, trecho não contemplado na redação anterior. A portaria não se aplica a residentes no Brasil que estão com registro regularizado.

As regras se aplicam a estrangeiros que tenham praticado atividades que desrespeitam os princípios constitucionais, como envolvimento em terrorismo, tráfico de drogas e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Pelo texto, o estrangeiro será “pessoalmente notificado” para que apresente defesa ou deixe o país voluntariamente.

Segundo o Ministério da Justiça, os motivos de deportação sumária poderão ser avaliados “pela autoridade migratória por meio da difusão ou informação oficial em ação de cooperação internacional”.

A Lei de Migração estabelece que o deportando tem prazo não inferior a 60 dias para regularizar a sua situação. A deportação pode ser executada se a regularização não ocorrer nesse período.

Há um dispositivo nela que prevê a redução desse prazo para as pessoas que tenham “praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal”, mas não havia especificação sobre como determinar quem se enquadra nesse item.

A primeira portaria foi editada em julho e gerou polêmica. Ela foi publicada em meio às divulgações do site The Intercept Brasil, que revelou, em trocas de mensagens privadas entre o ex-juiz e procuradores da força-tarefa, ingerência do atual ministro da Justiça sobre as investigações da operação.

O jornalista americano Glenn Greenwald, do Intercept Brasil, é cidadão dos Estados Unidos e mora no Rio. Ele é casado com um brasileiro, o deputado federal David Miranda (PSOL-RJ), com quem tem dois filhos adotivos, também nascidos no país.

A portaria também foi questionada pela então procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que pediu a suspensão da norma por considerá-la inconstitucional.

A ação está com a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, que ainda não proferiu uma decisão. Como a nova portaria revoga a anterior, advogados ouvidos pela **Folha** argumentaram que a ação da PGR pode perder o objeto.

Especialistas em imigração e em casos de deportação e extradição argumentam que o alargamento do prazo de defesa para cinco dias é insuficiente para garantir o amplo direito de defesa dos envolvidos.

Para Marcelo Bettamio, advogado que atuou em processos de extradição, o novo prazo é “exíguo”. “Estão criminalizando a imigração no Brasil.”

Bettamio também argumenta que a lei de migração não prevê regulamentação e que, portanto, Moro não poderia tratar de questões migratórias por portaria.

Democracia polonesa corre perigo

Na era do populismo, alimentar certezas sobre futuro político é ilusão temerária

Yascha Mounk

Cientista social, é professor associado na Universidade Johns Hopkins e autor de 'O Povo Contra a Democracia'

A democracia esteve em votação no domingo (13) na Polônia.

Ela sofreu uma derrota com consequências graves que se farão sentir muito além das fronteiras do país. Durante décadas, cientistas políticos enxergaram a Polônia como a grande história de sucesso da transição do comunismo à democracia.

Em nenhum outro grande país da Europa central ou do leste as instituições democráticas haviam deitado raízes tão profundas; nenhum outro tinha uma imprensa tão ruidosa e uma sociedade civil que prosperara tão notavelmente.

Segundo especialistas regionais, a democracia na Polônia estava "consolidada": assim como na Itália ou no Brasil, podíamos contar que ela se conservaria estável pelo futuro previsível.

Essa narrativa começou a ser posta em dúvida quando o partido populista de extrema direita Lei e Justiça chegou ao poder na sequência de um escândalo de corrupção, em 2015.

O líder da legenda, Jaroslaw Kaczynski, começou imediatamente a atacar o Estado de direito e a limitar a independência de instituições fundamentais, como a rede de rádio e televisão pública do país.

Como destacaram observadores internacionais que vão do Parlamento Europeu ao think tank Freedom House, as reformas do Judiciário empreendidas por Kaczynski —para obrigar juízes independentes a se aposentarem e assim aumentar o controle de ministros governamentais sobre as investigações criminais— representam uma ameaça grave à democracia polonesa.

Nos primeiros anos do governo do Lei e Justiça, as instituições da sociedade civil pareciam ter limitado parte desses danos. Sob pressão de protestos, Kaczynski foi forçado a fazer algumas concessões parciais, porém significativas, em relação à independência judicial.

Parecia que os poloneses não aceitariam ver seus direitos democráticos restritos sem resistir a isso. Mas as manifestações diminuíram, e o maior partido da oposição teve dificuldade em se manter relevante.

Antes das eleições de domingo, Kaczynski prometeu ir ainda mais longe em seus ataques aos juízes independentes e à imprensa livre se seu partido saísse vitorioso das urnas.

Foi o que aconteceu. O Lei e Justiça recebeu 44% dos votos, cerca de 6% mais que nas eleições anteriores. Seu rival mais próximo, a Coalizão Cívica, de centro-direita, perdeu cinco pontos percentuais, com 27% do total.

Como o sistema eleitoral do país oferece vantagem considerável ao maior partido político, isso é suficiente para dar a Kaczynski maioria crucial na câmara baixa do Parlamento. A oposição ganhou uma maioria muito pequena no Senado, o que permitirá adiar —mas não bloquear— algumas leis.

Ele também tem a chance de ganhar poderes de veto vencendo as próximas eleições presidenciais em 2020. Mas, por enquanto, o governo tem poder suficiente para avançar sua agenda com pouca oposição.

Como mostra o exemplo de outros governos, é frequentemente no segundo mandato que populistas conseguem assumir controle total, eliminando os centros de poder rivais.

Com o governo agora detendo o poder suficiente para instituir mais reformas antidemocráticas, é provável que fique mais difícil para a oposição realizar seu trabalho. Isso terá consequências que se estenderão muito além das fronteiras da Polônia.

Nos últimos anos, a Hungria vem testando essas premissas além dos limites, mas os líderes europeus trataram esse fato embaraçoso como uma mera anomalia. Agora, porém, a impressão que se tem é que Varsóvia está pouco a pouco se transformando em Budapeste.

Estudiosos presumem há décadas que a democracia é frágil em alguns países, como Ucrânia e Etiópia, mas estável em outros, como Japão ou Itália.

A Polônia, segundo a maioria desses acadêmicos, fazia parte da segunda categoria. A eleição do domingo demonstrou que essa ideia era ingênua. Nenhuma democracia está em segurança total. Na era do populismo, alimentar certezas sobre o futuro político constitui uma ilusão perigosa —uma lição que os brasileiros têm motivos prementes para levar a sério.

Tradução de Clara Allain

Ultraconservadores perdem maioria do Senado na Polônia

Por apenas quatro cadeiras, partido Lei e Justiça mantém controle da Câmara

VARSÓVIA | REUTERS E AFP O partido nacionalista e ultraconservador Lei e Justiça (PiS) manteve sua maioria na Câmara baixa do Parlamento da Polônia, mas, contrariando as pesquisas de boca de urna, perdeu o controle do Senado para a centrista Coalizão Civil, que ficou com 51 das 100 cadeiras.

O que deveria ter sido uma vitória fácil para o PiS se transformou em uma disputa acirrada pela Câmara (Sejm), que concentra mais poderes, segundo a legislação polonesa.

A Comissão Eleitoral declarou nesta segunda-feira (14) que os ultraconservadores conquistaram 235 dos 460 assentos —apenas quatro acima do mínimo necessário (231 cadeiras) para formar a maioria. Com o resultado, o PiS garantiu sua reeleição na casa.

Com a nova configuração, o Senado, agora controlado pela oposição, poderá bloquear ou atrasar a tramitação de propostas legislativas.

"O Senado foi reconquistado. Graças ao acordo entre os partidos, a oposição terá a maioria", escreveu Katarzyna Lubnauer, líder de uma das legendas da Coalizão Civil.

A composição poderá também votar em nomeações para instituições-chave, como a procuradoria-geral do país.

O líder dos ultraconservadores, Jaroslaw Kaczynski, afirmou que prevê atrasos na aprovação da agenda legislativa. "Merecíamos mais."

Durante seu primeiro mandato, o PiS ficou conhecido pela rapidez com que passava projetos de lei, convocando sessões do Sejm de última hora e tarde da noite, normalmente seguidas por votações rápidas. A legenda esperava conquistar dois terços das cadeiras do Senado, o que lhe permitiria aprovar emendas à Constituição polonesa.

+ Raio-X da Polônia

460
assentos no Parlamento

38 milhões
população em 2018
(Brasil: 208 milhões)

3,8%
desemprego em 2018
(Brasil: 12,3%)

US$ 585,7 bi
PIB em 2018
(Brasil: US$ 1,8 trilhão)

5,1%
crescimento do PIB em 2018
(Brasil: 1,1%)

88,7 anos
expectativa de vida em 2017
(Brasil: 75,4)

Fonte: Banco Mundial

Resultados das eleições legislativas

61,6% compareceram às urnas, maior índice desde 1989

O PiS "não tem uma maioria suficientemente ampla para derrubar um veto presidencial. Por isso, o desafio será vencer as eleições presidenciais do próximo ano", afirmou Stanislaw Mocek, reitor da universidade Collegium Civitas, em Varsóvia.

Um dos pilares do sucesso do PiS é a forma como recorre ao ressentimento de poloneses mais pobres, que não prosperaram após o colapso do regime comunista em 1989. No poder desde 2015, o partido ampliou o gasto social.

A legenda prometeu acabar com o modelo pós-comunismo, que contou com a mão de obra barateada, mais do que dobrando o salário mínimo nos últimos oito anos —gastos que se tornaram possíveis graças ao crescimento da economia polonesa.

Um ponto central das eleições foi o programa 500+, que dá a famílias cerca de R$ 515 mensais por filho. O projeto foi criado pelo PiS e se popularizou na zona rural.

Tacitamente apoiada pela Igreja Católica, ainda muito influente na sociedade polonesa, a legenda aposta em valores familiares e tradicionalistas e condena o que chama de "ideologia LGBT".

O partido também mudou a política externa da Polônia, afastando-a da União Europeia e se tornando um líder na tentativa de minar alguns poderes do bloco.

Bruxelas tomou medidas legais contra as autoridades polonesas para derrubar uma legislação que, segundo o bloco, politiza o Judiciário.

O PiS alega que as reformas são necessárias para que o sistema judicial seja mais justo e eficiente. Em sua campanha, o partido prometeu mais mudanças nas cortes do país.

Do outro lado, a oposição da Coalizão Civil buscou o apoio dos moradores dos grandes centros urbanos, que são críticos dessas reformas.

O comparecimento às urnas foi de 61,1%, o maior índice registrado desde as primeiras eleições, em 1989, que seguiram ainda o modelo eleitoral herdado do comunismo.

A vitória apertada dos ultraconservadores ocorre um dia depois da derrota de um de seus principais aliados, o premiê húngaro Viktor Orbán. Seu partido, o Fidesz, perdeu a prefeitura da capital, Budapeste, para Gergely Karacsony, de centro-esquerda.

O resultado foi considerado o maior feito eleitoral da oposição húngara nesta década. Para o cenário nacional, só estão previstas eleições gerais em 2022. Orbán, eleito também em 2010, tem maioria absoluta no Parlamento.

Trump anuncia possíveis sanções à Turquia após ataque na Síria

WASHINGTON | THE WASHINGTON POST E REUTERS O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou na segunda-feira (14) que "em breve" emitirá uma ordem executiva autorizando sanções contra o governo turco, depois da ofensiva no norte da Síria.

Trump não especificou quando as medidas serão impostas, mas disse que o ato autoriza sanções adicionais contra "aqueles que podem estar envolvidos em graves violações dos direitos humanos, impedindo um cessar-fogo, impedindo que pessoas deslocadas voltem para casa, repatriando à força refugiados ou ameaçando a paz, segurança ou estabilidade na Síria".

Segundo Trump, as tarifas sobre as importações de aço da Turquia terão aumento de 50%, e os Estados Unidos já interromperam as negociações de um acordo comercial de US$ 100 bilhões com o país.

"Os Estados Unidos usarão agressivamente as sanções econômicas para atingir aqueles que possibilitam, facilitam e financiam esses atos hediondos na Síria", disse Trump em declaração divulgada em sua página no Twitter. "Estou totalmente preparado para destruir rapidamente a economia da Turquia se os líderes turcos continuarem nesse caminho perigoso e destrutivo."

Mulher chora sobre a foto de integrante das Forças Democráticas da Síria, morto em conflito com tropas turcas
Delil Souleiman/AFP

Também nesta segunda-feira, o vice-presidente, Mike Pence, afirmou que Donald Trump conversou com o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, e pediu que ele interrompa o avanço militar.

O mandatário americano instou Erdogan a concordar com um cessar-fogo imediato, segundo o vice, que também afirmou que viajará em breve para a região.

"Os Estados Unidos simplesmente não tolerarão mais a invasão turca na Síria. Nós estamos pedindo que a Turquia recue, ponha fim à violência e se sente à mesa de negociações", disse Mike Pence.

Na última segunda-feira (7), Trump declarou abruptamente que evacuaria 50 tropas americanas da região. O presidente americano ignorou críticas à sua decisão, que deixou o caminho aberto para os turcos atacarem os curdos.

As cenas de devastação causadas pela invasão, os registros de mortos e feridos e o deslocamentos de milhares de de pessoas obrigadas a deixar suas casas expuseram o presidente a duras críticas de congressistas, inclusive os do Partido Republicano.

Os curdos foram importantes aliados na guerra contra o grupo terrorista Estado Islâmico, e a decisão de abandoná-los foi vista como traição.

Somando entre 30 e 40 milhões de pessoas, os curdos constituem uma das maiores nações apátridas do mundo. Por volta de 20 milhões vivem na Turquia e são considerados separatistas pelo governo.

Desde o início da semana passada, o governo Trump enfrenta intensa pressão para impor sanções à Turquia.

O Congresso americano prometeu agir caso o presidente não adote medidas para impedir os ataques e resguardar o povo curdo.

Trump afirmou que a ofensiva militar da Turquia está causando uma crise humanitária e criando condições para "possíveis crimes de guerra", mas deixou claro que não voltará atrás em sua decisão.

"Como já disse antes, eu evacuarei todos os militares americanos do norte da Síria."

O secretário da Defesa, Mark Esper, confirmou no domingo que praticamente todas as tropas no norte da Síria seriam evacuadas.

Mas nesta segunda-feira, Donald Trump disse que um grupo pequeno de militares ainda está na guarnição de At Tanf, no sul da Síria, "para continuar a perturbar os restos" do grupo terrorista do Estado Islâmico.

Tradução Luiz Roberto M. Gonçalves

ADEGA
FOLHA ★★★
TASTING
DEGUSTE À VONTADE OS VINHOS DE TODOS OS EXPOSITORES
★ A_ Associação Brasileira de Sommeliers / Alandes / Altos Las Hormigas / Araldica ★ B_ Baron Philippe de Rothschild / Beaulieu Vineyard / Beronia / Bisquertt / Bodegas Arloren / Bodegas Arúspide / Bodegas Bleda / Bodegas y Viñedos Alfredo Santamaría / Bouchon / Bouza / BV ★ C_ Calvet / Cantu Importadora / Casa Perini / Casa Santos Lima / Casa Scalecci / Casa Relvas / Cecchi / Chakana / Conceito Português / Concha y Toro / Cono Sur / Coravin ★ D_ Dal 1947 / Decanter / Devinum / Domaine Paul Mas / Dom Martino / Don Raul ★ E_ Emiliana / Espumantes Amitié / Estrada Real ★ F_ Familia Cassone / Familia Schroeder / Familia Torres / Finca Sophenia ★ G_ Garzón / Gonzalez Byass ★ H_ Habla / Hardys / Hawke's / Henkell / Herdade do Esporão / Hispania ★ J_ José Maria da Fonseca ★ K_ Kaiken / Kelman / Krohn / Kumala ★ L_ Lacrima Baccus / La Pastina / Los Vascos ★ M_ Maison Louis Latour / Maria Maria / Maschio Dei Cavalieri / Michele Chiarlo / Miguel Torres Chile / Miolo Wine Group ★ N_ Navarro Correas / Navarrsotillo / Nino Franco ★ O_ Odjfell ★ P_ Papillon / Paul Jaboulet / Pizzato / Porto Croft / Portus ★ Q_ Qualimpor / Quinta do Ameal / Quinta do Crasto / Quinta da Garrida / Quinta dos Murças / Quinta da Neve / Quinta da Romaneira ★ R_ RAR / Ramón Bilbao / Riedel / Ruca Malen ★ S_ Seleção Adega / Susana Balbo Wines ★ T_ Taylor's / Tedeschi / Terra Rossa / The Fladgate Partnership ★ U_ Undurraga ★ V_ Val da Ucha / VCT Brasil / Ventisquero / Vihucas / Viñedos Balmoral / Vindame / VinGarde Valise / Vinícola Aurora / Vinícola Hermann / Vinum Vitae / Vitácea Brasil ★ W_ World Wine ★ Y_ Yellow Tail ★ Z_ Zonin
★ Condições exclusivas para assinantes FOLHA, Revista ADEGA e associados ativos Clube ADEGA.
★ ASSINANTE FOLHA: Utilize o código adega_folha e ganhe R$ 50 de desconto Limitado à compra de 2 ingressos
19 DE OUTUBRO 13h às 21h
VILLAGGIO JK RUA FUNCHAL, 500 – SÃO PAULO/SP
www.adegafolha.com.br
INGRESSOS LIMITADOS!
NÃO HAVERÁ VENDA DE INGRESSOS NO LOCAL
REALIZAÇÃO:
FOLHA NÃO DÁ PRA NÃO LER.
REVISTA ADEGA
TAÇA OFICIAL:
RIEDEL
MAIS INFORMAÇÕES: (11) 3876-8200 / adega_folha_tasting@innereditora.com.br
SE FOR DIRIGIR, NÃO BEBA

Retomada patina com desempenho errático da atividade econômica

Dados mostram que recuperação depende do comércio e do serviço e do consumo das famílias

Alexa Salomão e Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Os dados sobre a atividade econômica já divulgados para o terceiro trimestre de 2019 mostram que a economia brasileira segue em trajetória errática, sem sinais de retomada consistente e ainda dependente do consumo das famílias e dos setores de comércio e serviços.

Nem mesmo a liberação do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), a queda dos juros e o andamento das reformas econômicas têm se mostrado suficientes para a recuperação da confiança, dos investimentos e do setor industrial. Economistas têm concentrado suas apostas em 2020, ano em que os efeitos do ciclo atual de queda dos juros fariam a economia ganhar ritmo, após três anos de crescimento ao redor de 1%.

O histórico das projeções coletadas pelo Banco Central, no entanto, mostra que as estimativas feitas com essa antecedência se frustraram nos últimos anos.

"Com mais estímulo monetário a tendência do PIB [Produto Interno Bruto] é crescer um pouco mais. Quanto? Não se sabe, mas não é muito mais", afirma o economista Afonso Celso Pastore, da AC Pastore & Associados.

Em relatório recente, AC Pastore destacou os elementos dessa análise. Com a indústria ainda estagnada, o que vem sustentando a retomada desde o final da recessão é o consumo das famílias.

No entanto, essa expansão do consumo acontece em uma velocidade muito menor do que a verificada em outros períodos —atualmente, ela está abaixo de 2% ao ano e, entre 2006 e 2010, foi da ordem de 6% ao ano.

Uma das razões para isso é a lenta retomada do emprego e da qualidade dos postos gerados. A maior parte é informal, o que reduz a massa salarial e, por tabela, o poder de compra. O emprego formal paga, em média, 25% mais que o emprego por conta própria.

Na avaliação de Pastore, a injeção de recursos do FGTS para o consumo e uma eventual melhora do cenário internacional até podem dar um alívio, mas não serão suficientes para mudar o atual ambiente interno, em particular para a indústria.

Dados do Banco Central divulgados nesta segunda-feira (14) e indicadores do IBGE e de instituições privadas mostram que a atividade econômica voltou a crescer abaixo do patamar de 1,1% verificado em 2017 e 2018.

O IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central), por exemplo, subiu 0,07% em agosto na comparação com o mês anterior, após recuar 0,07% em julho.

Nos últimos 12 meses, o crescimento acumulado é de 0,87%, abaixo do verificado nos três meses anteriores. O indicador da atividade econômica do IBRE/FGV também mostra expansão de 0,9% na mesma comparação.

Entre os dados que fazem parte do índice do BC estão os números do IBGE dos diversos setores da economia.

De acordo com o instituto, a indústria e o comércio mostraram expansão em agosto na comparação com julho. Os serviços tiveram retração. Os três setores registraram piora no acumulado em 12 meses.

Na pesquisa Focus, realizada pelo Banco Central junto a vários economistas, a estimativa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 2019 coletada na última sexta-feira (11) era de 0,87%. Para 2020, está em 2%.

Nas pesquisas Focus de 11 de outubro de 2017 e 2018, as projeções de crescimento para o ano seguinte (2018 e 2019, respectivamente) também mostravam otimismo, ambas com expansão de 2,5%.

"A economia está andando de lado. A taxa [de crescimento] não vai diferir muito de 1% em 2019. Talvez a liberação do FGTS nos salve de um crescimento menor, mas temos vários elementos contrapondo esse efeito positivo", afirma Claudio Considera, pesquisador do IBRE/FGV, citando a crise na Argentina, a desaceleração europeia e a guerra comercial entre a China e os Estados Unidos.

Segundo ele, os juros vão continuar caindo, mas ainda é necessária a redução de uma série de incertezas no cenário econômico para que isso possa animar os investimentos e contribuir para uma queda mais forte do desemprego.

O economista afirma que o governo, a despeito das restrições fiscais, precisa contribuir para a retomada do investimento por meio de estímulos.

"A única saída que resta é ter investimento público. Tem de fazer obra. Tem de fazer impulso fiscal. As famílias estão muito endividadas, e ninguém está muito confiante no que vai acontecer no longo prazo", afirma Considera.

Rodrigo Nishida, economista da LCA Consultores, afirma que a orientação do governo de tirar o foco do financiamento público para o privado vai na direção correta, mas é um processo que tem se mostrado muito lento.

De acordo com Nishida, o ideal seria insistir nas reformas e tentar fazer as concessões e privatizações andarem mais rápido, além de reorganizar o Orçamento, por meio de medidas como as do Pacto Federativo, para que seja possível a retomar o investimento público.

"Os números de agosto foram fracos. Tudo indica que setembro vai ser melhor, mas a gente não consegue ver uma recuperação mais evidente da atividade. Temos um ritmo de alta que é bem irregular se você acompanhar mês a mês", diz o economista.

A consultoria projeta crescimento de 1% neste ano e 2,3% em 2020, com a taxa básica de juros em 4,5% até o final do próximo ano. Atualmente, está em 5,5% ao ano.

Nishida diz que os juros mais baixos terão impacto na atividade e que a expansão mais expressiva do crédito tende a se acentuar. "No consumo das famílias é que a gente projeta uma alta mais pronunciada no ano que vem, enquanto a indústria ainda deve seguir a passos mais lentos, principalmente por causa desse cenário internacional mais difícil", afirma.

A IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão do Senado, divulgou nesta segunda-feira (14) seu relatório mensal com a expectativa de que a economia só alcance novamente seu potencial de crescimento em 2022.

"Hoje a economia está muito desaquecida, tem ociosidade do lado de capital e no mercado de trabalho. Isso significa que a economia só vai ta a ficar aquecida para valer em 2022, quando deve crescer 2,2%", diz o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto.

Ele afirma que, embora a literatura econômica recomende a preservação do investimento público em momentos de ajuste fiscal pelo lado do gasto, não há hoje espaço fiscal. Além disso, vários estudos mostram que o potencial do investimento fica prejudicado em países com dívida e o déficit elevado.

"Se você tem uma dívida muito alta, e as contas estão desequilibradas, essa política não vai ser tão efetiva. Esse é um motivo para fazer um ajuste fiscal mais rápido", afirma o diretor-executivo da IFI.

Atividade econômica desacelera e volta a crescer abaixo de 1%

Variação acumulada em 12 meses, em %

Indústria, comércio e serviços desaceleram

Fonte: IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central)

> A economia está andando de lado. A taxa [de crescimento] não vai diferir muito de 1% em 2019. Talvez a liberação do FGTS nos salve de um crescimento menor, mas temos vários elementos contrapondo esse efeito positivo

Claudio Considera
pesquisador do IBRE/FGV

> Tudo indica que setembro vai ser melhor, mas a gente não consegue ver uma recuperação mais evidente da atividade. Temos um ritmo de alta que é bem irregular

Rodrigo Nishida
economista da LCA Consultores

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Depois da tempestade

Apesar da movimentação no BNDES no fim de semana, com relatos de que o governo se esforça para recolocar André Laloni no cargo de diretor de mercado de capitais, o clima na instituição nesta segunda (14) foi de calmaria. Em Brasília, no Ministério da Economia, a saída do executivo na sexta (11) não foi vista como grande catástrofe capaz de comprometer a venda de participações acionárias do BNDES. O projeto segue em frente, a despeito das últimas turbulências.

SILÊNCIO Até mesmo os funcionários, que há uma semana protestaram na sede do banco contra a gestão de Laloni, por ora, não preparam reação aos rumores de um eventual retorno do executivo.

VASSOURA A AFBNDES (associação dos funcionários) afirma que não há entre os profissionais uma resistência à venda no banco e que jamais houve "faxina", palavra atribuída a Laloni para definir a saída de executivos da área de mercado de capitais do BNDES.

NOVOS DESAFIOS "Dos 11 executivos originais, só um foi destituído. Os outros deram um jeito de sair, mesmo para ficar sem cargo. Outros foram convidados para ficar e não toparam", diz a associação em nota.

RODA Não deu tempo para que as empresas de patinete compartilhado se adaptassem à legislação publicada pela prefeitura de São Paulo em agosto e que entraria em vigor na última semana. Decreto do prefeito Bruno Covas (PSDB) do sábado (12) ampliou o prazo até o final de outubro.

TRÂNSITO Segundo a prefeitura, a postergação serve para que todas as sugestões e demandas das companhias possam ser analisadas. No setor, a avaliação é que houve atraso na implementação das obrigações pelas empresas, entre elas, a maior startup do segmento, a Grow (joint venture formada por Yellow e Grin).

FREIO Procurada, a Grow não informa se pediu prorrogação. Diz apenas que faz parte do grupo de trabalho criado pela prefeitura para debater a regulamentação.

EMPRÉSTIMO O SPC Brasil reúne executivos de 150 varejistas em São Paulo nesta terça-feira (15) para discutir os efeitos da entrada em vigor do novo cadastro positivo.

VAGA A Renner leva para Boa Vista qualificação para refugiadas e já contratou mais de 50 delas, segundo a varejista. A Marfrig trouxe 40 estrangeiros para a fábrica de Várzea Grande (MT) em novo programa de inclusão. A Sodexo diz ter 135 refugiados.

BOTIJÃO O mercado espera que a Petrobras anuncie nesta semana o acordo final para a venda da Liquigás ao consórcio formado por Itaúsa, Copagaz e Nacional Gás Butano. A expectativa é que o valor da operação fique em torno de R$ 3 bilhões. Procurada, porém, a estatal não comenta sobre o assunto.

COZINHA O consórcio apresentou melhor proposta para a compra da subsidiária em agosto e negocia contrato desde então. É a segunda vez que a Petrobras tenta vender a Liquigás. Em 2018, o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) vetou uma operação de R$ 2,8 bilhões com o grupo Ultra, que controla a Ultragaz.

MISCIGENAÇÃO A Alta, entidade da indústria de aviação que representa companhias da América Latina e do Caribe, se expande para fora da região. Depois da Avolon, empresa irlandesa de leasing de aeronaves, que se tornou membro da entidade no mês passado, Repsol e Chevron devem ser anunciadas em breve, assim como a indiana IBS Software, de tecnologia de transporte e logística.

FRONTEIRAS A chegada do grupo Air France-KLM à Alta será anunciada nesta terça (15). Entre as companhias aéreas da região também há um movimento de adesão, como Gol, TwoFlex e Amaszonas.

PASSEIO Representantes de 15 escritórios de advocacia foram nesta segunda (14) à sede da InvestSP, agência de promoção do plano de concessões do governo paulista, para conhecer os projetos dos parques da Cantareira e Horto, zoológico de São Paulo, Caminhos do Mar, Mosaico do Paranapiacaba e o pacote com 12 parques urbanos.

NO PARQUE Os projetos representam cerca de 20% do plano de concessão e parcerias de São Paulo. O governo tem expectativas de que o zoológico movimente R$ 152 milhões em investimentos. Os outros projetos estão em fase de modelagem técnica e econômica e devem ter seus editais prontos entre julho e setembro de 2020.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

Governo propõe extinção de multa de 10% do FGTS para empregador

Para o Ministério da Economia, medida criaria uma folga fiscal no Orçamento; pasta estuda reduzir contratações do Minha Casa Minha Vida

Fábio Pupo e Bernardo Caram

BRASÍLIA O governo vai enviar ao Congresso uma MP (Medida Provisória) para acabar com a multa de 10% que empresas pagam ao governo sobre o saldo do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) em caso de demissão de funcionários.

Além da MP, será enviada ao Congresso mensagem modificativa para alterar as projeções no Orçamento, incorporando a mudança. A alteração deve abrir espaço para mais despesas e aliviar a regra do teto de gastos.

Hoje, as empresas pagam 50% de multa nas demissões: 40% ficam com o trabalhador e os outros 10% vão para os cofres da União. Os recursos correspondentes aos 10% apenas passeiam pelo Orçamento, pois vão para a administração do fundo.

Embora o governo não consiga usar o montante, o dinheiro repassado à administração conta para o cálculo do teto de gastos. Isso toma espaço orçamentário e reduz a possibilidade de a União fazer despesas discricionárias (como, por exemplo, investimentos).

A extinção da multa deve trazer uma folga de R$ 6,1 bilhões no Orçamento de 2020, de acordo com o Ministério da Economia.

"Essa multa já cumpriu sua função, foi constituída na década de 1970. Ela onera o empregador e traz um incentivo não desejável ao mercado de trabalho", afirma o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues.

Segundo ele, a medida tem efeito fiscal positivo e ainda pode estimular o mercado de trabalho, ao diminuir o custo de contratações e demissões.

Outras medidas estão sendo estudadas pela equipe econômica para aliviar o Orçamento de 2020. Rodrigues não quis comentar quais são elas. Mas nos bastidores a equipe avalia o congelamento da progressão de cargos de servidores e suspensão de contratações do programa habitacional Minha Casa Minha Vida.

Também podem ser incluídas na mensagem modificativa do Orçamento de 2020 as receitas com o leilão da cessão onerosa. Dependendo dos valores oferecidos pelas empresas que entrarem na disputa, o montante pode ser dividido em duas parcelas (sendo uma em 2019 e outra em 2020).

R$ 7,3 bi
é o valor que o governo vai descontingenciar do Orçamento deste ano

R$ 5 bi
serão destinados a liberar recursos para ministérios

R$ 2,2 bi
irão para pagar emendas parlamentares

R$ 17,1 bi
ainda estão travados após a frustração de receitas do governo, reflexo do crescimento econômico menor que o esperado

Governo libera R$ 7,3 bi a ministérios e parlamentares

Após a realização de um leilão de áreas de exploração de petróleo na última semana, o governo anunciou nesta segunda-feira (14) a liberação de R$ 7,3 bilhões do Orçamento para ministérios e emendas parlamentares.

Na quinta (10), foi feito o primeiro da série de três leilões de petróleo previstos até o fim deste ano, com arrecadação de R$ 8,9 bilhões. Ao refazer as contas, a equipe econômica também considerou receitas que devem vir do megaleilão do pré-sal que será realizado em novembro.

Do total de recursos liberados nesta segunda, R$ 5 bilhões serão usados para desbloquear verbas de ministérios. O detalhamento da distribuição entre as pastas será divulgado na próxima semana.

Outros R$ 2,16 bilhões serão destinados ao pagamento de emendas parlamentares —recursos usados por deputados e senadores para obras em suas bases. Existem ainda R$ 145 milhões que serão destravados em outros Poderes.

Nos últimos meses, o governo vem enfrentando um aperto nas contas.

A lenta evolução da economia e a frustração de receitas obrigou o Ministério da Economia a bloquear parte dos recursos previstos inicialmente para os ministérios.

O bloqueio de verbas, que chegou a ultrapassar R$ 30 bilhões, gerou dificuldades na operação da máquina pública e afetou serviços, como pagamentos de bolsas de estudos.

Em setembro, R$ 8,3 bilhões foram desbloqueados após uma melhora na arrecadação e corte em gastos com pessoal.

Mesmo após o desbloqueio do mês passado, ainda havia um montante de R$ 22 bilhões contingenciados.

Agora, com a nova liberação anunciada nesta segunda, o total de recursos discricionários travados está em R$ 17,1 bilhões.

Normalmente, o governo faz bimestralmente, em meses ímpares, uma avaliação do cumprimento da meta fiscal, hoje estabelecida em déficit de R$ 139 bilhões. Nessas ocasiões são anunciados bloqueios ou desbloqueios no Orçamento. Desta vez, porém, a liberação foi feita por meio de um relatório extemporâneo.

Na reavaliação, o Ministério da Economia considerou os R$ 8,9 bilhões de receitas do leilão da semana passada e R$ 52,5 bilhões referentes à primeira parcela do megaleilão da chamada cessão onerosa.

Houve ainda a inclusão de uma frustração de receitas no valor de R$ 1,8 bilhão.

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, afirmou que o ministério foi conservador ao incluir nas contas a receita a ser obtida com o leilão de excedentes da cessão onerosa a ser realizado em 6 de novembro.

A pasta estima que serão arrecadados com a disputa R$ 106,6 bilhões (montante que ainda precisará ser dividido com Petrobras, estados e municípios).

No leilão, serão ofertadas quatro áreas. A Petrobras já exerceu seu direito de preferência pela operação de duas delas (Búzios e Itapu), o que já rende no total R$ 70 bilhões.

O montante a ser pago pelas vencedoras pode ser pago à vista em 2019 ou, em caso de ágio igual ou superior a 5%, em duas parcelas.

Para fazer as contas de quanto vai obter com o leilão, o governo considerou somente a preferência da Petrobras e previu que o valor pode não ser pago à vista, mas dividido em duas parcelas (sendo R$ 52,5 bilhões em 2019 e R$ 17,5 bilhões em 2020).

Como esse leilão ainda não foi feito, a estimativa de recursos provenientes dele será mantida como uma reserva, que será usada para fazer pagamentos à Petrobras e a estados e municípios.

Itaú prevê juro real de praticamente zero em 2020 e projeta maior crescimento do PIB

Tássia Kastner

SÃO PAULO O Itaú Unibanco baixou sua projeção para a taxa Selic para 4,5% ao final deste ano e reduziu a patamar ainda menor a previsão de 2020, 4%. Com as revisões também nas expectativas de inflação —essas para cima—, o banco agora espera que o país terá juro real praticamente zero no próximo ano.

Segundo o Itaú, a inflação no ano que vem será de 3,7%, ante os 3,5% estimados anteriormente.

"Acreditamos que, dada a queda do juro real neutro, é necessário estímulo monetário adicional para que a economia passe a ter uma recuperação mais robusta. Além disso, não vemos risco de inflação de demanda no próximos anos, mesmo que a atividade retome um ritmo acima do esperado", escreveu o Itaú Unibanco, em relatório assinado pelo economista-chefe do banco, Mario Mesquita.

Nas projeções de consenso do Boletim Focus do Banco Central, a Selic terminará o ano em 4,75% e se manterá neste nível em 2020.

Mas, no grupo de especialistas que mais acertam suas projeções, a estimativa passou a ser de uma taxa menor no próximo ano que a do fechamento em 2019, 4,50%. Em ambos os casos, o Itaú passa a ter uma previsão mais agressiva para a queda de juros.

Essa redução da Selic seria, na avaliação divulgada pelo banco, a responsável por deixar o dólar mais caro e elevar marginalmente a inflação.

É a redução dos juros, de acordo com o banco, que permitiria uma retomada econômica um pouco mais robusta que a prevista até então.

O Itaú foi o primeiro a cortar as projeções de alta do PIB (Produto Interno Bruto) deste e do próximo ano e agora puxa as estimativas de novo para cima.

A equipe econômica do banco espera que a economia cresça 1% neste ano, ante os 0,8% estimados anteriormente. Em 2020, a economia poderá crescer 2,2%, ante o 1,7% que estava sendo projetado.

1%
é o que o Itaú projeta de crescimento para a economia em 2019 —antes, o índice estava em 0,8%

R$ 4
é a estimativa para a taxa de câmbio neste ano

"Dados recentes, principalmente relacionados ao consumo, levaram a uma revisão da nossa projeção de crescimento do PIB em 2019 de 0,8% para 1,0%", disse o banco, ressaltando a liberação de recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Trabalhadores sem poupança na Caixa Econômica Federal começam a sacar o dinheiro nesta sexta-feira (18), seguindo o cronograma pela data de aniversário que se estende até março de 2020.

"A melhora dos dados de atividade é boa notícia, mas ainda é cedo para afirmar que o crescimento já esteja se acelerando de forma consistente", acrescentou o banco.

Com a queda da Selic, a taxa de câmbio deve fechar em R$ 4 em 2019 e R$ 4,25 no próximo, reflexo da menor entrada de dólares para o ganho com taxa de juros no país.

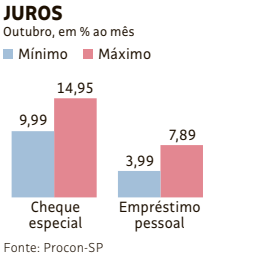
INDICADORES

JUROS

Outubro, em % ao mês

Fonte: Procon-SP

IMPOSTO DE RENDA

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência setembro*

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín.	R$ 998	20%	R$ 199,60
Valor máx.	R$ 5.839,45	20%	R$ 1.167,89

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 998	5%	R$ 49,90

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.751,81	8%
De R$ 1.751,82 até R$ 2.919,72	9%
De R$ 2.919,73 até R$ 5.839,45	11%

*O prazo para empresas vence no dia 18.out e, para pessoas físicas, vence em 15.out

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

	Alíquota	Mínimo em R$	Máximo em R$
Empregado	De 8% a 11%	97,28	672,34
Empregador	20%	243,20	1.167,89

*O prazo para o patrão da doméstica venceu no dia 7.out. A guia de pagamento dos patrões inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário

Premiados fazem perguntas muito simples sobre a pobreza

OPINIÃO

Vinicius Mota

SÃO PAULO Quais são as causas da pobreza? São constrangimentos contextuais, como a má dotação de recursos naturais? Ou ela é fruto da escolha de indivíduos que decidiram não progredir?

Não há resposta para essas perguntas no extenso programa de pesquisas premiado com o Nobel de Economia de 2019.

Abhijit Banerjee e Esther Duflo, do MIT, e seu colega Michael Kremer, de Harvard, se recusam a dar asas a teorias abrangentes e às vezes militantes sobre o atraso relativo que afeta centenas de milhões no planeta.

As questões que eles propõem são bem mais simples, embora a ambição do projeto não o seja.

Por que as pessoas não colocam os filhos para dormir envoltos em redes que os protejam do mosquito da malária mesmo se o investimento é irrisório diante dos ganhos econômicos que essa ação promoverá ao longo da vida?

Oferecer de graça ou a preço subsidiado o equipamento fará grande diferença na adesão a ele?

Por que mães não completam o ciclo de vacinas de seus filhos e não adotam outras tecnologias gratuitas ou subsidiadas de prevenção que elevam o bem-estar de modo perene?

Por que crianças pobres passam vários anos frequentando a escola, mas não aprendem nada? Algo a ver com a organização das turmas e os objetivos do sistema de ensino?

Por que um vendedor de frutas, que se submete a juros diários de 5% (mais de 50 milhões por cento ao ano) cobrados pelo seu fornecedor, não deixa de tomar duas xícaras de chá por dia e assim poupa o suficiente para declarar independência do agiota em três meses?

Por que agricultores não usam fertilizantes disponíveis e perdem a chance de catapultar a produtividade da terra?

Faz diferença, para a criação de uma menina, entregar o dinheiro de um programa do governo ao avô ou, alternativamente, à avó?

Onde está o pulo do gato dos programas de microcrédito? No constrangimento comunitário para que o indivíduo cumpra religiosamente suas obrigações? Ou no barateamento do custo de cobrança de instituições financeiras?

A explosão dos pequenos empréstimos revela um grande potencial empreendedor subaproveitado ou está mais associada à carência de opções para o sustento familiar?

Para responder a essas questões, redes de pesquisadores nas quais se destaca o trio agraciado com o Nobel amiúde se valem de metodologia análoga à que é utilizada para testar novos medicamentos.

Comparam grupos semelhantes, definidos aleatoriamente.

Um deles será submetido à intervenção que se quer avaliar, e o outro será o parâmetro para saber se o efeito estudado ocorreu e, em caso afirmativo, em que medida.

A resposta típica só é válida naquele contexto.

Lavradores do oeste do Quênia não conseguem coordenar-se para comprar fertilizantes quando têm dinheiro, logo após a colheita. Quando necessitam do insumo, perto do plantio, estão sem nenhum tostão.

Ao receberem transferência de renda do governo, avós sul-africanas, integrantes de grandes núcleos familiares que incluem crianças, tendem a proteger mais o bem-estar das netas mulheres. Quando são os avôs os titulares do benefício, isso não acontece.

Na Índia, a falta crônica de funcionários nos postos de saúde, aliada a certos traços culturais, estimula o recurso a curandeiros e charlatães, a custos muito superiores e resultados muito ruins para as próprias famílias pobres.

Mas a proliferação de estudos em várias regiões do mundo, com metodologia comparável e sujeita à crítica dos colegas, vai tecendo aos poucos alguns achados mais frequentes.

A pobreza parece estar associada a uma incerteza profunda.

A tendência, demasiadamente humana, de valorizar desproporcionalmente o presente sobre o futuro fica exacerbada nesses ambientes.

A poupança, o seguro, o crédito, as ações preventivas de saúde e os esforços de educação —invenções que amortecem as intempéries vindouras— acabam desfavorecidas mesmo quando são economicamente viáveis.

A boa notícia é que a política pode desenhar intervenções que ataquem com sucesso essa deficiência no plano concreto.

Agregue os alunos por sua condição de conhecimento e os faça evoluir devagar.

Ofereça vale-fertilizantes aos lavradores quando eles têm dinheiro, pague às mães para vacinarem seus filhos, coíba o absenteísmo dos profissionais de saúde e educação.

Só não saia a implantar ou cortar programas sem observar a melhor ciência disponível. Isso em geral aumenta a pobreza.

A Academia Real Sueca de Ciências anuncia Abhijit Banerjee, Esther Duflo e Michael Kremer como vencedores do Nobel de Economia Zheng Huansong/ Xinhua

Nobel de Economia reconhece mérito de testes de hipóteses

Academia sueca também tangencia equilíbrio de gênero na área ao premiar trio cujo principal tópico é a pobreza

Érica Fraga

SÃO PAULO "A inovação social pode passar pelos testes científicos rigorosos que usamos para medicamentos. Ao saber o que funciona, o que não funciona e por quê, você tira a conjectura da elaboração de políticas."

A frase dita em 2010 por Esther Duflo, durante um TED talk sobre como combater a pobreza, foi ratificada pela Academia Real Sueca de Ciências, que concedeu a ela e a seus colegas Abhijit Banerjee e Michael Kremer o Prêmio Nobel de Economia.

A instituição atribuiu ao trio o mérito de testar hipóteses econômicas em experimentos da vida real, ampliando os horizontes da área, antes dominada pela tentativa de confirmar ou descartar suposições por meio de modelos matemáticos.

Além de reconhecer a importância dessa inovação, a Academia voltou a atribuir relevância ao tema da pobreza, principal tópico de investigação dos três. "Eles mostraram ser possível fazer experimentos também em economia. Até então, quem pesquisava pobreza se restringia a olhar os grandes números", diz o economista Guilherme Lichand, professor da Universidade de Zurique e ex-aluno de Banerjee e Kremer.

Ao premiar Duflo, a Academia tangenciou ainda o desequilíbrio de gênero. A economista, que é franco-americana, foi a segunda mulher a receber o Nobel da área. Até então, a premiação, criada há exato meio século, havia sido concedida a uma única mulher: a americana Elinor Ostrom, em 2009.

"Espero que mostrar que é possível para uma mulher ser bem-sucedida e reconhecida pelo sucesso irá inspirar muitas, muitas outras mulheres a continuar trabalhando e muitos outros homens a lhes dar o respeito que merecem", disse Duflo.

Aos 46 anos, ela assumiu ainda a marca de mais jovem economista a receber a honraria —Kenneth Arrow foi laureado em 1972, aos 51 anos.

Assim como Banerjee, que é seu co-autor e marido, Duflo é pesquisadora no MIT (Massachusetts Institute of Technology). Já o americano Kremer é professor da Universidade Harvard.

Lançado em 2011, o livro "Poor Economics", de Banerjee e Duflo, se tornou referência sobre o combate à pobreza. O casal também fundou, em 2003, o J-Pal, rede internacional que pesquisa o tema.

Segundo a Academia, os três economistas confirmaram ser possível aplicar na economia testes aleatórios, usados em áreas como a medicina.

O método começa pela proposição de uma hipótese bastante específica. Os participantes das pesquisas são divididos, então, em dois grupos. Um deles é alvo da política que será testada, e o outro fica de fora. Mas a evolução de ambos é monitorada.

Para que as conclusões sejam confiáveis, é importante que os indivíduos pesquisados pertençam a grupos tanto com características quanto em situações iniciais realmente comparáveis.

"Os trabalhos dos três têm tido impacto, de fato, na condução de políticas públicas", diz o economista Fernando Veloso, da FGV-Ibre.

Segundo a Academia de Ciências, como resultado prático dos estudos do trio em educação que seguiram essa linha metodológica, mais de 5 milhões de crianças indianas têm se beneficiado de programas de reforço escolar.

Estudos dos três ajudaram a mostrar que esse tipo de política é, por exemplo, mais eficaz para a aprendizagem de crianças pobres do que a introdução de mais livros didáticos ou refeições escolares.

Eles fizeram também experimentos considerados importantes em outras áreas, como saúde e microcrédito.

Guedes sobe teto de free shop a US$ 1.000 em 2020

SÃO PAULO Uma portaria que eleva o limite de compras em free shops de US$ 500 (R$ 2.050) para US$ 1.000 (R$ 4.100) foi assinada nesta segunda-feira (14) pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. O novo valor para compras de quem chega do exterior por aeroportos do país começa a valer a partir de 1º de janeiro de 2020.

O presidente Jair Bolsonaro publicou no Facebook uma foto do ministro enquanto ele assinava o documento.

Bolsonaro anunciou que planejava a mudança na quinta-feira (10), mas não tinha a medida pronta e tampouco havia previsão orçamentária para que fosse colocada em prática, segundo a **Folha** apurou com a equipe econômica.

No caso das compras feitas fora do país e trazidas para o Brasil na bagagem, o atual limite de US$ 500 será mantido. Isso porque uma norma do Mercosul que dita a regra para todos os países do bloco não pode ser desrespeitada.

Outra mudança que havia sido definida pelo governo é a ampliação de US$ 300 (R$ 1.230) para US$ 500 (R$ 2.050) da cota de isenção autorizada para free shops nas fronteiras terrestres, caso em que se enquadra o Paraguai.

Na sexta-feira (11), auxiliares do ministério da economia haviam se manifestado de maneira contrária à medida.

Segundo a agência de notícias Reuters, a subsecretaria de Desenvolvimento de Comércio e Serviços do Ministério da Economia lembrou, em manifestação interna feita antes do anúncio de Bolsonaro, que esse teto na América Latina é mais baixo —na Argentina, Chile, Paraguai e México, ele equivale a US$ 300.

Itens importados vendidos em free shops são isentos de Imposto de Importação, IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e PIS/Cofins. Entre os varejistas locais, o receio é que haja aumento da competição desigual.

Google oferece pagamento em débito a usuários do Android

SÃO PAULO O Google anunciou nesta segunda (14) que usuários de Android podem fazer compras na internet com débito. O Google Pay, carteira para pagamentos online, já disponibilizava a função crédito; a de débito era restrita a poucos parceiros.

Quem usa cartões múltiplos, que contam com débito e crédito, poderá escolher a forma de pagamento.

A ideia, segundo João Felix, líder de estratégia e operações do Google Pay na América Latina, é replicar a experiência física nas compras online, oferecendo pagamento por crédito ou débito.

A função débito não tem apelo para varejistas pelo alto volume de fraude nas transações à vista. O Google diz ter resolvido o problema.

De acordo com João Felix, a empresa deve aumentar o mercado de consumo na internet para 110 milhões de pessoas no país.

A **SPDM – ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA/ HOSPITAL MUNICIPAL DR. JOSÉ DE CARVALHO FLORENCE**, convida as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico SE nº 021/2019 (ID 1.650), realizado para a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Médicos na Especialidade de Cirurgia Geral. Para informações e condições de participação favor acessar o site www.publinexo.com.br/privado.

Safra Seguros Gerais S.A. - CNPJ 06.109.373/0001-81 - NIRE 35.300.313.151
Extrato da Ata da Reunião da Diretoria realizada em 27.8.2019
Data, Hora, Local: 27.08.2019, às 14h, na sede social, Avenida Paulista, 2.100, São Paulo, SP. **Presença**: Totalidade dos membros da Diretoria. **Mesa**: Eduardo Sosa Filho - Presidente; João Carlos Cardoso Botelho - Secretário. **Deliberação Aprovada**: O pedido de renúncia do Sr. *Silvio Aparecido de Carvalho* em relação ao cargo de Diretor, ocorrida em 26.08.2019, conforme Carta de Renúncia, dispensada a sua transcrição, uma vez que será levada a registro juntamente com esta Ata para todos efeitos. **Encerramento**: Nada mais. **Diretores**: Eduardo Sosa Filho, João Carlos Cardoso Botelho e Paulo Sérgio Cavalheiro. JUCESP nº 528.345/19-9 em 01.10.2019 Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.
CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64 – NIRE 35.300.346.238
Aviso aos Acionistas e ao Mercado
Comunicamos aos Senhores Acionistas e ao Mercado em Geral, que em razão do encerramento das atividades do jornal DCI – Diário Comércio, Indústria e Serviços em 23 de setembro de 2019, as publicações desta Companhia, que atendem a Lei nº 6.404/76 e demais alterações posteriores, passarão a ser veiculadas, doravante, no jornal Folha de S. Paulo. São Paulo, 14 de outubro de 2019.
A Diretoria

COMUNICADO PÚBLICO

A CLARO S.A. comunica aos seus clientes do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na modalidade Local, que uma ruptura de cabo óptico impediu a prestação regular do serviço a alguns de seus usuários da localidade de Alumínio - SP no dia 12/10/2019, a partir das 21h30 (horário de Brasília). A CLARO S.A. adotou imediatamente todas as providências necessárias para a regularização do serviço, normalizando-o integralmente às 07h00 (horário de Brasília) do dia 13/10/2019.

A **SPDM – ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA/ AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES DE MOGI DAS CRUZES**, convida as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico SE nº 013/2019 (ID 1.647), realizado para a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Médicos na Especialidade de Oftalmologia. Para informações e condições de participação favor acessar o site www.publinexo.com.br/privado.

SPDM–ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA/**AME MOGI DAS CRUZES**, convida as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico SE nº 012/2019, realizado para a Contratação de empresa especializada para prestação de Manutenção, Operação e Controle de Sistemas de Ar Condicionado. **Para informações e condições de participação favor acessar** o site www.publinexo.com.br/privado

SPDM–ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA/**HOSPITAL MUNICIPAL VEREADOR JOSÉ STOROPOLLI**, convida as empresas interessadas em participar do **Pregão Eletrônico SE nº 019/2019 – ID 1641**, realizado para a Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de **LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES.** Para informações e condições de participação favor acessar o site www.publinexo.com.br/privado

Felix Administração e Participações S.A.
CNPJ Nº 68.425.669/0001-69 - NIRE Nº 35.300.134.541
Convocação - Assembléia Geral Ordinária
São convidados os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária a se realizar no dia 29 de outubro de 2019, às 9:00hs, na sede da empresa, à Avenida Francisco Glicério nº 1101, Campinas/SP, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Leitura, discussão e votação das Demonstrações de Resultados e demais contas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018; b) Eleição dos Membros da Diretoria para um novo período de 03 (três) anos a iniciar-se em 29/10/2019 e a encerrar-se em 28/10/2022. Campinas, 10 de outubro de 2019. **Luciano Braga da Cunha -** Presidente. (11,12 e 15/10/2019).

Portofino Representações e Participações Ltda.
CNPJ 50.673.524/0001-11 - NIRE 35.202.570.087
Extrato da Ata de Reunião dos Sócios realizada em 20.09.2019
Data, Hora e Local: 20.09.2019, às 15h, na sede social, Avenida Paulista, 2.100, São Paulo/SP. **Presença**: Totalidade capital social. **Mesa**: Edson Marinelli – Presidente. Dionysios Emmanuil Inglesis – Secretário. **Deliberação Aprovada**: Reduzir o capital social em R$210.000,00, passando de R$6.074.309,00 para R$5.864.309,00, com o consequente cancelamento de 210.000 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada, de propriedade da sócia **Fremont Participações Ltda.**, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, mediante restituição do mencionado valor à referida sócia, em moeda corrente nacional, com a concordância da sócia **Tehama Participações Ltda.**. **Encerramento**: Nada mais. **Sócios**: Fremont Participações Ltda. e Tehama Participações Ltda., ambas por seus Diretores, Dionysios Emmanuil Inglesis e Edson Marinelli.

Jermyn Participações Ltda.
CNPJ 13.053.476/0001-32 - NIRE 35.224.966.650
Extrato da Ata de Reunião dos Sócios realizada em 20.09.2019
Data, Hora, Local: 20.09.2019, às 10h, na sede social, Avenida Paulista, 2.100, São Paulo, SP. **Presença**: Totalidade do capital social. **Mesa**: Dionysios Emmanuil Inglesis - Presidente; Edson Marinelli - Secretário. **Deliberação Aprovada**: Reduzir o capital social no valor de R$1.730.000,00, passando de R$6.476.000,00 para R$4.746.000,00, com o consequente cancelamento de 1.730.000 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada uma, de propriedade da sócia **Quince Participações Ltda**, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do inciso II do Artigo 1.082 do Código Civil, mediante restituição do mencionado valor em moeda corrente nacional à sócia **Quince Participações Ltda**, com a concordância da **sócia Investpar Participações Ltda.**. **Encerramento**: Nada mais. **Sócios**: **Quince Participações Ltda.** e **Investpar Participações Ltda.**, ambas por seus Diretores, Dionysios Emmanuil Inglesis e Edson Marinelli.

Jermyn Participações Ltda.
CNPJ 13.053.476/0001-32 - NIRE 35.224.966.650
Extrato da Ata de Reunião dos Sócios realizada em 17.09.2019
Data, Hora e Local: 17.09.2019, às 10h, na sede social, Avenida Paulista, 2.100, São Paulo/SP. **Presença**: Totalidade do capital social. **Mesa**: Dionysios Emmanuil Inglesis - Presidente; Augusto Francisco Filho - Secretário. **Deliberação Aprovada**: Reduzir o capital social no valor de R$ 2.350.200,00, passando de R$8.826.200,00 para R$6.476.000,00, com o consequente cancelamento de 2.350.200 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada uma, de propriedade e titularidade da sócia ***Quince Participações Ltda.***, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do inciso II do Artigo 1.082 do Código Civil, mediante restituição do mencionado valor em moeda corrente nacional à sócia **Quince Participações Ltda.**, com a concordância da sócia ***Investpar Participações Ltda.***, **Encerramento**: Nada mais. **Sócios**: Quince Participações Ltda. e Investpar Participações Ltda., ambas por seus Diretores, Dionysios Emmanuil Inglesis e Augusto Francisco Filho.

Banco J. Safra S/A. - CNPJ 03.017.677/0001-20 - NIRE 35.300.170.733
Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 02.08.2019
Data, hora, local: 02.08.2019, 11hs, na sede, Avenida Paulista, 2.150, São Paulo/SP. **Mesa:** Presidente: Marcelo Dantas de Carvalho, Secretário: Sérgio Luiz Ambrosi. **Presença**: Representantes do Banco Safra S.A. e da Elong Administração e Representações Ltda., únicos acionistas da Sociedade. **Deliberação aprovada:** Eleição do Sr. ***Rogério Narle Elmais***, brasileiro, casado, economista, RG 1611451 SSP/MG, CPF 329.024.506-30, com domicílio em São Paulo/SP, como Diretor da Sociedade. Ora eleito terá prazo de mandato coincidente ao dos demais membros da Diretoria, ou seja, até a AGO de 2020, estendendo-se até a posse dos novos Diretores que serão eleitos naquela ocasião; e não está impedido de exercer atividades mercantis, e somente será empossado em seu cargo após a homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil. **Encerramento:** Nada mais. Acionistas: Banco Safra S.A. por Marcelo Dantas de Carvalho e Sérgio Luiz Ambrosi; Elong Administração e Representações Ltda. por Sérgio Luiz Ambrosi e Hiromiti Mizusaki. JUCESP nº 528.913/19-0 em 03.10.2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Quince Participações Ltda.
CNPJ 13.323.897/0001-36 - NIRE 35.225.154.306
Extrato da Ata de Reunião dos Sócios realizada em 25.09.2019
Data, Hora e Local: 25.09.2019, às 14h, na sede social, Avenida Paulista, 2.100, São Paulo. **Presença**: Totalidade do capital social. **Deliberação Aprovada**: Reduzir o capital social em R$220.000,00, passando de R$116.621.000,00 para R$116.401.000,00, com o consequente cancelamento de 220.000 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada uma, de propriedade da sócia ***Filbert Participações S.A.***, mediante restituição do mencionado valor à referida sócia, em moeda corrente nacional, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do inciso II do Artigo 1.082 do Código Civil, com a concordância da sócia da ***J. Safra Participações Ltda.*** **Encerramento**: Nada mais. **Sócios**: Filbert Participações S.A. e J. Safra Participações Ltda., ambas por seus Diretores, Dionysios Emmanuil Inglesis e Edson Marinelli. Edson Marinelli - *Presidente,* Dionysios Emmanuil Inglesis - *Secretário.*

Quince Participações Ltda.
CNPJ 13.323.897/0001-36 - NIRE 35.225.154.306
Extrato da Ata de Reunião dos Sócios realizada em 24.09.2019
Data, Hora, Local: 24.09.2019, às 11h, na sede social, Avenida Paulista, 2.100, São Paulo, SP. **Presença**: Totalidade do capital social. **Mesa**: Edson Marinelli - Presidente; Dionysios Emmanuil Inglesis - Secretário. **Deliberação Aprovada**: Reduzir o capital social em R$495.000,00, passando de R$117.116.000,00 para R$116.621.000,00, com o consequente cancelamento de 495.000 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada uma, de propriedade da sócia **Filbert Participações S.A.**, mediante restituição do mencionado valor à referida sócia, em moeda corrente nacional, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do inciso II do Artigo 1.082 do Código Civil, com a concordância da sócia da **J. Safra Participações Ltda**. **Encerramento**: Nada mais. **Mesa**: Edson Marinelli - Presidente, Dionysios Emmanuil Inglesis - Secretário. **Sócios**: Filbert Participações S.A. e J. Safra Participações Ltda., ambas por seus Diretores, Dionysios Emmanuil Inglesis e Edson Marinelli.

Cambria Participações Ltda.
CNPJ 13.055.061/0001-06 - NIRE 35.225.030.020
Extrato da Ata de Reunião dos Sócios realizada em 20.09.2019
Data, Hora, Local: 20.09.2019, às 11h, na sede social, Avenida Paulista, 2.100, São Paulo, SP. **Presença**: Totalidade do capital social. **Mesa**: Dionysios Emmanuil Inglesis - Presidente; Edson Marinelli - Secretário. **Deliberação Aprovada**: Reduzir o capital social em R$100.000,00, passando de R$11.778.500,00 para R$11.678.500,00, com o consequente cancelamento de 100.000 quotas com valor nominal de R$1,00 cada uma, de propriedade da sócia **Quince Participações Ltda.** mediante restituição em moeda corrente nacional, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do inciso II do Artigo 1.082 do Código Civil, com a concordância da sócia da **Investpar Participações Ltda.**. **Encerramento**: Nada mais. **Mesa**: Dionysios Emmanuil Inglesis - Presidente, Edson Marinelli - Secretário. **Sócios**: Quince Participações Ltda. e Investpar Participações Ltda., ambas por seus Diretores, Dionysios Emmanuil Inglesis e Edson Marinelli.

Quince Participações Ltda.
CNPJ 13.323.897/0001-36 - NIRE 35.225.154.306
Extrato da Ata de Reunião dos Sócios realizada em 17.09.2019
Data, Hora e Local: 17.09.2019, às 11h, na sede social, Avenida Paulista, 2.100, São Paulo/SP. **Presença**: Totalidade do capital social. **Mesa**: Dionysios Emmanuil Inglesis - Presidente; Augusto Francisco Filho - Secretário. **Deliberação Aprovada**: Reduzir o capital social em R$2.350.180,00, passando de R$121.296.180,00 para R$118.946.000,00, com o consequente cancelamento de 2.350.180 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada uma, de propriedade da sócia ***Filbert Participações S.A.***, mediante restituição do mencionado valor à referida sócia, em moeda corrente nacional, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do inciso II do Artigo 1.082 do Código Civil, com a concordância da sócia da ***J. Safra Participações Ltda.***. **Encerramento**: Nada mais. **Sócios**: Filbert Participações S.A e J. Safra Participações Ltda., ambas por seus Diretores, Dionysios Emmanuil Inglesis e Augusto Francisco Filho.

Quince Participações Ltda.
CNPJ 13.323.897/0001-36 - NIRE 35.225.154.306
Extrato da Ata de Reunião dos Sócios realizada em 20.09.2019
Data, Hora e Local: 20.09.2019, às 14h, na sede social, Avenida Paulista, 2.100, São Paulo/SP. **Presença**: Totalidade do capital social. **Mesa**: Edson Marinelli - Presidente; Dionysios Emmanuil Inglesis - Secretário. **Deliberação**: Reduzir o capital social em R$1.830.000,00, passando de R$118.946.000,00 para R$117.116.000,00, com o consequente cancelamento de 1.830.000 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada uma, de propriedade da sócia ***Filbert Participações S.A.***, mediante restituição do mencionado valor à referida sócia, em moeda corrente nacional, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do inciso II do Artigo 1.082 do Código Civil, com a concordância da sócia da ***J. Safra Participações Ltda.***. **Encerramento**: Nada mais. **Sócios**: Filbert Participações S.A. e J. Safra Participações Ltda., ambas por seus Diretores, Dionysios Emmanuil Inglesis e Edson Marinelli. Edson Marinelli - *Presidente,* Dionysios Emmanuil Inglesis - *Secretário.*

SINDJORI/SP- Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas no Estado de São Paulo.
CNPJ nº 45.876.596/0001-26
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE CHAPA ELEITORAL
O **Presidente do SINDJORI/SP - Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas no Estado de São Paulo**, no uso de suas atribuições legais, torna pública a relação nominal da chapa registrada para a eleição da Diretoria e Conselho Fiscal do SINDJORI, triênio 2019/2022, obedecendo ao disposto no art. 41 §1º do Estatuto Social. Chapa 01 - Para Presidente, Sr. Paulo Rogério de Almeida, do "Jornal Cruzeiro do Sul /Fundação Ubaldino do Amaral" (Sorocaba); Vice-Presidente, Sr. Marcelo Batuíra Cunha Losso Pedroso de Mello, do "Jornal de Piracicaba Editora Ltda" (Piracicaba); Secretário, Sr. Wilson Roberto Tietz, da "Empresa Jornalística e Editora Gazeta de Piracicaba Ltda" (Piracicaba); Tesoureiro, Sr. Evaldo Augusto Vicente, da empresa "T P S R - Comunicações Ltda", (Piracicaba); Para o Conselho Fiscal: Sr. Moacir Teixeira Dias, do "Jornal Correio Popular Sociedade Anônima" (Campinas); Sr. Deodato da Silva, da empresa "Editora Imprensa /O Imparcial" (Presidente Prudente); Sr. Sérgio Luiz de Andrade Souza, do "Jornal Diário do Litoral" (Santos); Para o Conselho Fiscal Suplente: Srª Ana Eliza Assis Lemos Cenci, da empresa "Editora Folha da Região de Araçatuba Ltda" (Araçatuba). Declara também aberto o prazo de 05 (cinco) dias para impugnação de candidaturas. São Paulo, 15 de outubro de 2019.
Sérgio Roberto de Souza Pinto
Presidente
SINDJORI/SP- Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas no Estado de São Paulo

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002380-04.2016.8.26.0071. O MM. Juiz de Direito da 6ª Vara Cível do Foro de Bauru, Estado de São Paulo, Dr. André Luis Bicalho Buchignani, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) RAFAEL MESSIAS DE SOUZA, brasileiro, CPF 312.322.098-21, em lugar incerto e não sabido, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Itaú - Unibanco S/A, alegando em síntese: ser credor da quantia de R$ 254.737,11, atualizada em abril de 2019, representada pela Cédula de Crédito Bancário de Abertura de Crédito em Conta Corrente registrada sob o nº 11173-000007500501015. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para, no prazo de 03 (três) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital (20 dias), pagar a dívida, que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, conforme pedido inicial. Caso o executado efetue o pagamento no prazo acima assinalado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade (art. 827, §1º do Código de Processo Civil). PRAZO PARA EMBARGOS: 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital (20 dias). No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, o executado poderá requerer autorização do Juízo para pagar o restante do débito em até 6 (seis) parcelas mensais, corrigidas pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça e acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês (Art. 916 do Código de Processo Civil). Indeferida a proposta, seguir-se-ão os atos executivos, mantido o depósito, que será convertido em penhora. O não pagamento de qualquer das parcelas acarretará a imposição de multa de 10% sobre o valor das prestações não pagas, o vencimento das prestações subsequentes e o reinício dos atos executivos (art. 916, §5º do CPC). A opção pelo parcelamento importa renúncia ao direito de opor embargos (art. 916, §6º do CPC). Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor e, no caso de revelia, será nomeado Curador Especial (art. 257, IV, do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

ABIMDE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA
Av. Paulista, 460 – 17º andar – Conj. B – CEP: 01310-000 – Bela Vista – São Paulo/SP - Fone/Fax: (11) 3170-1860
Consultamos as possíveis empresas que fabriquem / forneçam os produtos e prestem os serviços de: **Radar Primário de Vigilância de Rota – LP23SST-NG –** com capacidade de prover as informações de altimetria, dotado das funcionalidades de medidas de proteção eletrônica, de detecção de alvos lentos e rápidos e com a capacidade de operar com alcance estendido, juntamente com os seus sobressalentes, partes e peças, torre, antena, radome para a antena, guias de onda e cabos de interconexão, documentações e bancos de testes e prestação dos serviços associados a este produto, incluindo desmontagem, adequação de infraestrutura, montagem, instalação, integração, calibração, ajustes, testes de aceitação, suporte aos voos de homologação, manutenção, atualização técnica, treinamento de manutenção e de operação, operação assistida, garantia e suporte técnico; e **Radar Secundário Monopulso – RSM970S (modo S) –** totalmente compatível com os modos convencionais de funcionamento dos radares secundários de vigilância (SSR), incluindo a antena secundária AS909, juntamente com os seus sobressalentes, partes e peças, documentações e bancos de testes, com capacidade de operação nos modos de interrogação 1, 2, 3/A, C e S, associado ao radar primário para aplicação em vigilância e controle de tráfego aéreo em área terminal ou rota e com utilização da infraestrutura em comum de processamento de sinais com o radar primário, assim como, a prestação dos serviços associados a este produto, incluindo desmontagem, adequação de infraestrutura, montagem, instalação, integração, calibração, ajustes, testes de aceitação, suporte aos voos de homologação, manutenção, atualização técnica, treinamentos de manutenção e de operação, operação assistida, garantia e suporte técnico; e Serviços de desmontagem dos radares tridimensionais de defesa aérea TRS2230, incluindo antena, radome, pedestal, partes e peças, assim como, dos dispositivos de alta frequência associados; a se manifestarem com a devida comprovação e em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação deste informe, nos termos de nossa Norma de Emissão de Declaração de Exclusividade. Caso não haja qualquer manifestação em contrário até o fim deste prazo, será expedida a Declaração de Exclusividade. São Paulo, 15 de outubro de 2019.

IMÓVEIS NO AMAZONAS • BAHIA • CEARÁ • GOIÁS • MINAS GERAIS • PARANÁ • RIO DE JANEIRO • RIO GRANDE DO SUL • SÃO PAULO

À VISTA 10% DE DESCONTO • CASAS • COMERCIAIS • TERRENOS

LOTE 13 - TERRENO C/ 15.921,87m² - EMBU-GUAÇU/SP - CIPÓ
Avenida do Moinho e Rua Luiz Carlos Garcia Alemão (consta do IPTU Rua Luiz Carlos Garcia, 428). Matr. 123.196 do RI de Itapecerica da Serra-SP.
Lance Mínimo R$ 669.000,00 | Mínimo à vista: R$ 602.100,00

Comissão do leiloeiro: o arrematante pagará ao leiloeiro 5% sobre o valor da arrematação. O edital completo (descrição dos imóveis, condições de venda e pagamento) encontra-se registrado no 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo nº 5.379.774 em 04/10/2019 e 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco nº 220.692 em 07/10/2019. Leiloeiro Oficial: Fabio Zukerman - Jucesp 719.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677
BANCO.BRADESCO/LEILOES | www.ZUKERMAN.com.br

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2019

PROCESSO CMSP Nº 1031/2018
TIPO DE LICITAÇÃO: Melhor oferta
OBJETO: Contratação de Instituição Bancária, para prestação de serviços de movimentação das disponibilidades de caixa da Câmara Municipal de São Paulo, com a permissão remunerada de uso de espaço físico para a instalação de Posto de Atendimento Bancário (PAB), conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas,** parte integrante deste Edital.
OFERTA DE COMPRA N° 8010868010020190C00104
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br
DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 15/10/2019
DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 25/10/2019 às 14h30
- Poderá o interessado obter o edital, gratuitamente, através do website da Câmara Municipal de São Paulo: http://www.saopaulo.sp.leg.br, ou em http://www.bec.sp.gov.br, ou solicitar via e-mail, pelo endereço eletrônico: cjl@saopaulo.sp.leg.br.

vivo

COMUNICADO PÚBLICO

A **Telefônica Brasil S.A.,** que opera sob a marca VIVO, informa a seus usuários corporativos e ao público em geral o encerramento dos planos promocionais listados abaixo a partir de 15 de novembro de 2019.
Planos envolvidos na ação:

DESCRIÇÃO PLANO - FATURA	DESCRIÇÃO PLANO - ANATEL (Região I, II e III)
PLANO MASTER ASSINATURA	PLANO Nº 086 / PLANO Nº 104 / PLANO Nº 025 - PLANO VIVO EMPRESAS TEMPO
PLANO NACIONAL ASSINATURA	PLANO Nº 086 / PLANO Nº 104 / PLANO Nº 025 - PLANO VIVO EMPRESAS TEMPO
PLANO SUPER ASSINATURA	PLANO Nº 086 / PLANO Nº 104 / PLANO Nº 025 - PLANO VIVO EMPRESAS TEMPO
PLANO VIP ASSINATURA	PLANO Nº 086 / PLANO Nº 104 / PLANO Nº 025 - PLANO VIVO EMPRESAS TEMPO
LOCAL SMARTVIVO EMP 1,5GB 100	PLANO Nº 152 / PLANO Nº 138 / PLANO Nº 093 - SMARTVIVO EMPRESAS
LOCAL SMARTVIVO EMP 4GB 100	PLANO Nº 152 / PLANO Nº 138 / PLANO Nº 093 - SMARTVIVO EMPRESAS
LOCAL SMARTVIVO EMP 6GB 100	PLANO Nº 152 / PLANO Nº 138 / PLANO Nº 093 - SMARTVIVO EMPRESAS
LOCAL SMARTVIVO EMP 1GB 150	PLANO Nº 152 / PLANO Nº 138 / PLANO Nº 093 - SMARTVIVO EMPRESAS
LOCAL SMARTVIVO EMP 600MB 150	PLANO Nº 152 / PLANO Nº 138 / PLANO Nº 093 - SMARTVIVO EMPRESAS
LOCAL SMARTVIVO EMP 3GB 250	PLANO Nº 152 / PLANO Nº 138 / PLANO Nº 093 - SMARTVIVO EMPRESAS
LOCAL SMARTVIVO EMP 5GB 250	PLANO Nº 152 / PLANO Nº 138 / PLANO Nº 093 - SMARTVIVO EMPRESAS
LOCAL SMARTVIVO EMP 10GB 400	PLANO Nº 152 / PLANO Nº 138 / PLANO Nº 093 - SMARTVIVO EMPRESAS
LOCAL SMARTVIVO EMP 20GB 600	PLANO Nº 152 / PLANO Nº 138 / PLANO Nº 093 - SMARTVIVO EMPRESAS
LOCAL SMARTVIVO EMP 60	PLANO Nº 152 / PLANO Nº 138 / PLANO Nº 093 - SMARTVIVO EMPRESAS
LOCAL SMARTVIVO EMP 120MB 90	PLANO Nº 152 / PLANO Nº 138 / PLANO Nº 093 - SMARTVIVO EMPRESAS
LOCAL SMARTVIVO EMP 1GB 90	PLANO Nº 152 / PLANO Nº 138 / PLANO Nº 093 - SMARTVIVO EMPRESAS
LOCAL SMARTVIVO EMP 300MB 90	PLANO Nº 152 / PLANO Nº 138 / PLANO Nº 093 - SMARTVIVO EMPRESAS
LOCAL SMARTVIVO EMP 3GB 90	PLANO Nº 152 / PLANO Nº 138 / PLANO Nº 093 - SMARTVIVO EMPRESAS
LOCAL SMARTVIVO EMP 5GB 90	PLANO Nº 152 / PLANO Nº 138 / PLANO Nº 093 - SMARTVIVO EMPRESAS
LOCAL SMARTVIVO EMP 90 CP	PLANO Nº 152 / PLANO Nº 138 / PLANO Nº 093 - SMARTVIVO EMPRESAS
SUA EMPRESA ILIMITADO 400 BIS	PLANO Nº 129 / PLANO Nº 117 / PLANO Nº 067 - PLANO VIVO SUA EMPRESA
SUA EMPRESA ILIMITADO 250 BIS	PLANO Nº 129 / PLANO Nº 117 / PLANO Nº 067 - PLANO VIVO SUA EMPRESA
SUA EMPRESA ILIMITADO 90 BIS	PLANO Nº 129 / PLANO Nº 117 / PLANO Nº 067 - PLANO VIVO SUA EMPRESA

Importante reforçar que os acessos vinculados a estes planos promocionais serão migrados para outras ofertas vigentes, de acordo com o perfil de uso apresentado.
Para mais informações, contate seu Gerente de Negócios ou a Central de Relacionamento com o Cliente ligando *8486 do seu Vivo Móvel ou 1058 de qualquer telefone. Pessoas com necessidades de fala/audição ligue 142.

Telefônica Brasil S.A.
CNPJ nº 02.558.157/0001-62

COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (CEEE-GT) - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2019 - A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), nos termos do art. 9° do Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infraestrutura, aprovado pela Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ ANP nº 001, de 24/11/1999, comunica que está disponibilizando para compartilhamento de telecomunicações, fibras ópticas em seus cabos OPGW entre as cidades de Caxias do Sul/RS e Pelotas/RS, passando por Farroupilha, Campo Bom, Porto Alegre, Canoas, Guaíba, Camaquã, Pelotas. Em contrapartida de fibras apagadas entre a Porto Alegre/RS e Usina Térmica de Uruguaiana/RS, passando pela Subestação Santa Maria 1, Subestação Santa Maria 3, Subestação de Alegrete 2 e ainda entre a Subestação de Cidade Industrial/RS e Subestação de Scharlau, Canoas/RS. Para todos os trechos acima, as terminações das fibras deverão ser entregues em distribuidores intermediários ópticos, padrão 19", com conectorização E-2000/APC, incluindo painéis de 19" nas instalações da CEEE-GT. Informações complementares estão à disposição pelo e-mail telecomgt@ceee.com.br, telefone (51) 33822600, Av. Joaquim Porto Villanova, 201, Bairro Jardim Carvalho. Prédio F - sala 221 - CEP 91410-400 – Porto Alegre/RS. Os interessados deverão solicitar o compartilhamento por escrito para o endereço acima, em até 10 dias a contar da publicação deste, com as informações técnicas para análise de viabilidade do compartilhamento. Porto Alegre, 14 de outubro de 2019 - Felipe Tatsch - Seção de Telecomunicações.

LIQ PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 04.032.433/0001-80 - NIRE nº 35300180631
Companhia Aberta
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
O Conselho de Administração da **LIQ PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia") convoca os senhores acionistas a se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária** ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de outubro de 2019, às 11h00min, na Rua Alegria, 88/96, 2º andar, parte A, São Paulo, SP, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Ratificação da nomeação e contratação da Apsis Consultoria e Avaliações Ltda., inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, sob o nº CRC/RJ-005112/O-9, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, nº 62, 6º andar, Centro, CEP 20021-290, para elaboração do Laudo de Avaliação dos bens a serem aportados ao capital social da Companhia ("Laudo de Avaliação"); **(ii)** Exame e aprovação do Laudo de Avaliação; **(iii)** Aumento do capital social da Companhia no montante de R$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), mediante a emissão de 20.644.095 (vinte milhões, seiscentas e quarenta e quatro mil e noventa e cinco) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$12,11 (doze reais e onze centavos) por ação, fixado nos termos do artigo 170, § 1.º, inciso III, da Lei 6.404/76, a serem subscritas e integralizadas em bens, na forma do artigo 8º da Lei 6.404/76, mediante o aporte, pelo Fundo de Investimento em Participações Nilai – Multiestratégia, da totalidade das ações de emissão da ETS Participações e Investimentos S.A. **(iv)** Autorização para os administradores realizarem todos os atos necessários à efetivação das matérias propostas para deliberação. **INSTRUÇÕES GERAIS:** 1. Na forma do disposto no §3º do artigo 135 da Lei nº 6.404/76, todos os documentos relativos às matérias constante da Ordem do Dia, inclusive os documentos e informações exigidos pela Instrução CVM nº 481/09, estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, e podem ser visualizados na rede mundial de computadores, na página da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (http://ri.liq.com.br/). 2. Para participar da Assembleia por meio de boletim de voto à distância, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, os acionistas devem enviar o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração da Companhia. 3. Para participar da Assembleia, o acionista deverá apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos, conforme o caso: (a) pessoa física – documento de identidade com foto; (b) pessoa jurídica – documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do acionista, devidamente acompanhado de cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração com firma reconhecida); e (c) acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento – documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor, conforme o caso), além da documentação societária que lhe(s) outorgue poderes de representação (ata de eleição dos diretores ou procuração com firma reconhecida). 4. Para maior celeridade no cadastramento, solicitamos ao acionista que desejar ser representado por procurador que deposite, com até 2 dias úteis de antecedência, o respectivo mandato, com poderes especiais, acompanhado de cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do acionista, quando pessoa jurídica, na Rua Alegria, 88/96, 2º andar, São Paulo, SP, de 9h às 12h e de 14h às 17h, aos cuidados da Diretoria Jurídica. Cópia da documentação poderá ser encaminhada por correio eletrônico para o seguinte endereço: juridicosocietario@liq.com.br, com cópia para a área de relações com investidores ri@liq.com.br. 5. O acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembleia deverá apresentar extrato emitido com até 2 (dois) dias úteis de antecedência, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante. São Paulo, 14 de outubro de 2019. Gustavo Fleichman - Presidente do Conselho de Administração.

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon
mauro.zafalon@uol.com.br

Brasil precisa mais entender a evolução da China do que temer guerra comercial

As negociações da semana passada entre Estados Unidos e China, para colocar fim à guerra comercial entre os dois países, tiveram um avanço até então não atingido nas tentativas anteriores.

Os acertos, entretanto, ainda não foram para o papel, o que deverá ocorrer em quatro ou cinco semanas.

Mesmo assim, o presidente dos EUA, Donald Trump, olhando para os agricultores, seus principais apoiadores, já chutou um valor de US$ 50 bilhões na futura relação comercial de produtos agropecuários entre os dois países. Esse valor, pelo menos a curto prazo, não deverá ocorrer.

As relações comerciais anteriores à guerra comercial giravam na casa dos US$ 25 bilhões nesse setor.

Um dos destaques no novo acerto seria a soja, moeda de troca para que os EUA cedam aos chineses em outros setores, como o da tecnologia.

Mas, por mais que os chineses comprem soja dos americanos, uma conta tão elevada no comércio agrícola entre os dois países será difícil.

A China, que comprou apenas 13 milhões de toneladas da oleaginosa dos EUA na safra passada, devido à guerra comercial, comprava uma média de 30 milhões antes de os dois países iniciarem esse ciclo de retaliações comerciais.

Uma importação chinesa muito acima desse volume não parece sustentável nos próximos anos. Os norte-americanos, embora tenham estoques elevados de soja, vão produzir, nesta safra, 24 milhões de toneladas menos do que produziram na anterior.

No setor de carnes, no qual a demanda da China cresce devido aos problemas sanitários, as exportações americanas dependem de acertos na produção. Os chineses não aceitam alguns produtos utilizados pelos americanos na produção de algumas das proteínas.

No caso da soja, além da guerra comercial, os americanos encontram uma redução na demanda chinesa, devido à peste suína africana que se alastra pelo país.

O rebanho suíno deste ano é 41% inferior ao do mesmo período do ano passado. Essa queda, contudo, não pode ser projetada totalmente para a demanda de farelo de soja.

A conta não é tão simples. Boa parte do rebanho que está sendo dizimado pertence a produtores sem escala industrial, que utilizam pouco farelo de soja na composição da ração para os animais.

O resultado é que a importação de soja pelos chineses caiu 8% neste ano, recuando para 64,6 milhões de toneladas. Essa demanda menor deverá continuar nos próximos anos, uma vez que os chineses vão demorar para repor completamente o rebanho.

A peste suína africana será, porém, um divisor de águas para a suinocultura chinesa. Haverá uma profissionalização do setor, diminuindo a necessidade de importação de carne, mas aumentando a de farelo.

O Brasil não precisa se preocupar muito com as possíveis relações comerciais entre EUA e China, mas, sim, entender melhor o que virá pela frente no setor agropecuário no país asiático.

Porto em Xangai, na China, que negocia com os EUA fim da guerra comercial *Lefteris Partsalis/Xinhua*

A SOJA NOS EUA EM UMA DÉCADA

Uma avaliação do Rabobank, banco especializado em agronegócio, indica que o setor de soja dos EUA, a longo prazo, não terá evolução de área. Em 2028, serão 34 milhões de hectares, após ter atingido 37 milhões em 2017. A produtividade manterá evolução no período.

MAIS UM RECORDE A exportação brasileira de milho deverá atingir novo recorde neste mês. Pelos cálculos da primeira quinzena, as vendas somarão 7,2 milhões de toneladas.

RECEITAS As vendas do cereal são 123% maiores do que as de outubro de 2018. O volume financeiro indica US$ 1,2 bilhão no mês, de acordo com a Secex.

CARNE BOVINA O ritmo das exportações também está acelerado. Os dados apontam evolução média de 39% do volume, em relação ao mês de setembro.

FENTEC - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

FENTEC - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS, com sede na Rua 24 de Maio, 104, 12º andar, Centro, São Paulo - SP - CEP 01041-000, por seu Presidente, Wilson Wanderlei Vieira, no uso das suas atribuições Estatutárias, convoca todos os Sindicatos filiados bem como todos os técnicos industriais em suas diversas modalidades incluindo os que exercem suas atividades laborativas nas bases inorganizadas, para participarem de **Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 22/10/2019, às 11h00 em 1ª convocação, às 12h00 em 2ª e última convocação**, com qualquer número de presentes, no auditório de sua sede localizada na Rua 24 de Maio, 104, 14º andar, Centro, São Paulo - SP - CEP 01041-000, para tratar da seguinte **ORDEM DO DIA: a)** Discussão e aprovação da Pauta de Reivindicações ano-base 2020 da empresa **DIEBOLD BRASIL LTDA.; b)** Autorização para a diretoria da FENTEC firmar Acordo Coletivo de Trabalho incluindo ACT/PLR - Participação nos Lucros e Resultados com a empresa empregadora; **c)** Aprovação do plano de lutas; **d)** Fixação dos valores e **autorização** para descontos da Contribuição Sindical 2020 e Contribuição Assistencial e/ou Confederativa e/ou Profissional e/ou Negocial; **e)** Delegar poderes para a direção da **FENTEC** - Federação Nacional dos Técnicos Industriais, para iniciar as negociações coletivas, celebrar Acordo Coletivo de Trabalho, requerer protesto judicial ou instaurar Dissídio Coletivo; **f)** Assuntos gerais de interesse dos trabalhadores. Fica convocada a assembleia em caráter permanente e itinerante para que a categoria profissional possa apresentar suas reivindicações, acompanhadas de lista de presença, a serem discutidas e inseridas na Pauta de Reivindicação.

São Paulo, 14 de outubro de 2019
WILSON WANDERLEI VIEIRA - Presidente

PODER JUDICIÁRIO
2ª Vara Cível do Foro de Ibiúna –SP
Edital de CITAÇÃO, com prazo de 30 dias. Processo nº 1000383-67.2016.8.26.0238

O **Dr. Augusto Bruno Mandelli**, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Foro de Ibiúna, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc.

Faz Saber a **ADELAIDO JANUARIO RODRIGUES**, Brasileiro, RG: 1.489.886, CPF: 260.833.388-59, com endereço a Rua Social Viela das Flores, 12, Cidade nova Heliópolis, CEP 04235-320, São Paulo – SP, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP, alegando em síntese que *após o devido processo licitatório , as permissões remuneradas de uso de nº 50419850 e nº 50422779, foram outorgadas ao réu para utilizar o módulo 91, área situada no Pavilhão MLP-Flores e módulo 123, área situada no Pavilhão MLP-Paralela da unidade CEAGESP de São Paulo-SP. Todavia, sem qualquer motivo, o réu, na condição de permissionário, simplesmente deixou de efetuar o pagamento dos boletos com vencimento em a) 05/04/15; b)05/05/15 e c) 05/06/15 referentes ao Módulo 123. A autora realizou todos os esforços para receber os valores inadimplidos, restando o réu inerte e silente até o presente momento; daí porque não restou outra alternativa, senão ajuizar a presente ação visando o recebimento do valor de R$ 8.165,89.* Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**.

AW-ALFA 1 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA 03/10/2019.

Aos 03/10/2019,10:00 horas, na sede social situada na Praça João Duran Alonso, 34 – 13º andar – Brooklin Novo – São Paulo – SP – CEP: 04571-070, reuniram-se os sócios da sociedade **AW-ALFA 1 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA**, a seguir nomeados e qualificados:

- **ATHIE WOHNRATH CONSULTORIA E PROJETOS ESPECIALIZADOS LTDA**, com sede na Capital de São Paulo, na Praça João Duran Alonso, 34 - 13 and - Brooklin Novo, CEP: 04571-070, CNPJ 12.967.785/0001-55 e NIRE 35224734698, neste ato representada pelos seus sócios: **José Ivo Wohnrath Filho**, RG nº 12.997.640-4 SSP/SP e CPF/MF sob nº 032.568.358-13, **Sérgio Athié**, RG nº 8.361.495 SSP/SP e CPF/MF sob nº 038.435.228-63 e **Paulo Armando Lemos Homem de Mello**, RG nº 22.609.236-7 SSP/SP e CPF/MF sob nº 166.323.578-30.
- **ALFA REALTY PARTICIPAÇÃO & NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, com sede na Capital de São Paulo, na Rua Ceará, 436 - Higienópolis, CEP: 01243-010, CNPJ 14.344.446/0001-48 e NIRE 35225594802, neste ato representada pelos sócios **ALFAPAR PARTICIPAÇÕES & NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA, DAVIPAR PARTICIPAÇÕES & NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA. – EPP e THEOPAR PARTICIPAÇÕES LTDA**, representada por seus sócios administradores e pelos diretores **Eudoxios Stefanos Anastassiadis**, RG nº 16.314.736-X SSP/SP e CPF sob nº 176.811.098-03 e **Andre Davidovici**, RG nº 27.603.987 SSP/SP e CPF sob nº 277.134.768-73.

Por indicação unânime dos presentes, foi escolhido para presidir os trabalhos, o Sr. **José Ivo Wohnrath Filho**, que convidou a mim, **Sérgio Athié,** para secretário. Constituída a mesa, o Sr. Presidente, após verificar a regularidade da instalação da Reunião, deu início aos trabalhos, dizendo que:

1. Os acima qualificados são os únicos sócios da sociedade **AW-ALFA 1 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA**, sociedade empresária limitada, com sede na Praça João Duran Alonso, 34 – 13º andar – Brooklin Novo – São Paulo – SP – CEP: 04571-070, cujo contrato social foi arquivado na JUCESP nº 35226024988, em sessão de 20/10/2011, CNPJ nº 14.628.185/0001-98.
2. Dispensada a comprovação da publicação dos anúncios de que trata o parágrafo 3º do artigo 1.152 da Lei nº 10.406/2002, nos termos do § 2º do artigo 1.072 da mesma lei. Sendo assim, a convocação foi dispensada consoante às disposições legais, tendo em vista a presença da totalidade dos sócios, a saber: **ATHIE WOHNRATH CONSULTORIA E PROJETOS ESPECIALIZADOS LTDA e ALFA REALTY PARTICIPAÇÃO & NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**
3. A ordem do dia e a presente Reunião tiveram por finalidade, deliberar sobre a redução do capital social da sociedade, nos termos dos artigos 1.082, II e 1.084 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, de R$ 7.121.448,00 para R$ 10.000,00. Uma redução, portanto, de R$ 7.121.448,00, visto que o capital social totalmente integralizado, tornou-se excessivo ao objeto social da sociedade.
4. Com isso, os sócios por unanimidade, ratificam a redução do capital social da sociedade, conforme preconiza os artigos 1.082, II e 1.084 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, de R$ 7.121.448,00 para R$ 10.000,00, uma redução portanto, de R$ 7.121.448,00.
5. A redução do capital social será implementada por meio do cancelamento de 7.121.448 quotas, com a restituição dos valores das quotas canceladas aos sócios, respeitando para tanto, o percentual que cada sócio detém no capital social da sociedade.
6. Desta forma, os sócios ratificam que o capital social da sociedade passa a ser de R$ 10.000,00, totalmente integralizado em moeda corrente do País, dividido em 10.000 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada, assim distribuídas entre os sócios: a) ATHIE WOHNRATH CONSULTORIA E PROJETOS ESPECIALIZADOS LTDA., detém 9.999 quotas sociais, no valor de R$ 1,00 cada uma, totalizando R$ 9.999,00, equivalente a 99,99998% do capital social; e b) ALFA REALTY PARTICIPAÇÃO & NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA. detém 01 quota social, no valor de R$ 1,00, equivalente a 0,00002% do capital social.
7. Iniciada a reunião, o **PRESIDENTE** fez a leitura dos documentos mencionados na ordem do dia, que foram colocados à disposição de todos os sócios. Efetivadas a discussão e a votação, foram aprovados, os documentos em tela, sem reservas ou restrições. Desta forma, foram aprovados por unanimidade, a redução do capital social da sociedade, conforme preconiza os artigos 1.082, II e 1.084 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, com os valores aqui mencionados.
8. Por fim, a palavra foi concedida àquele que dela quisesse fazer uso para discorrer sobre os assuntos de interesse social. Não existindo manifestações, o **PRESIDENTE** encerrou a Reunião. O **SECRETÁRIO** lavrou a presente ata e executou a sua leitura, que em seguida foi assinada pelos sócios presentes, pelo **SECRETÁRIO** e pelo **PRESIDENTE**.

São Paulo, 03/10/2019.
José Ivo Wohnrath Filho: Presidente - Sérgio Athié: Secretário

Sócios: ATHIE WOHNRATH CONSULTORIA E PROJETOS ESPECIALIZADOS LTDA - p. sócio José Ivo Wohnrath Filho, p. sócio Sérgio Athié, p. sócio Paulo Armando Lemos Homem de Mello
ALFA REALTY PARTICIPAÇÃO & NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA. p. sócia ALFAPAR PARTICIPAÇÕES & NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA, p. sócia DAVIPAR PARTICIPAÇÕES & NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA – EPP, p. sócia THEOPAR PARTICIPAÇÕES LTDA - p. diretor Eudoxios Stefanos Anastassiadis, p. diretor Andre Davidovici.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

REINALDO ZAKALSKI DA SILVA, portador da C.I. RG. nº 10.856.459-9-SSP-SP e do CPF nº 007.018.998-67, DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração na **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.** e na **PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A.** ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, por meio formal em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que a declarante pode, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. BANCO CENTRAL DO BRASIL - Departamento de Organização do Sistema Financeiro. Gerência Técnica em São Paulo. Av. Paulista, nº 1804 - 5º andar - São Paulo-SP. CEP 01310-922.

DESENVOLVIMENTO DE NOVOS FORNECEDORES

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP vem, através do presente, informar aos fornecedores nacionais e internacionais, que tenham interesse em participar de processos licitatórios para fornecimento de materiais estratégicos pertencentes aos segmentos de mercado abaixo relacionados, que o processo de qualificação prévia está permanentemente aberto e os procedimentos necessários para obtenção do Atestado de Pré Qualificação Técnica - APQ, de acordo com a Lei 13.303/16 e Regulamento Interno de Licitação e Contratação da Sabesp, estão disponíveis no site da Sabesp - www.sabesp.com.br/licitacoes - e-mail: csq@sabesp.com.br. Telefone: +55(11) 3388-6282.

SEGMENTO DE MERCADO:

Materiais e produtos químicos para tratamento de água e esgoto, materiais, peças e equipamentos para estações de tratamento, tubos e conexões de materiais plásticos, tubos e conexões de ferro fundido, hidrômetros e medidores de vazão, aparelhos de medição e peças para hidrômetros, conjunto moto-bomba e bombas em geral, válvulas, registros e acessórios hidráulicos, tubos de aço e conexões de aço ou ferro maleável, equipamentos e peças para desobstrução, filmagem e localização de redes, peças para bombas em geral, tubos e conexões de aço para redes e adutoras, materiais para instalações hidráulicas prediais, tubos e conexões de concreto.

Água, cuide bem desse bem. Porque cada gota vale muito.

Acórdão - Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0194197-29.2012.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante Ministério Público do Estado e é apelada Catho Online Ltda. Acordam, em 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "deram parcial provimento ao apelo. V.u.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão. O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores Cesar Lacerda (Presidente) e Berenice Marcondes Cesar. São Paulo, 18 de abril de 2017. Celso Pimentel RELATOR Assinatura Eletrônica. Voto nº 35.383. Apelação nº 0194197-29.2012.8.26.0100. 29ª Vara Cível do Foro Central da Capital. Apelante: Ministério Público do Estado de São Paulo. Apelada: Catho Online Ltda. 28ª Câmara da Seção de Direito Privado. A cláusula de previsão de multa na rescisão ou no "cancelamento" do contrato com prazo indeterminado de prestação de serviço de divulgação e procura de emprego lesa direito do consumidor. Por isso, acolhe-se em parte a ação civil pública e se condena a ré a se abster da exigência, a devolver de modo simples os valores recebidos a tal título e a publicar o acórdão na imprensa para conhecimento dos interessados. O Ministério Público apela da respeitável sentença que lhe julgou improcedente ação civil pública. Insiste nas pretensões, a condenação da ré a se abster da renovação automática de contratos celebrados com consumidores; da exigência de multa na desistência; do lançamento de débito em cartões de crédito sem a anuência do contratante e do armazenamento e repasse a terceiros desses dados ou seu aproveitamento em mais de uma operação, tudo sob pena de multa diária. Quer ainda indenização moral, devolução dobrada dos valores recebidos e publicação da sentença em jornais de grande circulação. Dispensava-se preparo e vieram resposta e parecer Procuradoria Geral de Justiça. É o relatório. 1. Confirma-se o que já se sugeria quando do julgamento e do acórdão no anterior agravo de instrumento que concedeu em parte a tutela antecipada (fls. 439/441). Não há vedação a pagamento por cartão de crédito ou débito e não há indício de repasse pela ré de dados a terceiros. Nesses pontos, a rejeição da demanda fica mantida. 2. Todavia, na previsão de multa para a hipótese de rescisão unilateral ou "cancelamento" do contrato de divulgação e de procura de vagas de emprego não há como negar a incoerência e a obscuridade, o que se traduz em lesão ao direito do consumidor à informação clara. Afinal, o contrato tem sempre prazo indeterminado. Porque o prazo é indeterminado, de renovação automática não se cogita, nem a pretexto de "plano de pagamento", e a indeterminação projeta a subsistência do contrato no tempo por período indefinido, mas definível, o momento em que um dos interessados manifeste vontade de extingui-lo. Direito potestativo à ruptura do vínculo, a manifestação do consumidor nesse sentido jamais refletirá "descumprimento contratual" e tampouco ensejará a incidência de "cláusula penal", que pressupõe infração, ideia incompatível com o exercício de direito. De resto, não guarda pertinência a comparação com o que se passa na cláusula de fidelidade ou de fidelização, cuja licitude já se proclamou nesta Câmara (Ap. 0515044-56.2010.8.26.0000, 26.4.2011), em face mesmo da indeterminação do prazo. 3. Assim e em suma, a cláusula de previsão de multa lesa direito do consumidor e, por isso, acolhe-se em parte a demanda e se condena a ré a se abster de exigir multa contratual de vinte por cento na rescisão ou no "cancelamento" do contrato em qualquer de suas modalidades, sob pena de multa de mil reais por exigência e sem prejuízo das medidas de natureza criminal. Em consequência, condena-se a ré a devolver os valores recebidos a tal título, com correção monetária desde o ajuizamento e juros desde a citação, mas de modo simples, não em dobro, diante de anteriores termos de ajustamento de conduta, que, se não produzem efeito de coisa julgada, afastam a má-fé e a pretendida indenização moral. Para conhecimento dos interessados, condena-se a ré a publicar nos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, por duas vezes e em dias alternados, em dez dias da baixa dos autos com trânsito em julgado, o inteiro teor deste acórdão (Código de Defesa do Consumidor, art. 84, § 5º). 4. Em suma e com a parcial adoção dos fundamentos do parecer da Procuradoria Geral de Justiça, julga-se procedente em parte a ação civil pública. Sem honorários de sucumbência, a ré arcará com metade das custas. 5. Pelas razões expostas e para os fins indicados, dá-se parcial provimento ao apelo. Celso Pimentel (relator)

Válido para rescisões realizadas entre agosto de 2009 e setembro de 2014.
Telefone para contato: 0800 878 5555

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.
CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64 – NIRE 35.300.346.238
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de setembro de 2019

1. Data, Local e Hora: Aos 06/09/2019, às 09h00, na sede social da Companhia, na Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP), km 183 + 800 metros, Lins-SP. Caixa Postal 844. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlo Alberto Bottarelli, que escolheu o Sr. José Garcia Neto para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** (i) Tomar ciência da renúncia de membro da Diretoria da Companhia; e (ii) Deliberar a eleição de membros da Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** Instalada a reunião foi aprovada, pelos membros do Conselho de Administração da Companhia a lavratura da presente ata e, após a análise e discussão das matérias objeto da Ordem do Dia, por unanimidade dos votos e sem ressalvas deliberou por: **5.1.** Em relação ao item (i) das matérias constantes da Ordem do Dia, manifestar a ciência, da renúncia apresentada pelo Sr. **Carlos Eduardo Auchewski Xisto** ao seu respectivo cargo de membro da Diretoria e de Responsável Técnico da Companhia, através da carta dirigida à Companhia em 06/09/2019, respectivamente, e, nesta oportunidade, agradeceram a atuação no exercício de seu cargo. **5.2.** Em relação ao item (ii) das matérias constantes da Ordem do Dia, aprovar a eleição do Sr. **Marcos Paulo Fernandes Pereira,** portador do RG nº 30.515.604-4 SSP/SP e do CPF/MF nº 213.793.938-09, que doravante deixará o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Companhia e passará a ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia, para cumprimento do prazo remanescente do mandato unificado de 02 anos, podendo ser reeleito, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **5.3.** Aprovar a eleição do Sr. **Adriano Freire de Brito,** portador do RG nº 1371924 (SSP/ES) e do CPF/MF nº 068.425.457-30, ao cargo de Diretor Administrativo Financeiro e Relações com Investidores da Companhia, para cumprimento do prazo remanescente do mandato unificado de 02 anos, podendo ser reeleito, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **5.4.** Aprovar a eleição do Sr. **Rodrigo Moreira Martins Barboza,** portador do RG nº 264259646 (SSP/SP) e do CPF/MF nº 316.848.168-82, ao cargo de Diretor de Engenharia e Operações da Companhia e de Responsável Técnico da Companhia, para cumprimento do prazo remanescente do mandato unificado de 02 anos, podendo ser reeleito, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **5.5.** Os Membros da Diretoria ora eleitos tomam posse de seus respectivos cargos, mediante assinatura dos respectivos termos de posse, com declaração de desimpedimento, sob as penas da lei, não estando impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **5.6.** Em razão das deliberações acima, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição, cujo mandato encerrar-se-á em 05/01/2020: a) **Marcos Paulo Fernandes Pereira** – Diretor Presidente. b) **Adriano Freire de Brito** – Diretor Administrativo-Financeiro e Relações com Investidores. c) **Rodrigo Moreira Martins Barboza** – Diretor de Engenharia e Operações. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. Lins, 06/09/2019. Assinaturas: **Mesa:** Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; José Garcia Neto – Secretário. **Conselheiros Presentes:** Carlo Alberto Bottarelli; João Villar Garcia e Roberto Solheid da Costa de Carvalho. JUCESP – Registrado sob o nº 533.397/19-4 em 08/10/2019. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS NO RAMO DE RODOVIAS E ESTRADAS EM GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA SETORIAL

O presidente da entidade, no uso de suas atribuições convoca todos os empregados da **CONCESSIONÁRIA RODOVIA DOS TAMOIOS S.A.** para participarem das Assembleias Extraordinárias Setoriais que serão realizadas no dia 21 de outubro de 2019, conforme locais e horários já divulgados no site da entidade (www.sindecrepsp.com.br) e nos locais de trabalho, respeitando-se que será feita a chamada para a 1ª convocação e não havendo o quórum necessário a mesma realizar-se-á após 30 minutos, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes; da **CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.** para participarem das Assembleias Extraordinárias Setoriais que serão realizadas no dia 22 de outubro de 2019, conforme locais e horários já divulgados no site da entidade (www.sindecrepsp.com.br) e nos locais de trabalho, respeitando-se que será feita a chamada para a 1ª convocação e não havendo o quórum necessário a mesma realizar-se-á após 30 minutos, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes; da **CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S/A** para participarem das Assembleias Extraordinárias Setoriais que serão realizadas nos dias 23 e 24 de outubro de 2019, conforme locais e horários já divulgados no site da entidade (www.sindecrepsp.com.br) e nos locais de trabalho, respeitando-se que será feita a chamada para a 1ª convocação e não havendo o quórum necessário a mesma realizar-se-á após 30 minutos, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes; da **CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS TEBE S/A** para participarem das Assembleias Extraordinárias Setoriais que serão realizadas no dia 30 de outubro de 2019, conforme locais e horários já divulgados no site da entidade (www.sindecrepsp.com.br) e nos locais de trabalho, respeitando-se que será feita a chamada para a 1ª convocação e não havendo o quórum necessário a mesma realizar-se-á após 30 minutos, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes; da **CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA BANDEIRANTES S/A - AUTOBAN** para participarem das Assembleias Extraordinárias Setoriais que serão realizadas nos dias 04 e 05 de novembro de 2019, conforme locais e horários já divulgados no site da entidade (www.sindecrepsp.com.br) e nos locais de trabalho, respeitando-se que será feita a chamada para a 1ª convocação e não havendo o quórum necessário a mesma realizar-se-á após 30 minutos, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes; da **RENOVIAS CONCESSIONÁRIA S/A** para participarem das Assembleias Extraordinárias Setoriais que serão realizadas nos dias 06, 07 e 08 de novembro de 2019, conforme locais e horários já divulgados no site da entidade (www.sindecrepsp.com.br) e nos locais de trabalho, respeitando-se que será feita a chamada para a 1ª convocação e não havendo o quórum necessário a mesma realizar-se-á após 30 minutos, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes; da **ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A** para participarem das Assembleias Extraordinárias Setoriais que serão realizadas nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 2019, conforme locais e horários já divulgados no site da entidade (www.sindecrepsp.com.br) e nos locais de trabalho, respeitando-se que será feita a chamada para a 1ª convocação e não havendo o quórum necessário a mesma realizar-se-á após 30 minutos, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes; da **CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE** para participarem das Assembleias Extraordinárias Setoriais que serão realizadas no dia 25 de novembro de2019, conforme locais e horários já divulgados no site da entidade (www.sindecrepsp.com.br) e nos locais de trabalho, respeitando-se que será feita a chamada para a 1ª convocação e não havendo o quórum necessário a mesma realizar-se-á após 30 minutos, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes; da **RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S/A - SP VIAS** para participarem das Assembleias Extraordinárias Setoriais que serão realizadas, nos dias 26 e 27 de novembro de 2019 conforme locais e horários já divulgados no site da entidade (www.sindecrepsp.com.br) e nos locais de trabalho, respeitando-se que será feita a chamada para a 1ª convocação e não havendo o quórum necessário a mesma realizar-se-á após 30 minutos, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes; da **COMPANHIA OPERADORA DE RODOVIAS - COR** para participarem das Assembleias Extraordinárias Setoriais que serão realizadas, no dia 04 de dezembro de 2019 conforme locais e horários já divulgados no site da entidade (www.sindecrepsp.com.br) e nos locais de trabalho, respeitando-se que será feita a chamada para a 1ª convocação e não havendo o quórum necessário a mesma realizar-se-á após 30 minutos, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes; da **CPC - COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO EM CONCESSÕES - DIVISÃO ENGELOG, CPC - COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO EM CONCESSÕES - DIVISÃO ENGELOGTEC** e **CCR - COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS - DIVISÃO ACTUA** para participarem das Assembleias Extraordinárias Setoriais que serão realizadas no dia 12 de dezembro de 2019, conforme locais e horários já divulgados no site da entidade (www.sindecrepsp.com.br) e nos locais de trabalho, respeitando-se que será feita a chamada para a 1ª convocação e não havendo o quórum necessário a mesma realizar-se-á após 30 minutos, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes; da **CCR - COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS, SAMM - SOCIEDADE DE ATIVIDADES EM MULTIMÍDIA LTDA., CPC - COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO EM CONCESSÕES, LAM VIAS PARTICIPAÇÕES E CONCESSÕES S.A. e INFRA SP PARTICIPAÇÕES E CONCESSÕES S.A.** para participarem das Assembleias Extraordinárias Setoriais que serão realizadas no dia 13 de dezembro de 2019, conforme locais e horários já divulgados no site da entidade (www.sindecrepsp.com.br) e nos locais de trabalho, respeitando-se que será feita a chamada para a 1ª convocação e não havendo o quórum necessário a mesma realizar-se-á após 30 minutos, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes; da **CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S/A** para participarem das Assembleias Extraordinárias Setoriais que serão realizadas nos dias 16 e 17 de dezembro de 2019, conforme locais e horários já divulgados no site da entidade (www.sindecrepsp.com.br) e nos locais de trabalho, respeitando-se que será feita a chamada para a 1ª convocação e não havendo o quórum necessário a mesma realizar-se-á após 30 minutos, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes; da **ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.** e **ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A** para participarem da Assembleia Extraordinária Setorial que será realizada no dia 17 de dezembro de 2019, conforme local e horário já divulgado no site da entidade (www.sindecrepsp.com.br) e nos locais de trabalho, respeitando-se que será feita a chamada para a 1ª convocação e não havendo o quórum necessário a mesma realizar-se-á após 30 minutos, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes; da **CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S/A - ECOPISTA** para participarem das Assembleias Extraordinárias Setoriais que serão realizadas no dia 18 de dezembro de 2019, conforme locais e horários já divulgados no site da entidade (www.sindecrepsp.com.br) e nos locais de trabalho, respeitando-se que será feita a chamada para a 1ª convocação e não havendo o quórum necessário a mesma realizar-se-á após 30 minutos, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes; para discussão e deliberação da seguinte ordem do dia: a) Leitura, discussão e aprovação da pauta de reivindicações para o ano de 2020, visando o início das negociações da data-base de 1º de Março e fixação da contribuição destinada a custeio do sistema confederativo, inclusive na forma de retribuição pela representação nas negociações e abrangência nos Instrumentos Normativos, na forma do artigo 8º, IV da Constituição; b) Concessão de poderes à Diretoria para manter negociações coletivas, celebrar acordos, aditivos e convenção coletiva, instaurar dissídio coletivo em função da categoria como um todo, na forma do artigo 8º, III da Constituição; c) Autorizar a deflagração de greve, em caso de malogro das negociações; d) Aprovação e autorização do desconto da contribuição sindical prevista nos artigos 578, 579 e 580 da CLT, a ser descontada de todos os empregados da categoria profissional representados pelo Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado de São Paulo; e) Declarar a Assembleia aberta em caráter permanente.

São Paulo, 11 de outubro de 2019
ROSEVALDO JOSÉ DE OLIVEIRA - Presidente

A constitucionalização de tudo

Só após os gastos obrigatórios pagos é que pensamos nas crianças pobres do Bolsa Família

Cecilia Machado

Economista, é professora da EPGE (Escola Brasileira de Economia e Finanças) da FGV

Não há dúvidas sobre a importância do investimento público nas crianças, garantindo que elas possam exercer seus potenciais produtivos quando crescem. Além de fomentar o desenvolvimento da própria criança, esses investimentos são positivos também para a sociedade.

Ao se tornarem adultos inseridos na economia, desoneram gastos do governo em saúde, assistência social e segurança pública, permitindo o direcionamento de recursos para outros setores, como saneamento, infraestrutura e tecnologia, num grande círculo virtuoso que potencializa ainda mais os investimentos iniciais feitos nas crianças.

Se pudéssemos escolher onde alocar o gasto público, investimentos em educação, em especial para as crianças em situação de pobreza, deveriam ser as prioridades. Nesse sentido, o pacto constitucional de 1988 estabeleceu importantes princípios mínimos e irredutíveis da ordem social, como a garantia à educação e à assistência.

Mas, ainda que a nossa Constituição já estabeleça um olhar especial às crianças pobres, é inevitável constatar que o atual texto não é suficiente para garantir os direitos delas.

Prova evidente da negligência que temos com as crianças pobres do país é a recente proposta de emenda constitucional (PEC) 133, a PEC paralela da reforma da Previdência, entendida por muitos como a constitucionalização do programa Bolsa Família.

E por que constitucionalizar a assistência às crianças pobres? Porque elas são, no momento, beneficiárias residuais dos gastos do governo.

Por óbvio, se tudo está constitucionalizado, acaba sobrando pouco para o que não está. Apenas depois que todos os gastos obrigatórios terminam de ser pagos —como os altos salários do funcionalismo público, incluindo o Judiciário e o Ministério Público, e as crescentes obrigações previdenciárias—, aí sim pensamos nas crianças pobres do Bolsa Família.

Bonito no papel, o artigo 195-A da PEC, apesar de garantir o reajuste real do benefício, continua deixando as crianças pobres à margem da rede de proteção social.

Os idosos pobres, por exemplo, possuem a garantia constitucional de um salário mínimo. As crianças não. E como ampliar gastos em educação, saúde e saneamento, importantes insumos no desenvolvimento das crianças, quando o Orçamento está sufocado?

A verdadeira seguridade social da criança é aquela que libera, e não engessa, recursos públicos para que os investimentos possam ser feitos em educação, saúde e assistência, capitalizando todos os ganhos de escala que a provisão pública pode proporcionar.

Nesta reforma da Previdência tivemos importantes oportunidades de liberação de recursos, como a inclusão dos estados e municípios na reforma, a equiparação da aposentadoria dos professores à das demais categorias, a definição de critério de renda objetivo para a concessão do BPC e a igualdade nas idades de aposentadoria entre homens e mulheres. Optou-se por não mexer nessas questões e remediar a enorme injustiça que se fez com as crianças incluindo o reajuste do Bolsa na Constituição. Nada mais justo, mas dois erros não fazem um acerto.

Caminhamos para a constitucionalização de tudo, ainda que a melhor forma de assistir aos vulneráveis seja por meio da política pública de forma universal, pensada e executada pelo Estado.

Melhor mesmo seria deixar de fora da Constituição parâmetros específicos das remunerações do setor público, seguridades e assistências, tudo aquilo que engessa o Orçamento público e é passível de batalha judicial.

Na atual reforma da Previdência, gritaram e espernearam os professores, as mulheres, os militares, os estados e os municípios, os funcionários públicos, os idosos, todos a favor de seus interesses. Foram atendidos. As crianças, coitadas, se comportaram bem demais.

DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcia Dessen | TER. Nizan Guanaes, Cecilia Machado | **QUA. Helio Beltrão** | QUI. Laura Carvalho | SEX. Nelson Barbosa, Pedro Luiz Passos | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Justiça ordena retomada de sete aeronaves da Avianca

Petição apresentada pela Airbus diz que empresa parou de pagar aluguéis dos aviões arrendados desde 2011

Rogério Gentile

SÃO PAULO O Tribunal de Justiça determinou a retomada forçada de sete aeronaves arrendadas pela Oceanair Linhas Aéreas (Avianca Brasil).

Os aviões são da Airbus Financial Services Limited e estavam arrendados desde 2011. Desde 2018, no entanto, segundo petição apresentada pela Airbus à Justiça, a empresa aérea parou de pagar os aluguéis e demais encargos contratuais.

A dívida da Avianca, afirma a Airbus, já ultrapassa os US$ 40 milhões. No início de setembro, a Justiça determinou que a empresa devolvesse as aeronaves em um prazo de até cinco dias.

Como isso não ocorreu, o desembargador Ricardo Negrão, da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, ordenou a retomada forçada dos aviões, o que deve ocorrer nas próximas semanas.

Os aviões estão sem operar desde o mês de maio, quando a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) suspendeu todos os voos da Avianca Brasil, alegando temer pela falta de capacidade da empresa para operar com segurança.

A decisão foi tomada em meio ao processo de recuperação judicial, solicitado em dezembro de 2018 diante de dificuldades para pagar dívidas estimadas à época em R$ 494 milhões —corrigido para cerca de R$ 2,7 bilhões.

Recuperação judicial é uma medida prevista em lei pela qual uma empresa ganha um fôlego para tentar evitar a falência.

No pedido de devolução, a Airbus diz que duas das aeronaves estão estacionadas no aeroporto de Congonhas.

As outras cinco estariam totalmente fora de condições técnicas de voo. "Faltam diversas peças, motores, manutenções e reparos indispensáveis para que voem", afirma. Uma oitava aeronave, também arrendada, foi devolvida em agosto.

No fim de maio, em uma primeira ação impetrada pela Airbus, a Avianca afirmou que a manutenção da posse das aeronaves era fundamental para a continuidade da empresa aérea.

"As aeronaves representam, hoje, mais de 90% da frota operada pela Requerida e, são, portanto, essenciais às suas atividades", disse por meio de advogados.

Com base no argumento, a liminar para a devolução não foi concedida pela Justiça.

No novo processo, a Airbus disse que, com a total paralisação das atividades da empresa, não havia mais justificativa para que mantivesse a posse dos equipamentos.

Na petição em que tentou evitar a retomada das aeronaves, a empresa aérea não respondeu sobre esse ponto, apenas alegando que a solicitação não fora feita no foro judicial adequado.

Fundada em 1998, a Oceanair adotou o nome fantasia Avianca 12 anos depois por meio de um acordo com a Avianca Holdings, da Colômbia, e chegou a ter 48 aeronaves em operação —era considerada a quarta maior companhia aérea do país.

Por decisão judicial, já foram bloqueados também bens pessoais do empresário José Efromovich, proprietário da Oceanair.

Onze imóveis, entre os quais um apartamento de 526 m² em Santa Cecília e outro de 244 m² em Perdizes, na cidade de São Paulo, foram atingidos pela medida.

O bloqueio dos bens foi ordenado pelo desembargador Décio Rodrigues em processo no qual a empresa Azul Linhas Aéreas cobra R$ 61,7 milhões de dois empréstimos feitos a Avianca em março, incluindo juros e multa.

Os imóveis pessoais de Efromovich foram arrestados, pois o empresário havia assinado o empréstimo na qualidade de fiador da operação. Se a decisão for confirmada, poderão ser leiloados.

Fotos de Chloe Papa (em destaque) quando criança, que foram usadas, sem autorização, no banco de dados MegaFace MegaFace

Fotos de seus filhos têm alimentado a tecnologia de vigilância nos EUA

TEC

NOVA YORK | THE NEW YORK TIMES Em 2005, Dominique Allman Papa entrou no site de compartilhamento de fotos Flickr. Carregou imagens, muitas dos filhos, Chloe e Jasper. Então ela praticamente esqueceu que o Flickr existia.

Recentemente, Chloe Papa teve notícias: os rostos das crianças Papa —sorrindo com os pais, fantasiadas para o Halloween— foram sugados para o MegaFace, banco de dados de reconhecimento facial sem precedentes.

Com quase 700 mil pessoas, ele foi baixado por dezenas de empresas para treinar e testar nova geração de algoritmos de identificação facial, usados para rastrear manifestantes, vigiar terroristas, detectar apostadores problemáticos e espionar o público em geral. A idade média das pessoas no banco de dados, dizem seus criadores, é 16 anos.

"É horrível e desconfortável", disse Papa, 19. "Gostaria que tivessem me perguntado se eu queria fazer parte disso."

Por lei, a maioria dos americanos no banco de dados não precisa ter permissão solicitada —mas os Papas deveriam.

Residentes de Illinois são protegidos pela Lei de Privacidade da Informação Biométrica, que impõe sanções financeiras pelo uso de impressão digital de um cidadão de Illinois ou pela digitalização facial sem consentimento.

As empresas que usaram o banco de dados —como Google, Amazon, Mitsubishi Electric, Tencent e SenseTime— poderão pagar por isso.

No início do reconhecimento facial, foram desenvolvidos algoritmos com consentimento dos sujeitos. Na década de 1990, voluntários eram fotografados por vários ângulos.

Mais tarde, os pesquisadores acessaram câmeras de vigilância de cafés, campi universitários e espaços públicos e copiaram fotos online.

Em junho de 2014, o Yahoo divulgou o que chamou de "a maior coleção pública de multimídia já lançada", com 100 milhões de fotos e vídeos. Obteve as imagens —todas com Creative Commons ou licenças de uso comercial— do Flickr.

Os criadores da base queriam nivelar o aprendizado mecânico. "Queríamos capacitar a comunidade de pesquisa, fornecendo-lhe banco de dados robusto", disse David Ayman Shamma, diretor de pesquisa do Yahoo até 2016 e que atuou no projeto Flickr. Os usuários não foram notificados do uso das fotos.

Shamma e equipe dizem que não distribuíam fotos dos usuários, mas, sim, links para as fotos. Dessa forma, se um usuário excluísse as imagens ou as tornasse privadas, elas não seriam mais acessíveis.

Mas essa salvaguarda era falha. O NY Times constatou as fotos de um usuário do Flickr poderiam ser acessadas mesmo após virarem privadas.

Além disso, pesquisadores que acessaram o banco de dados baixaram versões das imagens e as redistribuíram, entre eles está uma equipe da Universidade de Washington.

Em 2015, dois professores de ciência da computação da escola —Ira Kemelmacher-Shlizerman e Steve Seitz— e os alunos usaram o Flickr para criar o MegaFace. Com mais de 4 milhões de fotos de cerca de 672 mil pessoas, era uma promessa para testar algoritmos de reconhecimento facial.

O destaque é que o MegaFace incluía crianças, como Chloe e Jasper Papa. Os sistemas de reconhecimento facial tendem a ter mau desempenho com jovens, e o Flickr representava uma chance de ouro.

Em artigo acadêmico, Kemelmacher-Shlizerman e o estudante Aaron Nech estimaram a idade média dos sujeitos do MegaFace em 16,1 anos; 41% dos rostos pareciam ser de mulheres e 59% de homens.

Em 2015 e 2016, a Universidade de Washington realizou o "Desafio MegaFace", convidando grupos que atuam com tecnologia de reconhecimento facial a usar o conjunto de dados para testar algoritmos, para "pesquisas não comerciais e com fins educacionais". Mais de cem organizações participaram, incluindo Google, Tencent, SenseTime e NtechLab. No total, mais de 300 grupos de pesquisa acessaram a base.

> Gostaria que tivessem me perguntado se eu queria fazer parte disso
>
> **Chloe Papa, 19**
> que teve fotos do Flickr, sem autorização, usadas em testes de reconhecimento facial

Algumas das empresas foram criticadas pela forma como clientes implementaram seus algoritmos: a tecnologia do SenseTime foi usada para monitorar a população uigur da China, enquanto o NtechLab serviu para denunciar atores pornográficos e identificar estranhos no metrô na Rússia.

A diretora de marketing do SenseTime, June Jin, disse que a empresa usou o MegaFace para fins acadêmicos. "Virou treino e teste de reconhecimento facial." A NtechLab, Nikolay Grunin, diz que excluiu o MegaFace após o concurso. O Google se recusou a comentar. Já a Universidade de Washington não autorizou pesquisadores a falarem do caso.

A criação do MegaFace foi financiada em parte pela Samsung, pelo Faculty Research Award, do Google, e pela National Science Foundation/Intel.

O MegaFace segue disponível para download. O NY Times conseguiu o acesso em um minuto. A base não contém nomes de pessoas, mas os dados não são anônimos. O jornal conseguiu conectar muitas fotos do banco de dados às pessoas que as tiraram.

Residentes de Illinois, como os Papa, cujas impressões faciais são usadas sem sua permissão, têm direito a US$ 1.000 (R$ 4.125,70) por uso, ou US$ 5.000 (R$ 20.628,50) se o uso for "imprudente". Segundo o jornal, de 6.000 a 13 mil pessoas de Illinois estão na base do MegaFace. Especialistas avaliam que o total da indenização pode superar US$ 1 bilhão (R$ 4,1 bilhões) e formar a base de uma ação coletiva.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

FOLHA DE S.PAULO ★★★
TERÇA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 2019

Maioria dos brasileiros afirma que escola inclusiva melhora educação

Pesquisa indica que 86% apoiam medida à qual país aderiu há 10 anos e é parcialmente ignorada

Jairo Marques

SÃO PAULO Uma década após o país ter decretado oficialmente adesão à convenção mundial da ONU pelos direitos das pessoas com deficiência —que, entre outros pontos, preconiza a educação inclusiva, em que toda criança estuda em um mesmo ambiente, sem segregação— o brasileiro indica apoiar o modelo.

Pesquisa nacional do Datafolha encomendada por um dos mais importantes organismos do Brasil na defesa dos direitos e do bem viver da criança, o Instituto Alana, feita com 2.074 pessoas em 130 municípios, indicou que 86% dos entrevistados avaliam que "as escolas ficam melhores quando incluem alunos com deficiência".

Com margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos, o levantamento foi realizado entre 10 e 15 de julho deste ano e contou com dez perguntas cujas respostas foram estimuladas por meio de um cartão entregue aos entrevistados para serem escolhidas.

Outros pontos considerados positivos à escola inclusiva na pesquisa foram que 76% dos entrevistados "acham que a criança com deficiência aprende mais ao lado de crianças sem deficiência" e 68% que se disseram contrários à afirmação de que "a criança com deficiência em sala atrasa o aprendizado das sem deficiência".

Embora seja o modelo vigente e esteja sendo aplicado em todo o país, a escola inclusiva ainda enfrenta resistência, sobretudo entre organizações e famílias de pessoas com limitações intelectuais mais graves, que alegam faltar preparo ao professor e aos colégios para atender a esse público de forma satisfatória, além de dar a ele segurança e acolhimento adequados.

Rotineiramente, projetos de lei surgem no Congresso com o intuito de criar exceções ou propagados "aperfeiçoamentos" nas escolas onde todos estudam juntos —crianças com e sem deficiência.

As medidas tratam da abertura de salas especiais dentro de colégios, oferta de ensino institucionalizado ou ainda de abertura de possibilidade aos pais de educar seus filhos com deficiência em casa.

Não raro também acontecem a propagação de denúncias de bullying envolvendo crianças com deficiência dentro das escolas regulares, o que motiva indignação e revolta de grupos que defendem um modelo com mais proteção a esse público.

Aluna com surdez severa faz prova em Libras em escola municipal de Santana do Parnaíba (SP) Marlene Bergamo - 19.set.19/Folhapress

A necessidade de mais aperfeiçoamento profissional para lidar com a diversidade em sala de aula também apareceu na pesquisa Datafolha/Alana.

Dos entrevistados, 67% apontam "falta de formação do professor para tratar com o aluno com deficiência".

Ao mesmo tempo, os pesquisados não consideram que haja resistência à inclusão, uma vez que 71% acham que "o professor tem interesse em ensinar o aluno com deficiência".

> "Além de tentar garantir o acesso da criança com deficiência à escola, temos de evitar o retrocesso que é o não direito à educação inclusiva. É um desafio dar visibilidade a experiências positivas em todo o país, mostrar que uma concepção protetiva e segregada não é um caminho
>
> **Raquel Franzi**
> coordenadora no Instituto Alana

Para Raquel Franzi, coordenadora da área de educação do Instituto Alana, um dos desafios atuais mais importantes em relação à educação da criança com deficiência é não retroceder no modelo estabelecido, que é também o aplicado em outras várias partes do mundo.

"Além de tentar garantir o acesso da criança com deficiência à escola, temos de tentar evitar o retrocesso que é o não direito à educação inclusiva", afirma.

"É um desafio constante dar visibilidade a experiências positivas que acontecem em todo o país, mostrar que uma concepção protetiva e segregada de escola não é um caminho."

Atualmente, a Lei Brasileira de Inclusão determina pena de reclusão a gestores de escolas que neguem matrícula a um aluno com deficiência.

A alegada dificuldade de condições das escolas em poder atender a todos também tem reflexos na pesquisa, quando 37% dos entrevistados dizem que "concordam que a escola pode escolher se matricula ou não uma criança com deficiência".

De acordo com Rodrigo Hübner Mendes, fundador e diretor executivo da Fundação Rodrigo Mendes —que, entre outras missões, oferece gratuitamente ferramentas práticas para que o professor ensine alunos com deficiência com demandas específicas—, os dados da pesquisa convergem com a observação das várias redes de ensino onde a instituição atua.

"Por um lado, [a pesquisa mostra] extraordinário amadurecimento da sociedade civil sobre o direito das pessoas com deficiência à educação em escolas comuns, acompanhado da percepção de que todos saem ganhando quando a escola abraça a diversidade humana", afirma ele.

"Por outro lado, o estudo reforça o que várias outras pesquisas vêm revelando: formação sobre esse tema é uma das demandas prioritárias manifestadas pelos professores que estão em sala de aula."

Para o Alana, um dos preceitos científicos que fortalecem a adoção da escola inclusiva, o que comprova que o benefício da inclusão tem repercussões em todo o ambiente escolar, principalmente nos alunos sem deficiência, aparece na pesquisa Datafolha, mesmo que de forma indireta.

De acordo com o levantamento do instituto, 68% dos entrevistados se declaram contrários à afirmação de que a "criança com deficiência em sala atrasa o aprendizado das sem deficiência".

Além disso, 93% dos entrevistados que convivem com pessoas com deficiência na escola são "favoráveis à ideia de que as escolas se tornam melhores ao incluir crianças com deficiência".

Conforme explica Raquel Franzi, para a criança sem deficiência, a interação com a diversidade física, sensorial e intelectual promove melhoria no desempenho acadêmico, sobretudo em linguagem e matemática, aumento da habilidade de resolução de problemas, ampliação da disposição para tarefas

Já para a criança com deficiência, além de benefícios parecidos com os das crianças típicas, ela aponta "promoção de independência e autonomia, maior participação da vida em sociedade, nas ruas e no trabalho".

"Esses dez anos de educação inclusiva no Brasil já demonstram um enorme avanço. As gerações atuais já acessam pessoas com deficiência na escola, no trabalho, na vida social e vemos pessoas com deficiência concluindo o ensino médio, ingressando no ensino superior, tomando decisões. Os efeitos são transformadores e reais."

Os exemplos mais bem-sucedidos de escolas inclusivas no Brasil são os que contam com o envolvimento de toda a comunidade escolar, em parceria com famílias e grupos de apoio à inclusão.

Cabe ao poder público e às próprias escolas fornecerem condições e instrumentos adequados de aprendizado, interação e permanência desse público em sala de aula.

A educação inclusiva no Brasil

Pesquisa Datafolha encomendada pelo Instituto Alana indica apoio à escola onde todos aprendem juntos

86% avaliam que as escolas ficam melhores quando incluem alunos com deficiência

76% acham que a criança com deficiência aprende mais ao lado de crianças sem deficiência

67% apontam falta de formação do professor para tratar com o aluno com deficiência

71% acham que o professor tem interesse em ensinar o aluno com deficiência

59% discordam que crianças com deficiência devem estudar só com crianças com a mesma condição

68% são contra à afirmação de que a criança com deficiência em sala atrasa o aprendizado das sem deficiência

37% concordam que a escola pode escolher se matricula ou não uma criança com deficiência

8% dos entrevistados declararam que eles mesmos tinham algum tipo de deficiência

Fonte: Pesquisa Datafolha/Alana realizada entre 10 e 15 de julho de 2019, de abrangência nacional, com 2.074 pessoas em 130 municípios, margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos

Fila por vaga em creche sobe 282% em nove meses em São Paulo

Mariangela Castro e Aline Mazzo

SÃO PAULO | AGORA A fila por vagas em creches municipais na cidade de São Paulo aumentou 282% entre o início do ano e setembro. No fim do mês passado, 75.267 crianças aguardavam ser chamadas, contra 19.679 em 31 de dezembro de 2018.

Em contrapartida, a oferta de vagas na capital subiu apenas 0,92% no período (3.100 vagas foram criadas neste ano). O percentual é o mais baixo de desde 2014.

Os dados foram divulgados nesta segunda (14), pela Prefeitura de São Paulo. A meta da gestão Bruno Covas (PSDB) é criar 85,5 mil novas matrículas até o fim de 2020. Até o fim de setembro foram geradas 52,8 mil vagas. Para cumprir a meta, a prefeitura precisa abrir cerca de 74 vagas por dia até o fim do próximo ano (o equivalente a 32.657 matrículas).

Apesar do aumento da fila em 2019, a atual demanda por vagas em creches representa quase metade da espera em setembro 2017, no primeiro ano da gestão João Doria (PSDB), que atualmente é governador, quando havia 132.365 crianças esperando por vagas nas creches públicas.

O número de alunos matriculados também é o maior dos últimos cinco anos, com 337.022 crianças.

Pela primeira vez, a prefeitura separou os dados com as crianças que aguardam ser chamadas daquelas que conseguiram vaga, mas os pais abriram mão e voltaram ao fim da fila porque preferem escolher a creche onde ficarão seus filhos.

Das 75.267 crianças na fila de espera, apenas 4.189 se encaixam no segundo caso.

Para a coordenadora de projetos da ONG Todos pela Educação, Thaiane Pereira, a cidade evoluiu bastante para reduzir a fila de vagas em creches, uma vez que atingiu a meta do Plano Nacional de Educação de ter ao menos 50% das crianças matriculadas nos municípios.

Thaiane afirma, entretanto, que para as políticas públicas de educação serem efetivas, é necessário mapear quais famílias mais precisam do serviço, que tipo de creches são necessárias e em quais regiões há maior demanda.

"As creches precisam ser majoritariamente para as famílias que mais necessitam, desde as com menor nível socioeconômico até as uniparentais, quando há apenas um responsável pela casa", afirma.

A coordenadora também diz que, no segundo caso, geralmente a pessoa responsável pela casa necessita deixar seus filhos em uma creche que atenda por no mínimo oito horas. "Um tema de política pública não deveria ter de ser levado à Justiça", diz.

Mães e pais que não conseguem vagas para seus filhos em creches municipais têm procurado a Defensoria Pública do Estado. Segundo dados da Defensoria, foram 3.611 atendimentos para este tipo de pedido em 2019.

A operadora de caixa Valdineia dos Santos, 33, está na fila por uma vaga para seu filho de cinco meses desde maio. Ela foi pela segunda vez buscar ajuda na Defensoria.

A primeira foi em 2018, quando seu filho mais velho, hoje com dois anos, tinha nove meses de idade. "É um problema, pois minha licença termina na semana que vem e eu preciso trabalhar", diz.

A Secretaria Municipal de Educação diz que a demanda atual é a menor para o período de toda a série histórica (desde 2007). "O número de vagas é o maior já registrado, com 338,8 mil crianças atendidas", afirma.

"Para fins de comparação, nos últimos cinco anos foram criadas 112 mil vagas", diz a nota da secretaria, que afirma ser "incorreto avaliar períodos diferentes de atendimentos".

"O trabalho constante de adequação da oferta conforme a procura tem garantido que a abertura de vagas seja a mais significativa da história da cidade", diz.

Diz ainda que está desenvolvendo uma plataforma para compartilhar informações com a Defensoria Pública, que será entregue em dezembro —em julho, a Defensoria afirmou que a prefeitura não havia disponibilizado senha e nem capacitado funcionários para o início da parceria.

ATMOSFERA

EM SÃO PAULO

°C 5 8 11 14 17 20 23 26 29 32 35 38

nublado chuva

Lua

S S D S T Q Q S S D S T Q Q S S D S T Q Q S S D S

Cheia	Minguante	Nova	Crescente
13.out	21.out	28.out	04.nov
18h10	09h41	00h40	07h23

Umidade

Chuva

NO ESTADO

°C 5 8 11 14 17 20 23 26 29 32 35 38

CALOR DIMINUI EM SP
Chove fraco a moderado ao longo do dia, o calor diminui e há formação de névoa entre a Grande SP, o litoral e o Vale do Ribeira; nas demais áreas faz sol e calor

	Hoje	Amanhã	Quinta
Araçatuba	21 36	21 35	21 35
Avaré	18 32	18 32	19 33
Bauru	20 33	20 33	21 34
Campinas	20 30	19 31	19 32
C. do Jordão	12 26	11 25	12 26
Catanduva	20 35	20 34	20 34
Franca	21 33	21 32	20 32
Iguape	15 21	15 25	16 26
Itapeva	17 25	16 27	17 29
Marília	19 32	19 32	20 33
Piracicaba	20 31	19 32	19 33
Pres. Prudente	19 33	19 33	20 34
Ribeirão Preto	20 35	20 34	20 34
Santos	19 24	19 25	18 26
São Carlos	18 32	17 32	18 33
S. J. do R. Preto	22 36	22 35	22 35
S. J. dos Campos	17 27	16 29	17 30
Sorocaba	19 27	18 29	19 31
Ubatuba	18 27	18 28	18 29
Votuporanga	21 37	21 36	21 36

NO BRASIL

°C 5 8 11 14 17 20 23 26 29 32 35 38

SUL TEM DIA CHUVOSO
Chuva e risco de temporais marcam o dia no Sul, em parte de SP e MS; no interior do Nordeste, em GO, MG, RJ e ES faz sol, calor e o tempo fica seco

	Hoje	Amanhã	Quinta
Aracaju	23 29	24 30	23 29
Belém	24 34	24 34	24 34
Belo Horizonte	19 34	20 32	20 33
Boa Vista	24 33	23 32	24 32
Brasília	20 33	20 33	19 32
Campo Grande	22 34	20 35	22 36
Cuiabá	25 37	23 36	24 37
Curitiba	15 19	15 22	16 27
Florianópolis	15 19	15 20	19 24
Fortaleza	24 32	24 32	25 32
Goiânia	19 38	21 37	22 35
João Pessoa	21 31	21 31	22 32
Macapá	24 34	24 34	25 33
Maceió	21 31	21 31	22 31
Manaus	23 31	24 33	24 33
Natal	24 31	23 30	24 31
Palmas	24 37	23 36	23 37
Porto Alegre	13 18	15 21	17 24
Porto Velho	23 33	24 31	25 32
Recife	22 30	22 30	22 30
Rio Branco	22 32	22 33	22 32
Rio de Janeiro	19 29	18 30	19 32
Salvador	23 30	23 29	22 30
São Luís	24 33	24 33	24 32
São Paulo	17 26	16 27	17 30
Teresina	24 37	23 37	23 36
Vitória	20 31	21 29	19 30

Veja dados atualizados em folha.com/tempo
Fonte: Climatempo (climatempo.com.br)

A professora Angela Vasconcelos, a mais longeva da rede estadual paulista Bruno Santos/Folhapress

Professora mais antiga dá aulas de educação física há 41 anos em SP

Angela Vasconcelos acompanha gerações de alunos em colégio da capital; em 2009, introduziu o rúgbi

Angela Pinho

SÃO PAULO João Paulo 2º foi escolhido papa, e João Baptista Figueiredo, o último presidente da ditadura militar. Na cultura, a canção "Cálice" fazia sucesso na voz de Chico Buarque e Milton Nascimento, e o mundo assistia ao jovem ator John Travolta no musical "Grease".

Nesse mesmo ano de 1978, no interior de São Paulo, Angela Machado de Vasconcelos começava sua carreira em um colégio da rede estadual paulista.

Desde então o mundo mudou, o Brasil também, e a sala de aula certamente não é a mesma. Angela, contudo, segue na profissão. Aos 71 anos, 41 de carreira, é a professora mais antiga em atividade na rede estadual paulista. E de uma matéria que exige disposição: educação física.

Angela poderia ter se aposentado há mais de duas décadas, mas preferiu continuar na Escola Estadual Daniel Paulo Verano Pontes, no Rio Pequeno (zona oeste de São Paulo), onde atua há 33 anos.

Por quê? Difícil explicar. Antes do magistério, chegou a fazer um curso de medicina, mas desistiu depois de dois anos. "Eu gostava, mas não me preenchia. Sempre quis dar aula", diz.

Por isso também nunca quis ser diretora ou coordenadora de escola. "A gente aprende muito no convívio com as crianças", afirma.

Entre as suas crianças, está a atual professora de inglês da escola. A de português é mãe de dois ex-alunos.

As histórias de muitas das crianças que dividiram o espaço da escola com ela ainda estão frescas na sua memória.

"Sempre procurei levar os alunos para competições, é importante para mostrar outras realidades", diz. "Uma vez, fui com um menino para a final estadual de atletismo. Ele tinha 15 anos e não conhecia o metrô", lembra.

Teve outro, bom aluno, que conseguiu uma bolsa em uma escola particular. "Cheguei cedo para dar aula e ele estava me esperando, porque não tinha dinheiro para a passagem de ônibus". Ela comprou o bilhete. Os que mais gostavam da aula costumavam ficar até fora do período com ela para treinar.

O esforço, avalia, valeu a pena. "O esporte dá uma visão para os estudantes de que é importante correr atrás. Muitos viraram professores de educação física, ou seguiram outras carreiras, fizeram faculdade. Isso é muito gratificante, porque sei que tem um dedinho meu."

Há dez anos, Angela foi viajar e viu uma bola de rúgbi: comprou e incluiu nas aulas. Trabalhar com outras modalidades sempre foi uma meta sua. Futebol, hoje, ela dá porque está no currículo. "O futebol exclui as pessoas. Nos outros, todo mundo está em pé de igualdade, ninguém é o bonzão."

Apesar das boas lembranças, Angela reconhece que muita coisa mudou —no caso da indisciplina, para pior.

"Já vi aluno ganhar todo um kit para estudar e jogar na rua. Eu sou do tempo em que falavam: 'Cuidado com esse lápis, tem que durar, se mastigar a ponta vai ficar sem'", diz.

A relação com as famílias também é outra. "Se a gente falasse que ia chamar os pais, as crianças morriam de medo. Hoje [a criança] balança o ombro ou até mesmo fala: 'Minha mãe vai vir aqui e você vai ver'."

Angela ressalta que, evidentemente, nem todos são assim, e que ainda há muitos estudantes interessados.

Ela acha também que a carreira deveria ser mais valorizada. "Tenho um colega jovem no qual me vejo muito. Ele é dinâmico, gosta do que faz e tem o dom. Tem que ser incentivado a ficar."

A preocupação com o futuro tem razão de ser. Este deve ser o último ano de Angela na rede estadual paulista, porque sua escola adotará o tempo integral. Ela é a favor da ampliação da jornada, mas, para ficar, teria que deixar seu outro emprego, de instrutora de musculação de idosos no Ginásio do Ibirapuera.

Parar de trabalhar, no entanto, é algo em que ela nem pensa. "Diminuir tudo bem, mas ficar sem dar aula não consigo. É algo que te puxa."

Dados da rede estadual paulista

190 mil é o número de professores da rede estadual de SP

72% são mulheres

45 anos é a idade média delas; 46 a dos professores do sexo masculino

23 anos é a idade do professor mais jovem

954 professores da rede estadual atuam em unidades da Fundação Casa

1.102 lecionam em unidades educacionais em presídios

> O esporte dá uma visão para os estudantes de que é importante correr atrás. Muitos viraram professores de educação física, ou seguiram outras carreiras, fizeram faculdade. Isso é muito gratificante, porque sei que tem um dedinho meu
>
> **Angela Machado de Vasconcelos**
> professora de educação física da rede estadual paulista há 41 anos

Angela na escola Daniel Paulo Verano Pontes, no Rio Pequeno, na zona oeste de São Paulo, com o time de basquete que treinava Arquivo Pessoal

Quem são os pais do Coringa?

Arthur Fleck não tinha certeza sobre sua própria existência até matar três pessoas

Vera Iaconelli
Diretora do Instituto Gerar, autora de "O Mal-estar na Maternidade". É doutora em psicologia pela USP

A história de Arthur Fleck é apresentada no filme "Coringa" (2019) como um show de humilhação, doença mental, precariedade financeira, isolamento social, desencontros afetivos, enfim, "That's life", como canta Frank Sinatra.

Convivem, de um lado, a empatia no trato com a mãe, com as crianças, com os jovens que o espancam e, de outro, a fúria contida. Ele não se defende, mas vai chutar o lixo depois.

Não ter sua história contada com a dignidade merecida —ainda que seja de ter sobrevivido ao horror— o mantém à deriva, errático. Seu corpo é desconjuntado, sua corrida é destrambelhada. Há um abismo entre o riso descontrolado e a alegria. Tudo é desencontro em sua vida: no corpo, na história, no amor.

Mas Arthur não destoa da paisagem deteriorada na qual sobrevive: invadida por ratos, suja, decadente, intolerante.

Ninguém dá a mínima para a assistência social, dirá a assistente social, que o ouve impotente. Ela, ele, todos ao redor estão desamparados.

A promessa de ajuda está projetada na família do magnata que, com o olho na prefeitura, informa que colocará ordem em Gotham City. Mas Thomas Wayne, pai do morcego, se torna o alvo de manifestações maciças a partir do momento em que subestima o descontentamento que o cerca. O tecido social já esgarçou. As pessoas perderam a delicadeza, se queixa Arthur.

Ele deixa claro que sua vida vale menos do que sua morte, anunciando que a própria existência psíquica —não apenas suas condições de vida— está em questão. A resposta para seu dilema surge de um gesto inesperado: ele mata três jovens bem sucedidos.

Arthur Fleck não tinha certeza sobre sua própria existência até matar essas três pessoas.

A solução do personagem nos remete para o fundamento da existência do nosso "eu", que se constitui desde bebê no embate com o outro.

Reconhecemo-nos como sujeitos no momento em que reconhecemos o outro. Daí decorre o impulso de se medir com o outro, de ganhar dele, de destruí-lo, de controlá-lo. As lutas por prestígio —que deflagram guerras mundiais— nada mais são do que a necessidade de reafirmar quem sou eu. Cabo de guerra que só acaba se um dos dois soltar a corda e arranjar algo melhor para fazer. Amor, de preferência.

O personagem, que só se sentiu existir a partir do triplo homicídio, cogita desde sempre se matar. Mas entre matar o outro ou se matar, ele escolhe ambos. Mata seu grande ídolo no mesmo instante em que se mata.

Arthur já era, agora só tem o Coringa.

Ver o Coringa dando o troco diante de tanta opressão dá uma sensação de prazer inconfesso. O medo de que essa sensação se expressasse por meio de atos violentos fez com que a estreia do filme nos EUA fosse envolta em apreensão, traduzida no aumento do contingente policial.

Demonstra-se aí o atual curto-circuito afetivo: ao invés de fazer refletir —vocação maior da arte— sairíamos depois da sessão a matar uns aos outros. Há precedentes. O medo revela que chafurdamos na cultura do "bateu-levou", do "excitou-estuprou", do "almejou-roubou", do "perguntou-respondeu sem pensar". Como se o reflexo de luta e fuga fosse alçado à categoria de valor social.

Os pais do Coringa são nossa escolha pelo retorno à barbárie, da qual só emergimos a partir de um pacto de solidariedade. Não se trata de ser bom, mas de assumir que entre eu e o outro —qualquer outro— se impõe o reconhecimento do desamparo comum de nossa condição humana.

Menção especial ao "amigo" que ofereceu uma arma para Arthur se defender dos bandidos. Péssima ideia.

DOM. Antonio Prata | SEG. Tabata Amaral, Thiago Amparo | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, **Jairo Marques** | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Moro faz acordo com a Fiesp para capacitar ex-detentos

Segundo o ministro da Justiça, combate ao crime reduz risco ao empresariado

Thaiza Pauluze

SÃO PAULO Para uma plateia de empresários do setor industrial, o ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sergio Moro, voltou a dizer que o combate à corrupção, ao crime organizado e à criminalidade violenta melhora o ambiente de negócios no país e reduz o chamado Risco Brasil.

Moro assinou, na noite desta segunda-feira (14), um acordo de cooperação técnica com o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de SP), Paulo Skaf.

Um programa feito em parceria deve oferecer capacitação profissional a presos e egressos do sistema prisional, por intermédio do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial).

A ideia é que a inclusão dos ex-detentos no mercado de trabalho diminua os índices de reincidência criminal —que hoje giram em torno de 30%.

A pasta e a Fiesp também devem trocar informações e realizar estudos sobre mercados ilícitos, a exemplo da pirataria, e formas de combate e prevenção ao roubo de cargas.

Moro e Skaf, no entanto, não deram detalhes sobre quanto será investido, quais ações estão previstas, quando serão colocadas em prática e nem se haverá contrapartidas do governo federal.

A **Folha** mostrou que, até agosto, o Ministério da Justiça só havia gasto 12% do montante de recursos disponíveis no Funpen (Fundo Penitenciário Nacional) para investimentos na área.

"Temos a percepção de que precisamos incorporar no público o dinamismo que existe no setor privado. Ambos os lados podem ganhar muito", afirmou o ministro.

A insegurança custa caro, seguiu Moro. "Os senhores empresários sabem quanto gastam com segurança privada." Ele também comparou o aumento de juros ao descontrole na área criminal. "Igualmente impacta [nos negócios]".

Moro exaltou a medida provisória que agiliza as vendas de bens confiscados do crime organizado. Segundo o ministro, o crime organizado visa o lucro e uma forma de combate a este tipo de ação é confiscar os bens dos traficantes. O texto aguarda sanção presidencial.

Em apresentação sobre os feitos dos seus nove meses de gestão, Moro elogiou a ação da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP), criada pela pasta e que já foi enviada pelo ministro a Roraima, Amazonas, Ceará e Pará.

"A força-tarefa vai aos estados e retoma o controle dos presídios. Não é retirar o mérito do governo estadual, mas em parte [a queda dos índices de criminalidade] é mérito da força-tarefa", afirmou.

A Justiça determinou afastamento do coordenador do grupo no Pará, após pedido feito pelo Ministério Público Federal listando uma série de denúncias de tortura que teriam sido cometidas pelos agentes federais que estão desde o fim de julho em 13 unidades prisionais no estado.

O ministro foi ovacionado de pé pelos empresários que lotaram o Teatro Sesi, na avenida Paulista, com capacidade para 470 pessoas. Também estavam no evento o secretário nacional de Segurança Pública, general Guilherme Theophilo, o secretário de comunicação da Presidência da República, Fábio Wajngarten e a diretoria da entidade paulista.

Este ano, Skaf já recebeu na sede da Fiesp o presidente Jair Bolsonaro (PSL), o vice-presidente, Hamilton Mourão, e outros nomes do governo federal.

Tribunal de Contas também barra licitação de Doria para presídios

SÃO PAULO O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo determinou nesta segunda (14), em caráter liminar, a suspensão do edital do governo paulista para contratação de empresas para gestão compartilhada de unidades prisionais no estado. Essa decisão, a segunda desfavorável à concorrência aberta pela gestão João Doria (PSDB), deve ser publicada no Diário Oficial do Estado nesta terça (15).

Na semana passada, a juíza da 13ª vara da Fazenda Pública, Luiza Barros Rozas Verotti, determinou a suspensão do certame por considerar a contratação de empresas para participar da administração de presídios uma transferência à iniciativa privada de funções exclusivas do poder público. O governo paulista já recorreu das duas decisões.

Ainda que o governo conseguisse derrubar a liminar da Justiça, a decisão provisória do TCE, assinada pelo conselheiro Sidney Beraldo, o impediria, em tese, de realizar a audiência pública prevista para esta terça, para recebimento de envelopes com as propostas das empresas interessadas.

O TCE deu ainda prazo de 48 horas para o governo paulista encaminhar ao órgão a íntegra do edital para análise. O documento será verificado e, depois, as representações serão julgadas em plenário.

A suspensão atende a pedido de uma empresa (Soluções Serviços Terceirizados – Eireli), do Instituto Humanita360 Brasil e dos advogados Dayane de Oliveira Ferreira, Felipe Estevam Ferreira e José Jodacir de Souza Júnior.

As representações reclamam de restrição de competitividade e falta de audiências públicas. "O edital apresentava problemas graves, como falta de transparência, restrição à livre concorrência e monopólio à exploração de mão de obra carcerária", diz nota do Instituto Humanita360.

A licitação prevê o repasse de parte dos serviços de quatro unidades no interior do estado.

A Secretaria da Administração Penitenciária informou que já recorreu das decisões e que a elaboração do edital foi precedida de estudos técnicos, apresentados em audiência pública em maio deste ano. **Rogério Pagnan**

Investigações de mortes causadas pelo Estado ficam sem desfecho no Rio

Só 2,5% das apurações de homicídios por policiais resultaram em denúncia de grupo da Promotoria

Ana Luiza Albuquerque

RIO DE JANEIRO Em uma manhã de outubro de 1994, policiais civis e militares fizeram uma incursão na favela Nova Brasília, no Complexo do Alemão, zona norte do Rio. Lá mataram 13 homens, sendo quatro adolescentes, e torturaram e estupraram três mulheres, segundo depoimento das vítimas.

Vinte e cinco anos depois, os policiais respondem pelos homicídios em liberdade.

Os agentes disseram que os homens morreram em confronto. As 13 mortes foram registradas no inquérito policial na categoria de "resistência com morte dos opositores", mas os exames cadavéricos mostram tiros de curta distância.

Um jovem tinha dois ferimentos a bala —um em cada olho. Uma sindicância do governo concluiu que existiam fortes indícios de que pelo menos alguns dos homens haviam sido assassinados sem resistência.

O caso simboliza a frequente ausência de respostas e de eventual penalização de agentes das forças de segurança do Rio por crimes contra a vida.

> A investigação acaba sendo direcionada para confirmar a versão dos policiais e estigmatizar a vítima. Procuram as redes sociais, criminalizam pelo local onde a pessoa vivia, se tinha passagem pela polícia... Tudo isso é usado para arquivar o caso
>
> **Daniel Lozoya**
> defensor do núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria do Rio

Números do Gaesp (Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública) do Ministério Público do Rio de Janeiro mostram como essa responsabilização é difícil.

Desde a criação do grupo, em dezembro de 2015, estiveram em curso no Gaesp cerca de 1.550 investigações sobre mortes que teriam sido causadas por intervenção policial. Destas, apenas 37, ou 2,5%, resultaram em denúncia pelo crime de homicídio.

Em 1995, um ano depois da chacina de Nova Brasília, policiais civis voltaram à comunidade e mataram mais 13 pessoas. As investigações de ambas as operações chegaram a ser arquivadas em 2009 por terem prescrito.

Diante da falta de respostas, a Corte Interamericana de Direitos Humanos proferiu uma sentença contra o Estado brasileiro em 2017, ordenando que o governo investigasse com eficácia o caso.

A Corte ressaltou que, quando a Polícia Civil investiga a si própria, a independência e a imparcialidade da apuração são violadas. Também criticou a falta de ação das autoridades, os longos períodos de inatividade nas investigações e as diligências que não foram levadas a cabo.

Em 2018, o Ministério Público do Rio anunciou que retomaria as investigações da operação de 1995. Em setembro, a Procuradoria Geral da República pediu a federalização das investigações para assegurar o cumprimento da sentença da Corte.

Pela incursão de 1994, foram denunciados quatro policiais civis e dois militares —ainda que entre 40 e 80 homens tenham participado da operação. A 1ª Vara Criminal decidiu em novembro daquele ano que os agentes serão julgados pelo Tribunal do Júri.

Os policiais disseram que retiraram os corpos do local onde foram atingidos para tentar salvar suas vidas.

A prática se repete e complica as investigações. Quando a cena do crime é alterada, a eficácia da perícia é reduzida e a responsabilização dos envolvidos se torna mais difícil. É um dos principais problemas na apuração do caso Fallet.

Em fevereiro deste ano, a PM matou 15 homens no morro do Fallet e do Fogueteiro, no centro do Rio. A maior parte foi assassinada dentro de uma casa. Os agentes retiraram os corpos e os levaram ao hospital.

Luciana Whitaker - 20.out.94/Folhapress

Sergio Moraes - 10.abr.19/Reuters

Pilar Olivares - 22.set.19/Reuters

1 Mulher chora entre os caixões de vítimas da chacina na favela Nova Brasília, em 1994; 2 parentes no enterro do músico Evaldo Rosa dos Santos, morto por militares em abril; 3 comoção no enterro de Ágatha Félix, 8, em setembro

Segundo moradores, nenhum apresentava sinal de vida.

Familiares negaram que os homens tivessem reagido, como disse a polícia. O caso gerou grande impacto pelos indícios de tortura e mutilação.

Em Brasília, o ministro da Justiça, Sergio Moro, tenta aprovar seu pacote anticrime e abraça uma proposta polêmica: policiais que agirem com excesso devido a "escusável medo, surpresa ou violenta emoção" podem ter a pena reduzida e até serem absolvidos.

Na prática, porém, os agentes já não costumam responder pelos crimes. Relatório da CPI dos Autos de Resistência, da Alerj, cita estudo do sociólogo Michel Misse (UFRJ), que indica que 99% dos inquéritos que investigavam policiais por homicídio foram arquivados entre 2005 e 2007.

O defensor público Daniel Lozoya, do núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria do Rio, diz que os números podem ser explicados pela visão leniente que a Justiça tem da violência policial.

Ele também ressalta que, durante as investigações, geralmente são ouvidos o policial envolvido na ocorrência e seus colegas, e que oitivas de outras testemunhas e a perícia ficam em segundo plano.

"A investigação acaba sendo direcionada para confirmar a versão dos policiais e estigmatizar a vítima. Procuram as redes sociais, criminalizam pelo local onde a pessoa vivia, se tinha passagem pela polícia... Tudo isso é usado para arquivar o caso", afirma.

"Tem casos em que os corpos são levados para o hospital com a cabeça estourada, evidentemente sem sinal de vida. Não costuma haver nenhum tipo de responsabilização. Se [os policiais] não são denunciados por homicídio, muitas vezes também não são pela fraude processual."

Há cerca de três semanas, a morte da menina Ágatha Félix, 8, causou revolta no país. A Polícia Civil abriu inquérito para investigar o caso. Já se sabe que não foi possível fazer o confronto balístico a partir do fragmento do projétil que atingiu a criança.

O Exército também figura entre os responsáveis pelas mortes por intervenção do Estado no Rio de Janeiro. Em abril, mais de 60 de 257 tiros disparados por militares atingiram o carro do músico Evaldo Rosa dos Santos, que morreu na hora. Luciano Macedo, catador de lixo que tentou ajudar, também foi baleado e morreu.

Nove militares respondem em liberdade. O processo está na fase de instrução probatória, com a realização de oitivas de testemunhas indicadas pela defesa. Segundo o Comando Militar do Leste, os envolvidos foram afastados de operações e atividades com o emprego de armamento.

Polícia investiga segurança de prefeito de Manaus por assassinato

Câmeras mostram segurança de Arthur Virgílio Neto entrando na casa de enteado do prefeito perto do horário em que crime teria ocorrido

Fabiano Maisonnave

MANAUS A Polícia Civil do Amazonas investiga a participação de um segurança do prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto (PSDB), no assassinato de um engenheiro dentro da casa do enteado do político tucano.

Virgílio está no seu segundo mandato consecutivo como prefeito de Manaus e já foi senador, também pelo PSDB. No ano passado, chegou a tentar se candidatar à Presidência.

Flavio Rodrigues, 42, foi morto a facadas na noite de 29 de setembro, dentro da casa de Alejandro Valeiko, filho da primeira-dama manauara, Elizabeth Valeiko. Ele mora em um condomínio de luxo no bairro de Ponta Negra.

Imagens da segurança do condomínio divulgadas pela imprensa local mostram que o policial militar Elizeu de Souza, segurança de Virgílio, chegou ao local às 22h14 na noite do crime, dirigindo um carro da prefeitura. Ele estava acompanhado do lutador de MMA Mayc Vinicius Teixeira Parede.

Ambos saíram cerca de 15 minutos mais tarde, mas Parede havia trocado o assento de passageiro pelo banco traseiro. Para a polícia, o corpo de Rodrigues estava no veículo. O engenheiro foi localizado no dia seguinte, perto de uma estrada de terra no bairro vizinho do Tarumã.

Um dos presentes na cena do crime, Elielton Magno Gomes, foi esfaqueado nas costas e socorrido por seguranças do condomínio. Ele também é tratado como suspeito.

Parede confessou à polícia que teria matado Rodrigues, mas a Polícia Civil não acredita nessa versão. Ele está preso preventivamente junto com Souza, Valeiko e outros dois amigos do enteado. Na casa, houve consumo de álcool e de cocaína, segundo a polícia.

Tanto Virgílio Neto quanto a sua mulher negam que Valeiko tenha matado o engenheiro. Em texto sobre o caso publicado em redes sociais, o prefeito tucano endossou a versão do enteado, segundo a qual o Rodrigues foi sequestrado por homens encapuzados de dentro da casa, o que não é confirmado pelas imagens das câmeras de segurança divulgadas pela mídia.

Em entrevista coletiva, a primeira-dama afirma que seu filho é dependente químico, mas negou o envolvimento dele no assassinato.

"Não falo em defesa do meu filho, eu falo em defesa a todos que hoje, de alguma forma são dependentes químicos", afirmou, segundo o site G1. "Eu quero deixar muito claro que meu filho é doente, mas ele não é assassino. Ele não matou ninguém."

O prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, em evento do PSDB Pedro Ladeira - 9.dez.17/Folhapress

Eu quero deixar muito claro que meu filho é doente, mas ele não é assassino. Ele não matou ninguém

Elizabeth Valeiko
Esposa de Arthur Virgílio Neto e mãe de Alejandro Valeiko, que está envolvido em caso de homicídio investigado pela polícia

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Paraense, cultivou o amor pela música e uniu a família

IVAN CARDOSO (1963-2019)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO O torcedor fanático do Clube do Remo adorava os campos de futebol, mas o talento pela música falou mais alto.

Ainda criança, confeccionou o primeiro violão, de lata. Aos 8 anos, começou a tocar.

Ivan Cardoso nasceu em Cametá (PA), onde viveu até há seis anos, quando mudou-se com a família para Parauapebas, no mesmo estado, para investir na carreira musical.

Nem a distância o separou da sobrinha Suanne Felix, 29, que considerava como filha. Ela conta que Cardoso estava feliz por saber que conseguiria passar o próximo Natal com a família, e pela viagem a Paris, já programada.

A trajetória como cantor, compositor e instrumentista soma 40 anos. "Ele era amado pelo público de Belém e região, e popular nas emissoras de rádio", diz Felix. O nome do primeiro dos quatro CDs que lançou —todos de forma independente— deu origem ao seu apelido: Moleque Tinhoso.

A mesma canção o levou ao último Festival de Música Popular Brasileira da Globo, em 2000. Ele foi o único músico da região Norte do país classificado para participar entre 27 mil composições. A mistura da emoção com o nervosismo o atrapalhou o festival, mas, ainda assim, ficou entre os finalistas.

Quando não estava com o violão nas mãos ou no processo de criação de alguma música, o talento para a culinária entrava em cena.

"Meu tio adorava e sabia cozinhar muito bem, principalmente peixes. Ele ficava feliz quando reunia a família e os amigos", afirma Felix.

"Ele era o alicerce da família e nos deixou a importância do amor, da amizade e união", completa a sobrinha.

Ivan Cardoso morreu no dia 12 de outubro, aos 56 anos, de parada cardíaca. Deixa esposa e três filhos.

7º DIA

ANTÔNIO OSCAR GUIMARÃES
Nesta terça (15/10) às 19h, Igreja Nossa Senhora da Esperança, av. dos Eucaliptos, 572, Moema

MARIA DULCE KENWORTHY AZEVEDO Nesta quarta (16/10) ao meio-dia, Igreja São José, rua Dinamarca, 32, Jardim Europa

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Giovana Iniesta, 28, que sofre de alopecia no topo da cabeça e usa prótese Karime Xavier/Folhapress

Próteses e toucas auxiliam mulheres que perdem cabelos

Perucas modernas usam fios naturais e podem ficar presas à cabeça; tratamento da calvície inclui laser e loções tópicas

Marcella Franco

SÃO PAULO Foi no final da adolescência que Giovana Iniesta, 28, percebeu que algo diferente acontecia com seu cabelo. Não via muitos fios caindo, o que seria um sintoma esperado do estresse que sentia, mas notava uma mudança no espelho: fios mais ralos no topo da cabeça.

"Eu sabia que homens tinham calvície, mas não tinha ideia de que mulheres poderiam tê-la também", diz ela, que demorou dez anos até saber o real nome de sua condição: alopecia androgenética.

O problema é desencadeado por fatores de ordem genética e hormonal e também está associado ao excesso de hormônios masculinos.

Na tentativa de reverter a alopecia ao longo dos anos, Giovana fez sessões de laser que estimulam o crescimento dos fios e tomou variados remédios. "O problema é que o tratamento geralmente envolve substâncias que inibem hormônios masculinos, o que nos deixa cansadas e sem libido", diz ela.

Hoje, toma duas substâncias antiandrogênicas, usa loção e se submete à intradermoterapia, em que injeções são aplicadas no couro cabeludo.

Mas também recorreu a outra saída: apliques. Diante das falhas no cabelo, cogitou usar perucas, mas, como ainda tem uma boa quantidade de fios, pode usar uma espécie de extensão junto ao seu cabelo e ganhar mais volume.

Clientes como Giovana são o público-alvo de salões especialista em próteses capilares que vendem perucas mais modernas. As próteses são produzidas fio a fio, com os cabelos colocados manualmente em uma microtela cor de pele, repleta de furinhos.

Um deles, o Hair Look, em São Paulo, tem como foco não só os pacientes com alopecia mas também aqueles que fazem tratamentos de quimioterapia que provocam a queda dos cabelos.

"A prótese é leve e confortável, mais arejada que uma peruca. Vem sem cor e corte, então personalizamos para o cliente", diz a proprietária Daniela Rosa. Ela explica que, como a prótese usa fios naturais, é possível escová-los, usar secador, fazer penteados e prender os cabelos. "Dá para dormir, tomar banho e lavar a cabeça sem retirar a peça. É uma vida normal", diz.

A prótese é fixa com microfitas adesivas antialérgicas de colágeno. O preço varia de R$ 4 mil a R$ 5.300, e indica-se uma manutenção a cada 15 ou 20 dias —até lá, a peça não precisa sair da cabeça.

"Temos clientes variados, mas atendemos com mais frequência mulheres que querem recuperar sua autoestima. Quando é alguém que está fazendo quimioterapia, passamos as orientações para que todo o procedimento seja feito com um de nossos profissionais."

A queda começa de uma a três semanas após o início da quimioterapia, e leva a uma perda total de cabelos em um a dois meses, segundo a dermatologista Flávia Basílio. A recuperação ocorre de três a seis meses após o agente desencadeante ser suspenso".

Outra alternativa para lidar com o efeito colateral da quimioterapia é o uso das toucas geladas durante as sessões de aplicação do medicamento.

"A hipotermia diminui o metabolismo celular e reduz a perfusão e, consequentemente, diminui a concentração de quimioterápico que chega ao couro cabeludo."

É um método eficaz para 50% a 80% dos pacientes. Mas, independentemente do resultado, Basílio diz que casos de alopecia permanente após quimioterapia são raros, e que o mais comum é que o paciente se depare com mudanças temporárias na estrutura dos fios, que podem ficar mais ondulados, e em sua coloração, até que as células que produzem a pigmentação comecem a funcionar novamente.

"A gente fica com aquele medo do que vai ver no espelho, e isso é natural. Você não está sendo fútil por querer continuar bonita e sexy durante o tratamento", diz a empresária Flavia Flores, 41, idealizadora do Instituto Quimioterapia e Beleza, que, em cinco anos, já distribuiu gratuitamente mais de 25 mil lenços para mulheres em tratamento quimioterápico.

Em 2013 ela foi diagnosticada com câncer de mama. "Sofri muito com a ideia de perder os cabelos. Eu era apegada e muito vaidosa".

Flores conta que, na época, perdeu o namorado e o emprego e voltou para a casa da família. "Não podia gastar uma grana com uma peruca chique e cara, pois não sabia se precisaria de mais uma cirurgia. Então, resolvi comprar várias perucas baratas e me diverti muito com elas. Quando elas ficaram muito feias, precisei jogá-las fora e acabei me entendendo com os lenços".

Para ela, mesmo quem enfrenta a perda dos cabelos e não tem recursos para investir nas próteses ou perucas pode encontrar meios de diversificar e incrementar a aparência. Em seus vídeos, ela ensina amarrações para os lenços que vão de estilos mais simples até a coques e tranças feitos com o próprio tecido e diferentes acessórios.

+ Saiba mais sobre a alopecia androgenética

Causa
Ela é desencadeada por inúmeros fatores de ordem genética e hormonal e também está associada ao excesso de hormônios andrógenos (masculinos)

Tratamento
Entre as opções terapêuticas há os medicamentos tópicos, orais (como a finasterida) e antiandrógenos sistêmicos (como a ciproterona e espironolactona). No caso de alopecia androgenética feminina, dá-se preferência à terapêutica tópica
Existem também inúmeros lasers que podem ser utilizados para estimular o crescimento dos fios. Nos casos mais graves, o transplante de cabelo pode ser uma opção
Um dermatologista pode indicar o melhor tratamento para cada pessoa

Fonte: Sociedade Brasileira de Dermatologia

ambiente

Voluntários acham animais mortos em praias com óleo

Ibama contabiliza 14 animais que morreram por causa do produto, mas reconhece que o número deve ser maior

Tartaruga encontrada morta em Itacimirim, praia do município de Camaçari, na Bahia
Pedro Accioly/Divulgação

João Pedro Pitombo e João Valadares

SALVADOR E RECIFE Reunidos em mutirões, grupos de surfistas, pescadores, marisqueiras e até mesmo fiéis de igrejas evangélicas foram às praias no fim de semana para recolher óleo e tentar resgatar animais no litoral nordestino.

Durante as ações, além de um cenário de praias contaminadas, os voluntários encontraram tartarugas, peixes e crustáceos mortos na faixa de areia, nas margens dos rios e também em manguezais.

O Ibama contabiliza 166 locais de 72 municípios dos nove estados nordestinos atingidos pelo óleo. Até o momento, foram registrados 14 animais mortos, sendo 13 tartarugas e uma ave.

O número leva em conta somente os animais cuja morte foi causada pelo óleo, segundo laudo de veterinário do órgão ambiental.

Por isso nem todos os relatos de animais mortos são contabilizados pelo Ibama. É o caso, por exemplo, de um golfinho achado sem vida em Feliz Deserto, em Alagoas, mas ainda não se sabe se a morte do mamífero foi causada pelo óleo.

César Coelho, diretor de sustentabilidade da Fundação Pro-Tamar, explica que, anualmente, cerca de 1.000 tartarugas marinhas chegam à costa mortas por motivos variados apenas em Sergipe. E explica que só uma análise do animal por um veterinário pode apontar se o óleo foi a causa da morte.

Para o biólogo Clemente Coelho Júnior, conselheiro da área de preservação ambiental Costa dos Corais, em Pernambuco e Alagoas, o número de animais mortos em razão do óleo que se espalhou pelas praias é bem maior do que o divulgado pelo Ibama.

Ele explica que, mesmo com uma rede de colaboradores, a exemplo de ONGs, o órgão ambiental é lento na contabilização por causa da sua deficiente capacidade operacional.

"A área atingida é gigantesca. Vai praticamente de Salvador até os Lençóis Maranhenses e o contingente do Ibama é muito pequeno para fazer esse levantamento."

Ele ressalta que é necessário realizar um procedimento formal para atestar oficialmente que o animal morreu em decorrência do óleo.

O Ibama afirma que os animais contabilizados estavam sujos de óleo, mas não necessariamente têm laudo veterinário. "Muitos animais contaminados em alto-mar podem não chegar ao litoral. Por isso, o número divulgado certamente é subestimado em relação ao impacto real", afirma a entidade.

Na Bahia, um mutirão organizado por surfistas reuniu cerca de 500 pessoas no sábado (12) em 17 praias de Salvador e cidades do litoral norte, aonde o óleo chegou há cerca de dez dias.

Os voluntários encontraram uma tartaruga adulta morta, coberta de óleo, na praia de Itacimirim (a 76 km de Salvador). Na capital baiana, um filhote de tartaruga foi achado sem vida na praia do Buracão, no Rio Vermelho.

Na Praia do Forte, uma das mais procuradas por turistas no litoral norte baiano, o óleo invadiu a foz do rio Pojuca, entrou nos manguezais e soterrou caranguejos e siris.

"O rio Pojuca ainda é bastante preservado e a sua foz é berçário de várias espécies. Ambientalmente falando, a chegada do óleo é um desastre", afirma o engenheiro Arthur Sehbe, 34, um dos coordenadores do mutirão.

Em dois dias, os voluntários retiraram o equivalente a 3.000 litros de óleo de dentro dos manguezais do rio Pojuca. O material recolhido foi encaminhado para a defesa civil municipal.

Na faixa de areia da praia, foram achados mortos peixes como o baiacu-espinho e o peixe-galo.

Em Conde (a 181 km de Salvador), foram os pescadores que se reuniram para recolher o óleo nas praias de Sítio do Conde, Poças e Siribinha. Um filhote de tartaruga, peixes e crustáceos foram encontrados mortos sob as manchas de óleo.

Além dos pescadores, um grupo ligado a uma igreja evangélica também fez mutirões nas praias de Conde.

O biólogo César Coelho afirma que o volume de óleo que tem chegado em áreas de desova e soltura de tartarugas caiu nos últimos dias.

"O maior problema não tem sido nas áreas em que a gente atua com animais adultos e juvenis, mas na região onde há soltura dos filhotes", diz.

> "Os metais pesados [liberados durante o processo de decomposição do óleo] se acumulam nos animais do topo da cadeia alimentar, como tubarões e golfinhos, o que pode causar morte, doenças e deformações em alguns bichos"
>
> **Clemente Coelho Júnior**
> biólogo

Locais atingidos pelas manchas de óleo no Nordeste

Aonde o óleo chegou
9 estados
72 municípios
166 localidades

Vítimas**
14 animais mortos
• 1 ave
• 13 tartarugas

*Mapa atualizado em 14.out.2019 **Divulgadas pelo Ibama Fonte: Ibama

Ele explica que parte dos filhotes ficou retida por causa do óleo e teve que ser solta em praias que estavam limpas. Ainda há um grupo de filhotes de tartaruga em Aracaju que deve ser solto nesta semana.

Além da morte dos animais, também há uma forte preocupação quanto ao impacto nos ecossistemas do litoral.

Clemente Coelho Júnior explica que, com o passar do tempo, o óleo passa por um processo de decomposição: o produto vai ficando mais denso e libera moléculas, a exemplo de hidrocarbonetos, metais pesados e outras substâncias tóxicas.

"Os metais pesados se acumulam nos animais do topo da cadeia alimentar, como tubarões e golfinhos, o que pode causar morte, doenças e deformações em alguns bichos."

O biólogo afirma que o impacto não se encerra com a remoção do óleo das praias. Parte desse material mais denso recobre ecossistemas e acaba incrustado. "Ele pode causar, por exemplo, uma dificuldade de colonização dos animais e criar uma área sem vida", diz.

Amazônia poderia ser 'Vale do Silício da biodiversidade', dizem pesquisadores

Elton Alisson

SÃO PAULO | AGÊNCIA FAPESP O modelo de exploração econômica da Amazônia praticado nas últimas décadas tem causado o aumento do desmatamento e não tem se revertido em melhoria na distribuição de riqueza ou em benefícios econômicos e sociais locais.

Para mudar esse quadro é preciso implementar um novo modelo de desenvolvimento para o bioma baseado no conhecimento da natureza —a chamada bioeconomia.

A avaliação é de pesquisadores que participam do programa Ciência Aberta com o tema Amazônia, lançado nesta terça-feira (15).

Participaram do debate Paulo Moutinho, cofundador do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), Paulo Artaxo, professor do Instituto de Física da USP (Universidade de São Paulo) e membro da coordenação do PFPMCG (Programa Fapesp de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais), e Ricardo Abramovay, professor do Instituto de Energia e Ambiente da USP.

De acordo com Abramovay, apesar da riqueza natural da Amazônia, que possui entre 10% e 20% da biodiversidade do planeta, a população da região apresenta os piores indicadores sociais do país.

Uma das alternativas seria transformar a Amazônia em um centro de pesquisa, um "Vale do Silício da biodiversidade", de modo a possibilitar a exploração econômica sustentável dos recursos da floresta e a descoberta de moléculas e de insumos de interesse das indústrias farmacêutica e de cosméticos, disse o pesquisador.

Para isso, seria preciso fazer investimentos maciços em infraestrutura —o que não significa abrir estradas—, prover conexão à internet generalizada na região, permitir o acesso de pesquisadores para fazer estudos sobre biodiversidade e investir na formação de pessoas, avalia Abramovay.

"O Brasil está na retaguarda da inovação global e como o país possui a maior biodiversidade do planeta é nela que pode apostar para recuperar o tempo perdido", disse.

Algumas das atividades econômicas que também poderiam ser fomentadas na região são a piscicultura (criação de peixes em cativeiro) e o turismo ecológico, que cresce a taxas de 15% ao ano e está estagnado no Brasil, sobretudo na Amazônia, disse.

Esse novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia não exclui as atividades já praticadas na região, mas propõe seu redimensionamento, avalia Moutinho.

Boa parte do desmatamento ilegal da floresta está relacionada ao avanço da pecuária extensiva, que ocupa grandes áreas com menos de uma cabeça de gado por hectare.

Ao incentivar a intensificação, aumentando o número de cabeças de gado por hectare, seria possível liberar para a agricultura 40 milhões de hectares de áreas já desmatadas, que foram convertidas em pastagens e posteriormente abandonadas, disse o pesquisador.

"Uma boa parte do avanço da plantação de grãos na Amazônia ocorre hoje em áreas que eram de pastagem", afirmou Moutinho.

Como muitos pecuaristas não têm incentivo para fazer pecuária intensificada eles vendem a terra para fazendeiros plantarem soja e movem o gado para a floresta, explicou.

Na opinião de Artaxo, é possível atingir o desmatamento zero sem causar prejuízos para a agricultura e isso quase aconteceu em um período recente.

Em 2004, foram desmatados 28 mil quilômetros quadrados (km²) da floresta e, em 2012, esse número caiu para 4 mil km². Nesse período, o país foi o que mais contribuiu para a redução das emissões de gases de efeito estufa no mundo e a produção agrícola aumentou.

Para garantir o desmatamento zero da floresta amazônica é necessário apenas cumprir a lei, punindo os desmatadores ilegais, diz Abramovay. "Só 1% das multas para quem exerceu desmatamento ilegal é pago. Agora, até essas multas deixaram de ser pagas."

Ciência Aberta é uma parceria da Fapesp com a **Folha**. O programa é apresentado por Alexandra Ozorio de Almeida, diretora de redação da revista Pesquisa Fapesp.

O episódio pode ser visto no site no programa (cienciaaberta.Fapesp.br), na página da Agência Fapesp no Facebook, no YouTube e no site da **Folha**.

Justiça decide, e ICMBio exonera produtora rural que dirigia parque

PORTO ALEGRE Por falta de experiência comprovada na área ambiental, a Justiça determinou a demissão da produtora rural de 25 anos que dirigia o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, unidade de conservação em Mostardas (RS).

O local é um berçário para espécies marinhas e abriga aves migratórias.

"Produção de arroz irrigado e soja não é atividade correlata às áreas de atuação do órgão ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) ou relacionada às atribuições e às competências do cargo para o qual foi nomeada", argumentou o juiz Bruno Brum Ribas, da 4ª Vara Federal de Porto Alegre, na decisão despachada na última sexta-feira (11).

O juiz atendeu ao pedido do Ministério Público Federal, que argumenta que a nomeação não obedece ao decreto do presidente Jair Bolsonaro (PSL), que determina que nomeados para esse tipo de cargo devem ter experiência mínima de dois anos na área determinada ou correlata.

Maira Santos de Souza é formada em agronomia e trabalhava na fazenda ASPS, de propriedade do pai dela. A fazenda de soja e arroz também tem sede na cidade de Mostardas, onde funciona a unidade do ICMBio.

A exoneração da produtora foi publicada no Diário Oficial desta segunda-feira (14), assinada pelo coronel Homero de Giorge, presidente do ICMBio.

A produtora rural assumiu a função em julho deste ano em meio a uma crise no Ministério do Meio Ambiente desencadeada após uma visita do ministro Ricardo Salles à Lagoa do Peixe.

O antecessor de Maira, Fernando dos Santos Weber, foi exonerado após Salles ter ameaçado processar administrativamente funcionários do ICMBio por não comparecerem a um evento que não constava na agenda oficial dos servidores.

A reportagem tentou entrar em contato com Maira, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição. **Paula Sperb**

Tifanny Abreu

Querem proibir as pessoas trans de buscar um tipo de vida digno

Primeira mulher trans a jogar na Superliga de vôlei tenta barrar projeto de lei que limita atuação de transgêneros no esporte em SP

ENTREVISTA

Carlos Petrocilo e João Gabriel

SÃO PAULO Tifanny Abreu, 34, primeira jogadora transexual na Superliga feminina de vôlei, sabe que não tem uma longa carreira pela frente. Por isso, ela divide atenções entre o Bauru, clube que defende, e a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

Na última terça (8), ela foi para a Assembleia tentar barrar o projeto de lei que limita a atuação de atletas transgênero no esporte paulista.

A proposta do deputado Altair Moraes (Republicanos) estabelece que o sexo biológico seja o único critério para definir se um atleta deve competir na categoria feminina ou masculina. Se aprovada, mulheres trans só poderão competir entre homens, e homens trans, entre mulheres.

"Querem nos proibir de estar no mercado de trabalho e buscar outro tipo de vida digno, como queríamos", diz.

Tifanny ganhou notoriedade ao estrear na Superliga feminina pelo Bauru, no final de 2017. Com o destaque na competição, passou a sofrer críticas tanto de pessoas envolvidas com o esporte, como técnicos e ex-jogadoras, quanto de políticos conservadores.

A atuação da jogadora no país é avalizada pela Confederação Brasileira de Vôlei (CBV), que segue os critérios estabelecidos pelo COI (Comitê Olímpico Internacional) para atuação de atletas trans.

Para competir na categoria feminina, as mulheres trans precisam passar por terapias hormonais e realizar exames regulares que comprovem nível de testosterona abaixo de 10 nmol/L de sangue.

Tifanny Abreu durante visita à Assembleia Legislativa Adriano Vizoni/Folhapress

Tifanny Pereira de Abreu, 34
Natural de Paraíso do Tocantins, jogou em times masculinos de vôlei no Brasil. Passou por equipes da Europa, onde realizou cirurgia de redesignação sexual. Em 2017, foi autorizada pela federação internacional para atuar na categoria feminina, estreando na Itália. Tornou-se a primeira transexual da história da Superliga feminina no fim de 2017, pelo Bauru, clube que defende até hoje

*

Caso a lei em discussão seja aprovada, você teme pelo fim da sua carreira? Não vai mudar em nada a minha vida, não existe time de vôlei só em São Paulo e posso jogar em qualquer lugar do mundo. Eu pretendo jogar no Brasil até o ano que vem e [depois] volto para a Europa. Se [a lei] for aprovada, só [entrará em vigor] depois que acabar a Superliga [o torneio vai de novembro a abril]. Estou aqui [na Alesp] lutando por crianças e adolescentes trans, que têm o sonho de ser cantor, ator, repórter ou atleta profissional. Não perco mais o meu sono, como já cheguei a perder, porque esse homem [Altair Moraes] só quer ganhar fama. Mas a justiça de Deus não falha. Ele vai pagar, e eu vou estar na Europa, bonitinha, batendo palma.

Como outros atletas trans e a comunidade esportiva em geral veem essa lei? Não existem atletas trans no Brasil. As atletas [de vôlei em geral] estão pasmas com tanta falta de caráter. Nós estamos perplexas, ainda mais por entrar em regime de urgência [na tramitação da Casa], sendo que urgência no estado deve ser educação, saúde e segurança pública. A urgência é parar as pessoas trans no esporte? A comunidade esportiva, no geral, só se preocupa com o COI, que está acima das confederações. O COI determina, e os outros seguem. Essa lei vai contra decisão do COI, e com qual embasamento?

O projeto afirma que o nível de testosterona entre homens e mulheres é bem diferente... Não tem uma pesquisa. Ele simplesmente se juntou com a [ex-jogadora de vôlei] Ana Paula e fez isso. Mas não tem embasamento. Em 2016, o COI decidiu as diretrizes e, então, [disse] que não necessitava cirurgia de sexo [cirurgia de redesignação sexual], era só a testosterona. Fiz [também] a cirurgia, e minha testosterona nunca vai subir porque não tenho produção.

O deputado diz que fez o projeto baseado em sua experiência de 'quase 40 anos como faixa-preta de karatê'. Pergunta se ele lutou contra algum homem trans? Qual a vivência, qual o contato em uma luta para saber se a força é igual, maior ou menor? Ele compara Michael Phelps com Joanna Maranhão. O Michael Jordan com a Hortência. Giba com Sheilla. Não se compara homem com mulher. Estamos falando de mulheres trans e homens trans. É só pegar os meus pontos da Superliga e comparar com as outras jogadoras, vai estar tudo igual. Isso ele não faz, porque sabe que vai ser inconclusivo para ele.

O que o projeto significa em um dos países onde, segundo a ONG Transgender Europe, há mais crimes contra a população LGBT? Alimenta o ódio, proíbe as pessoas de trabalhar e obriga a ir para a prostituição, onde tem muito mais risco de assassinatos. Querem nos proibir de estar no mercado de trabalho e buscar outro tipo de vida digno, como queríamos. Não que as meninas na prostituição deixem de ser dignas. Algumas gostam e, se gostam, têm esse direito. Mas a maioria está ali porque não tem outra opção.

Como você vê as pautas trans e LGBT na política brasileira? Pouco a pouco estamos conseguindo espaço. A Erica [Malunguinho, do PSOL, primeira deputada trans eleita em São Paulo] está aqui na Alesp, mas enfrenta várias resistências. Assim como eu enfrento, outras mulheres e homens trans enfrentam no mercado de trabalho. É difícil viver em um país onde você tenta ser digna, mas um político tira a sua dignidade.

O projeto cita incorretamente que você foi eleita a melhor jogadora do país em 2018. Acredita que deveria ter sido eleita a melhor do Brasil ou ter sido chamada para a seleção? Não é injustiça. Até quando falaram de seleção, meus números estavam abaixo dos de outras atletas. Como vou ganhar uma coisa que não fiz por merecer? Eu ser eleita a melhor atleta de um jogo é uma coisa, cada dia uma está melhor na partida. Mas para ser a melhor da Superliga é preciso de uma regularidade muito grande, e eu não tive. Eu fui, sim, a melhor do Brasil nas redes sociais pelos transfóbicos e homofóbicos, que espalharam que a melhor jogadora era homem. Fake news.

Você já foi criticada pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). Sente-se ameaçada por ele? Vivemos em um governo de deuses. Tem Deus na boca e não no coração. Fazem o que querem, como querem e da forma que querem. Estão afundando nosso país. Quando entrou [o novo presidente], rezamos para dar certo, mas estamos vendo que não é isso que acontece. São hipócritas.

Partida entre Bulgária e Inglaterra é interrompida duas vezes por racismo

SÃO PAULO Com a goleada por 6 a 0 sobre a seleção da Bulgária, a Inglaterra garantiu sua classificação para a Eurocopa de 2020. Mas o placar da partida foi o que menos importou no confronto em Sófia, marcado por manifestações de racismo da torcida da casa.

Durante o primeiro tempo, o árbitro Ivan Bebek parou o jogo duas vezes por causa de cânticos racistas do público. Pelo menos quatro vezes o zagueiro Tyrone Mings, que fazia seu primeiro jogo pela seleção inglesa, foi alvo de sons que imitavam um macaco.

Na primeira interrupção, foi feito um pedido pelo sistema de som do estádio para que a torcida cessasse as ofensas. Na segunda, o jogo foi suspenso temporariamente.

Pelo protocolo da Uefa, se o jogo fosse parado mais uma vez, teria de ser abandonado pelas equipes. O técnico Gareth Southgate chegou a conversar com seus auxiliares sobre a possibilidade de retirar os jogadores de campo.

Para evitar o fim da partida antes do tempo regulamentar, o capitão da seleção búlgara, Ivelin Popov, foi conversar com algumas pessoas no alambrado, solicitando que os cantos e gritos fossem interrompidos. Parte do público atrás de um dos gols (e de onde vinham as ofensas), foi embora no intervalo.

Imagens de TV mostraram torcedores da casa fazendo saudações nazistas. Outro mostrava uma camiseta com o logo da Uefa e a frase "no respect" (sem respeito, em inglês), zombando da campanha "respect" (respeito) da entidade para tentar erradicar o racismo dos estádios.

No último domingo (13), o treinador da Bulgária, Krasimir Balakov, contestou os temores de que episódios de discriminação poderiam ocorrer na partida contra os ingleses.

"Nós não temos um problema como esse, ao contrário da Inglaterra", afirmou. Balakov é nome histórico do futebol do seu país, integrante da seleção que chegou às semifinais da Copa de 1994.

A União de Futebol da Bulgária considerou "injusto" o plano anunciado dos atletas ingleses de abandonarem o campo caso algum deles fosse alvo de racismo.

É a segunda vez que um jogo entre as duas seleções é manchado por episódios de racismo. Em menor escala, o mesmo havia acontecido em 2013.

Após o jogo, o representante da Federação Inglesa que acompanhou a seleção em Sófia, Greg Clarke, disse que a entidade esperaria o relatório da arbitragem para pedir à Uefa punições para a Bulgária.

"Nós queremos uma punição severa da Uefa porque não é a primeira vez que nossos jogadores são vítimas desse abuso. Queremos uma análise muito séria", afirmou o dirigente.

O episódio coloca em xeque a capacidade da entidade europeia de impor punições severas a casos de racismo. O padrão tem sido impor multas ou fechamentos parciais de estádios, considerado pouco por especialistas.

"A Uefa tem como punição mínima o fechamento do estádio. Mas as autoridades às vezes parecem mais preocupadas em punir os jogadores por criticarem árbitros do que clubes por atos de discriminação cometidos por torcedores", disse à **Folha** Piara Powar, diretor executivo da Fare Network, que documenta casos de racismo no esporte.

Por comemorar um gol mostrando a marca de um patrocinador na cueca na Eurocopa de 2012, o atacante dinamarquês Nicklas Bendtner foi multado pela Uefa em 100 mil euros (cerca de R$ 420 mil em valores atuais). Na última temporada, por episódios racistas, o Slovan Bratislava, da Eslováquia, foi multado em 30 mil euros (cerca de R$ 126 mil).

Nesta temporada, jogadores como Romelu Lukaku e Kalidou Koulibaly, ambos negros, foram alvos de sons de macaco em partidas do Italiano. O Cagliari, clube dos torcedores que fizeram ofensas a Lukaku, disse que o gesto não configurava racismo.

+

Cristiano Ronaldo marca seu 700º gol

O atacante Cristiano Ronaldo, 34, chegou ao 700º gol de sua carreira nesta segunda (14), na derrota de 2 a 1 de Portugal para a Ucrânia, em Kiev, pelas eliminatórias da Eurocopa de 2020. O gol foi marcado de pênalti depois de toque de mão de Stepanenko.

BRASIL CONQUISTA COPA DO MUNDO DE VÔLEI
Com vitória por 3 sets a 1 sobre o Japão, a seleção masculina de vôlei garantiu com uma rodada de antecipação, nesta segunda (14), seu 3º troféu da Copa do Mundo, torneio que reúne as melhores seleções de cada continente Divulgação FIVB

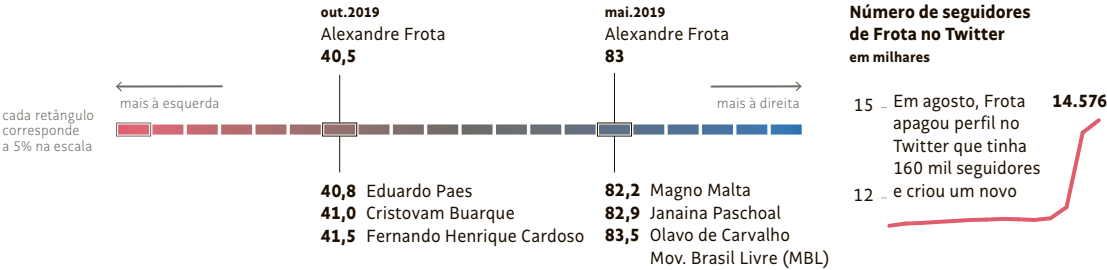
Lesão em amistoso tira Neymar do PSG e da seleção por um mês

SÃO PAULO Neymar ficará afastado do futebol por cerca de um mês. O jogador sofreu lesão no bíceps femoral da perna esquerda no empate em 1 a 1 do Brasil contra a Nigéria, no domingo (13). A contusão foi confirmada após exame realizado nesta segunda-feira (14).

Se o prognóstico se confirmar, o brasileiro perderá dois jogos do Paris Saint-Germain pela Champions League (ambos contra o Brugge). O atacante também deve desfalcar a seleção em dois amistosos: contra a Argentina, em 15 de novembro, e a Coreia do Sul, quatro dias depois.

PARABENIZE SEUS PROFESSORES HOJE

Novo perfil de Alexandre Frota tem público mais à esquerda

A ferramenta da Folha GPS Ideológico posiciona contas brasileiras no Twitter numa reta da esquerda à direita, considerando quem segue esses perfis

No Twitter, Frota do PSDB é ‘esquerdista’ comparado ao do PSL, mostra GPS Ideológico

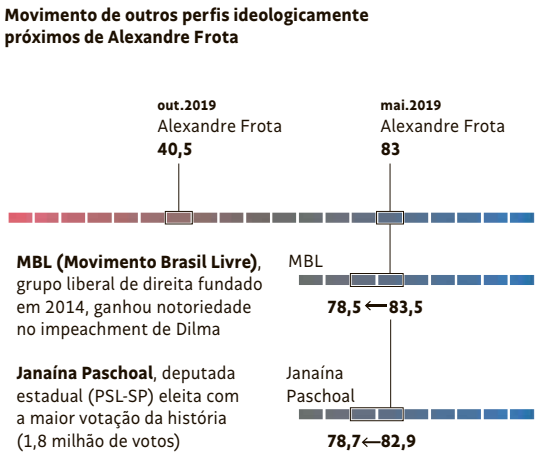
DELTAFOLHA

Daniel Mariani, Diana Yukari e Mateus Camillo

SÃO PAULO Ex-ator pornô, ex-estrela de reality show, ex-militante do PSL e agora ex-direitista. Pelo menos se levarmos em conta o novo perfil do deputado federal Alexandre Frota (PSDB-SP) no Twitter.

O GPS Ideológico, ferramenta da **Folha** que indica a posição ideológica de influenciadores no Twitter de acordo com sua base de seguidores, constatou que o perfil criado pelo político em agosto deste ano é bem diferente do anterior.

Sua conta antiga, de 160 mil seguidores e deletada também em agosto, marcava em maio 83,05 de 100 possíveis no GPS Ideológico. Quanto mais próximo a 100, mais à direita se qualifica o perfil. A nova conta, de apenas dois meses e 15 mil seguidores, registra hoje 40,5 no GPS Ideológico, ou seja, uma variação de 43 pontos à esquerda. Com isso, ele orbita agora o que se pode entender como centro-esquerda na ferramenta, ao lado de Fernando Henrique Cardoso, Eduardo Paes e Cristovam Buarque.

Vale recordar que o posicionamento nessa reta ideológica leva em conta a afinidade de entre os seguidores que o perfil-influenciador tem. Ou seja, mostra para qual público o perfil mais fala ou representa na rede, mesmo que o influenciador não tenha intenção de ter esse público.

Os números de Frota impressionam se comparados a outros que possuíam pontuação semelhante em maio.

O MBL (Movimento Brasil Livre), por exemplo, andou apenas 5 pontos à esquerda, apesar de ter se distanciado do governo Bolsonaro e criticá-lo abertamente nas redes sociais. A deputada estadual Janaína Paschoal (PSL-SP) assume uma posição dúbia, com críticas e elogios, o que a fez variar 4 pontos à esquerda.

Os números do GPS Ideológico traduzem o comportamento de Alexandre Frota em 2019, oposto ao de fiel escudeiro nas eleições de 2018. Ainda no início do ano, ele espremeu laranjas no plenário da Câmara, em alusão ao escândalo do laranjal do PSL, revelado pela **Folha**.

Com o tempo, acirrou as críticas, e sua permanência no partido ficou insustentável. Acabou expulso do PSL em agosto. Poucos dias depois, ingressou no PSDB, sob a bênção do governador de São Paulo, João Doria.

Uma vez tucano, Frota soltou de vez o freio de mão. Sua atuação no Twitter assemelha-se a de um militante disposto a tudo para enfraquecer o governo Bolsonaro. Na última quarta (9), viveu "dia de fúria", com mais de 80 posts, feitos ao longo do dia inteiro, com críticas ao presidente e seu entorno. Endossou a hashtag #ImpeachmentdoBolsonaroUrgente, em meio ao agravamento da crise dos laranjas.

Em sua nova conta, o deputado retuíta com alguma frequência veículos e figuras ligadas à esquerda, como Brasil 247, Henry Bugalho (colunista da Carta Capital), e perfis de humor como Jair me Arrependi e Tesoureiros do Jair.

Quando apagou seu perfil antigo, um dos motivos alegados por Frota foi o de a conta estar repleta de seguidores fanáticos de Bolsonaro, os bolsominions, que o atormentavam. O agora "comunista" Frota parece ter conseguido sua liberdade nas redes.

BEM NA FOTO

Bebê gorila nas costas de sua mãe, no zoológico de Belo Horizonte; a filhote, de pouco mais de três meses de vida, é o quarto animal da espécie a nascer no local

Douglas Magno/AFP

ACERVO FOLHA | **Há 50 anos 15.out.1969**

Novo Ato Institucional declara vaga a Presidência e marca nova eleição

Os ministros da Junta Militar baixaram nesta terça-feira (14) o Ato Institucional nº 16 e o Ato Complementar nº 71, que declararam vagos os cargos de presidente e vice-presidente da República, marcando para o dia 25 de outubro a eleição, realizada pelo Congresso, dos seus novos ocupantes.

De acordo com o AI-16, fica também estabelecido que o marechal Arthur da Costa e Silva terá, até o dia 15 de março de 1971, direito às honras de chefe de Estado e um gabinete pessoal à sua disposição.

Também foi assinado o AI-17, que dá poder ao presidente para transferir para a reserva os militares que ameaçarem a coesão das Forças Armadas.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

FOLHA DE S. PAULO

Ato declara vaga a presidencia e marca a eleição para o dia 25

Sexo: prazer ou prisão?

Mulheres gostam e fazem, gostam e não fazem, não gostam e fazem e não gostam nem fazem

Mirian Goldenberg

Antropóloga e professora da Universidade Federal do Rio, é autora de "A Bela Velhice".

Sexo ainda é um tabu. Fala-se muito sobre liberdade sexual, mas, na realidade, muitos estão insatisfeitos com suas vidas sexuais.

Pesquisando sobre mulheres, de diferentes idades, encontrei quatro possíveis classificações para seus desejos e comportamentos.

1. Mulheres que gostam de sexo e o fazem quando querem, tanto com parceiros fixos quanto com eventuais — os aplicativos de paquera têm facilitado o sexo casual. Estão satisfeitas com sua vida sexual.

2. Mulheres que não gostam de sexo e não o fazem quando não querem. Algumas foram casadas e têm filhos e, com mais idade, decidiram se aposentar nesse departamento e aproveitar o tempo para realizar outros prazeres.

Esses dois grupos se sentem livres com suas escolhas, apesar de sofrerem preconceitos, pressões e estigmas sociais. As primeiras podem ser xingadas de vadias, periguetes, assanhadas e coisas piores. As segundas, de histéricas, frias, doentes, anormais.

Existe uma enorme distância entre falar livremente sobre sexo e fazer sexo com prazer. Encontrei outros dois grupos que não se sentem livres para realizar o próprio desejo.

3. Mulheres que gostam, mas não fazem sexo quando querem. Afirmam que têm vergonha do próprio corpo, culpa, cansaço, falta de tempo, de oportunidade, de coragem, de iniciativa e, também, falta de homem.

4. Mulheres que não gostam, mas fazem sexo quando não querem. Dizem que têm dificuldade para dizer não, sentem-se obrigadas, têm medo de desagradar e perder o parceiro.

É óbvio que o desejo pode mudar ao longo da vida. Dependendo das circunstâncias, e das experiências, uma mesma mulher pode se encaixar nos diferentes tipos: gosta e não faz; não gosta mas faz; gosta e faz; não gosta e não faz.

Com a ambiguidade dos nossos desejos e com o imperativo de uma performance "normal e saudável", o sexo pode ser um prazer ou uma prisão.

guia o melhor do dia em SP

CINEMA

Especial Friends
Para celebrar os 25 anos da estreia de "Friends", diversas salas de cinema exibem episódios da série hoje e amanhã.
Salas e horários em folha.com/guia.

EXPOSIÇÕES

Susan Meiselas: Mediações
A fotógrafa, que em 2019 completou 71 anos, ganha uma retrospectiva com 180 imagens no IMS. A abertura ocorre hoje e conta com a presença da homenageada, que participa de um bate-papo às 19h.
IMS - Av. Paulista, 2.424, Bela Vista, tel. 2842-9120. Ter., qua. e sex. a dom.: 10h às 20h. Qui.: 10h às 22h. Até 1º/3. Livre. Abertura: **ter. (15)**, 18h. ims.com.br. Grátis.

SHOWS E CONCERTOS

Flavia K
A cantora paulista lança seu primeiro disco, "Janelas Imprevisíveis", que tem participações de Roberto Menescal e do rapper Slim Rimografia e é influenciado pela música de João Donato e Hiatus Kaiyote. Slim participa da noite de estreia.
Centro da Terra - R. Piracuama, 19, Perdizes, região oeste, tel. 3675-1595. 100 lugares. **Ter. (15)**: 20h. Bilheteria: contribuição voluntária. Ingr. (site): R$ 20. Ingr. p/ sympla.com.br.

Moraes Moreira e Davi Moraes
No show Pai e Filho, o repertório de Moreira e Davi traz parcerias, canções dos Novos Baianos e homenagens a grandes compositores brasileiros em formato voz, violão e guitarra.
Teatro Porto Seguro - Al. Br. de Piracicaba, 740, Campos Elíseos, região central, tel. 3226-7300. 496 lugares. **Ter. (15)**: 21h. 90 min. Livre. Ingr.: R$ 80 a R$ 100. Ingr. p/ tudus.com.br.

Orquestra Bachiana Filarmônica Sesi-SP
A orquestra regida por João Carlos Martins e acompanhada pelo jovem pianista Davi Campolongo apresenta as peças "Concerto para Piano e Orquestra nº 27. K.595, em Si Bemol Maior", de Mozart, e "Quadros de uma Exposição", de Mussorgski.
Theatro Municipal de São Paulo - Pça. Ramos de Azevedo, s/nº, República, tel. 3053-2100. 1.523 lugares. **Ter. (15)**: 20h. 60 min. Livre. Ingr.: R$ 70. Ingr. p/ theatromunicipal.org.br.

TEATRO

As Canções de uma Divina Diva
Texto e interpretação: Jane di Castro. Direção: Ney Latorraca. Direção musical: Lúcio Mariano. 50 min. 14 anos.
Sob direção de Ney Latorraca, Jane di Castro apresenta esse novo musical autobiográfico que comemora suas cinco décadas de carreira. Sucessos de Edith Piaf, Louis Armstrong e Gloria Gaynor compõem a trilha do espetáculo, que estreia hoje.
Espaço dos Satyros 1 - Pça. Franklin Roosevelt, 214, Consolação, região central, tel. 3258-6345. 70 lugares. Ter.: 21h. Até 5/11. Ingr.: R$ 40. Idosos e público LGBTQI+: R$ 20.

Inimigo Oculto
Texto: Roberta Simoni e Rodrigo França. Direção: Andrea Bordadagua e Rodrigo França. Com: Carlota Joaquina, Gabrielle Araújo, Naloana Lima e outros. 70 min. 14 anos.
Depois de ficar em cartaz por quase dois anos no Rio de Janeiro, o espetáculo estreia hoje na capital paulista com novidades no elenco. Na peça, uma série de violências e abusos contra mulheres acontece em diferentes intensidades nos vários cômodos de um hotel.
Hotel Selina - R. Aspicuelta, 237/245, Vila Madalena. Ter.: 19h. Até 26/11. Ingr.: contribuição voluntária.

O crítico literário Harold Bloom em retrato feito em Nova York, em 1990 Jim Wilson/The New York Times

O fim da crítica

Ao fazer com que análises literárias se tornassem improváveis best-sellers, o americano Harold Bloom, que morreu aos 89 anos, aproximou os seus textos da própria literatura

SÃO PAULO Morto aos 89 anos, nesta segunda (14), o crítico literário Harold Bloom talvez tenha sido alvo de só uma unanimidade em vida: a de que era uma figura importante no mundo das artes.

Conhecido por uma certa fúria nas análises e pelas farpas que distribuiu à esquerda e à direita, ele dividiu opiniões e se viu em uma improvável posição de autor best-seller.

Dono de uma voz geralmente tranquila e de um tratamento cortês, Bloom foi uma personalidade solitária durante praticamente toda a sua carreira.

Nos anos 1950, combateu a "nova crítica" de T.S. Eliot, então a tendência nas aulas americanas de literatura. Na década de 1970, se opôs aos desconstrucionistas. Nos anos 1990, depois de publicar "O Cânone Ocidental", se bateu com multiculturalistas e feministas. Sobrou tempo até para provocar a fúria dos fãs de Harry Potter em um artigo para o Wall Street Journal.

Segundo Bloom, a saga de J.K. Rowling era uma coleção de clichês e um lixo que seria apagado pela história —o que fez o jornal americano receber mais de 400 cartas furiosas em aproximadamente dez dias.

Sua avaliação esbarra com as ideias que o põem como um dos principais críticos literários dos Estados Unidos —a defesa do cânone e da superioridade de autores como Shakespeare, Dante, Cervantes, Dickens, Tolstói, Joyce e Proust.

Seus críticos apontavam nessa seleção uma defesa da figura do autor homem e branco. Afirmavam que o cânone de Bloom seria arbitrário ao dar pouco ou nenhum espaço a Baudelaire, Stendhal ou Balzac, por exemplo.

Bloom respondia dizendo que esses críticos faziam parte de uma certa "Escola do Ressentimento", que reuniria marxistas, feministas, multiculturalistas, neoconservadores e todos aqueles que, segundo o professor, rumavam na contramão do que era fundamental na literatura.

É como se seu cânone tivesse dois objetivos. Por um lado, afirmar a grandeza das obras literárias do passado. Por outro, combater o politicamente correto e uma suposta decadência dos estudos literários nos Estados Unidos.

Para ele, a academia estaria promovendo uma caça às bruxas nos livros, jogando na fogueira autores como Emerson e Shakespeare, enquanto louvaria escritores só por causa de sua "pigmentação da pele e orientação sexual".

Além de "O Cânone Ocidental", estão entre seus livros mais lembrados e publicados no Brasil "Como e Por Que Ler", "Shakespeare: A Invenção do Humano" e "Jesus e Javé". Todos saíram aqui pela editora Objetiva.

Segundo sua mulher, Jeanne, o crítico deu a última aula na Universidade Yale na quinta (10). Ainda de acordo com ela, em uma entrevista ao New York Times, o último livro de Bloom será lançado pela Yale University Press.

Nascido em uma família judia ortodoxa em Nova York, em 1930, caçula de cinco filhos, Bloom estudou na Universidade Cornell. Ele deixa a mulher e dois filhos. A causa da morte não foi informada.

Autor unia memória, senso de humor e doses de afronta

ANÁLISE

Arthur Nestrovski
Diretor artístico da Osesp. Editou e traduziu 'A Angústia da Influência', de Bloom, além de ensaios do crítico publicados na **Folha** entre 1992 e 1999

Antes de se tornar um autor best-seller, por obras como "O Livro de Jó" (1990) e "O Cânone Ocidental" (1994), o próprio Harold Bloom costumava dizer que, independentemente do que mais fizesse, seria lembrado, afinal, por um único livro: "A Angústia da Influência".

Escrito em menos de uma semana, em 1973, o pequeno tratado sobre a tortuosa relação entre autores que se sucedem uns aos outros viria a ser traduzido para mais de quatro dezenas de idiomas e carrega hoje a distinção de um clássico da teoria literária.

O livro foi o primeiro de uma "tetralogia da influência", que está por trás de quase tudo o que ele escreveu —seja sobre literatura, seja sobre política e religião, entre outros assuntos; seja nas dezenas de livros autorais, seja nas centenas de outros livros que organizou, seja ainda nas resenhas, textos curtos e entrevistas que produziu com energia intelectual única.

Isso sem falar nas lendárias aulas, na Universidade Yale e também (por alguns anos) na Universidade de Nova York. Bloom era uma força da natureza, conjugando memória verbal sobre-humana com enorme senso de humor e iguais doses de afronta.

Resumida ao essencial, "A Angústia da Influência" descreve, em termos tirados da psicanálise e da cabala judaica, a relação entre o "poeta forte" e o "efebo" que lhe segue. Em sua teoria, todo autor vem de outro autor, e o novo poeta só se torna quem é quando tem força para deixar escutar a voz do precursor na sua própria voz, sem se deixar dominar por ela. O processo pode levar tempo. E tende a ser reprimido, como as tramas familiares na psicanálise freudiana.

A teoria se aplica não só à literatura —é uma teoria da existência. E a influência dessa teoria seria grande e variada.

Inspirou diretamente a peça "Rancor" (1993), de Otavio Frias Filho —que, além de dramaturgo, foi diretor de Redação da **Folha**—, para ficar neste exemplo próximo. A peça traduz as agruras da influência para o campo do teatro, confundindo bastidores e cena. Bloom soube da peça, na época, e se divertiu com a ideia. Não muito depois, viria a se tornar colaborador do caderno Mais!, desta **Folha**.

Um conto famoso do escritor argentino Jorge Luis Borges imagina um homem, "Funes, el Memorioso", capaz de lembrar de absolutamente tudo o que vive, e os terrores dessa memória total.

Para os que o conheceram, Bloom, como leitor, parecia um Funes. Seus críticos, que não eram poucos, acusavam a teoria de só fazer sentido para um leitor assim, capaz de ouvir ecos e acentos de toda a literatura a cada novo texto.

Parece menos uma crítica do que involuntária expressão de apreço, numa ironia tipicamente "bloomiana". Mas falta aí o reconhecimento da dimensão literária e humana da sua escrita. Raros autores foram capazes de escrever com semelhante verve sobre tantas obras e tantos assuntos, e com tamanho gosto.

A prosa de Bloom é um fluxo de vida. Só pode ser comparada a seu talento de orador, capaz de falar de improviso por mais de uma hora como se estivesse lendo um texto, citando longos poemas, sem consultar uma única página.

Vai daí também sua pouca paciência com os rumos da crítica literária, que há muito se abriu para outras áreas, dos estudos culturais ao feminismo. Para ele, os estudos literários correm risco de extinção, mas o sucesso de sua própria obra, com públicos hoje que se multiplicam para muito além dos foros de especialistas, parece eloquente prova em contrário.

A crítica não vai acabar porque a literatura não vai acabar. E a crítica, com autores como Bloom, se confunde com a própria literatura.

Principais obras

'A Angústia da Influência' (1973, Imago)
Seu livro mais conhecido trata do conflito entre o jovem autor, em busca de uma voz própria, e a produção literária que o precede

'Abaixo as Verdades Sagradas' (1989, Cia. das Letras)
Bloom analisa textos que ajudaram a construir as definições do que é sublime. Aqui, entram desde o Velho Testamento até escritos de Homero, Kafka e Shakespeare

'O Cânone Ocidental' (1994, Ed. Objetiva)
Uma de suas obras fundamentais, examina a produção de escritores, poetas e dramaturgos que marcaram a cultura do Ocidente. São nomes como James Joyce, Dante Alighieri e Jorge Luis Borges

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

SEM MEIO TERMO

A prisão depois de condenação em segunda instância aprofundou o racha no STF (Supremo Tribunal Federal). Uma parte dos ministros passou a rejeitar a proposta intermediária feita pelo presidente da corte, Dias Toffoli, de que a detenção passe a ser permitida depois que a pena for confirmada pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça) —o terceiro degrau do judiciário.

NA BALANÇA A proposta de Toffoli foi feita no ano passado para que a questão se tornasse palatável para ministros que não se sentiam seguros em derrubar a segunda instância —mas que poderiam evoluir se no lugar dela entrasse o STJ. Outros aderiram —mas agora mudaram de posição.

NA BALANÇA 2 Os magistrados passaram a defender a tese mais radical e garantista: a de que uma pessoa só pode ser encarcerada depois do trânsito em julgado de seu processo —ou seja, depois que ele passar não apenas pelo STJ, mas também, quando for o caso, pelo STF.

NA BALANÇA 3 Os mesmos ministros afirmam que, se a tese de Toffoli vingasse, além de inconstitucional, na visão deles, seria um tiro no próprio pé: o STF abria mão de poder para o STJ.

VEM COM A GENTE A pressão interna é para que o próprio presidente da corte se some ao grupo de colegas garantistas, evitando colocar em debate sua ideia inicial.

LEITURA A ministra Rosa Weber deve ser, de novo, a fiel da balança na votação. O voto dela segue fechado —mas a magistrada insistiu para que o tema fosse colocado em votação ainda neste mês, o que foi lido como tendência de votar contra a segunda instância.

GRADE O Tribunal de Contas do Estado (TCE) acolheu uma ação do Instituto Humanitas360 que pede a suspensão da reunião desta terça que receberia propostas para o edital de privatização de quatro presídios paulistas. A entidade aponta irregularidades na audiência pública realizada para debater o projeto e critica as exigências da concorrência.

SUBO NESSE PALCO

O cantor Arnaldo Antunes 1 e as cantoras Maria Gadú 2 e Liniker 3 se apresentaram no Nômade Festival, no Memorial da América Latina, no sábado (12). O músico Paulo Miklos 4 e a atriz Mariana Ximenes 5 passaram por lá.

Fotos Mathilde Missioneiro/Folhapress

PALCO POLÍTICO

As atrizes Laura Cardoso 1, Regina Duarte 2 e Irene Ravache 3 foram à sessão para convidados do espetáculo "Mãos Limpas", no Teatro Renaissance, em SP, na sexta(11). O ator Juca de Oliveira 4 protagoniza e assina o texto da peça.

CURTO-CIRCUITO

Joel Birman lança o livro "Cartografias do Avesso". Na sexta (18), às 19h, na livraria Argumento no Leblon.

Arnaldo Laudisio, especializado em contencioso estratégico e administrativo, acaba de se associar ao escritório **Barros Pimentel**.

O hospital **Samaritano Higienópolis** recebeu um certificado da Joint Commission International por transplante de rim pediátrico.

A **Mostra Dança à Deriva 2019** começa amanhã (16) e vai até o dia 27 deste mês em SP.

BOM CONSELHO O Republicanos, partido ligado à Igreja Universal, pode convidar Jair Bolsonaro para migrar para o partido. Questionado, o deputado Marcos Pereira, presidente do partido, diz: "Estão recomendando isso, que a gente traga ele".

MUITA CALMA Para que os deputados do PSL aliados a Bolsonaro migrassem também para a sigla, seria necessário que o Republicanos se fundisse a outro partido. "Não foi feito esse diálogo ainda", diz Pereira. "Vamos ter paciência".

NO MEU PÉ A outra hipótese é os parlamentares peselistas conseguirem autorização da Justiça Eleitoral para deixar o PSL sem perder o mandato —alegando, entre outras coisas, perseguição da legenda.

CARTELA Além do Republicanos, interlocutores de Jair Bolsonaro conversam com outras legendas, em busca de um porto seguro para o presidente e seus aliados. Não está descartada a mudança para um partido recém-lançado.

FUTURO A apresentadora Fernanda Lima confirma que apresentará uma nova temporada do programa "Amor e Sexo" na Globo. Não há data para o início da produção.

PRESENTE O cronograma vai depender do tempo de recuperação de Fernanda após o nascimento da primeira menina dela com o apresentador Rodrigo Hilbert.

DIGITAL A Faculdade Zumbi dos Palmares distribuirá, em e-book, para cinco mil escolas públicas de SP, o livro "Caixa Preta", que divulga o legado cultural e histórico dos negros no Brasil.

PÁGINAS O livro "Operação Abafa", no qual o jornalista Ronan Farrow detalha as denúncias de abuso sexual contra o produtor Harvey Weinstein, será lançado pela Todavia em 2020. Nos EUA, a obra será publicada nesta terça (15).

MICROFONE A cantora Pitty lidera as indicações da terceira edição do WME Awards by Music2, prêmio dedicado às mulheres do setor musical —ela concorre em quatro das 15 categorias. A artista é seguida por Luiza Lian, Duda Beat e Karina Buhr, todas com três indicações. A premiação ocorre no dia 3 de dezembro, em SP.

CADEIRA O diretor do Balé da Cidade de São Paulo, Ismael Ivo, foi convidado a participar do conselho curador da Fundação Padre Anchieta. Seu nome foi aprovado pelo comitê nesta segunda (14).

com Bruno B. Soraggi, Gabriel Rigoni e Victoria Azevedo

MULTITELA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Estreia edição do MasterChef com ex-participantes

1 MasterChef: A Revanche
Band, 22h45, livre
Mal terminou sua sexta temporada regular e o reality culinário já está de volta ao ar, com mais uma variante. O diferencial da vez é o fato de ser uma espécie de repescagem: 20 ex-participantes do programa ganham uma nova chance —mas metade deles já será eliminada logo no primeiro dos dez episódios. Outra novidade é uma prova com 24 horas de duração. O canal Discovery Home & Health também exibe a atração a partir de sexta (18), às 20h30.

Carlos Reinis/Divulgação e Divulgação

2 #Nem1SemProfessor
Futura, 22h, livre
O canal comemora o Dia do Professor com uma programação especial voltada aos educadores, culminando com este programa gravado em Manaus. Professores e pesquisadores traçam um panorama da profissão, com pais e alunos na plateia da escola municipal Waldir Garcia, referência de ensino inovador.

Contagem Regressiva
SBT, 23h15, 14 anos
Um policial suspenso por mau comportamento volta à ativa quando um garoto russo é sequestrado por um psicopata. Filme de ação estrelado pelos lutadores profissionais Dolph Ziggler e Kane, astros da WWE.

Triatleta
Off, 22h, livre
Estreia da segunda temporada da série documental sobre a triatleta brasileira Fernanda Keller, que viaja aos estados americanos da Califórnia, do Colorado e, na estreia, do Havaí, onde vai em busca dos rios de lava que saem do vulcão Kilauea.

3 Thelma e Louise
Telecine Cult, 22h, 14 anos
Geena Davis e Susan Sarandon foram ambas indicadas ao Oscar de melhor atriz por este filme de Ridley Scott de 1991, em que fazem duas amigas que caem na estrada. Brad Pitt, em um de seus primeiros papéis no cinema, tem uma aparição breve e marcante.

Geraldo Carneiro propõe tradução menos rebuscada da peça 'Hamlet'

Poeta e membro da ABL critica textos 'truncados, esquisitíssimos' das versões em português de William Shakespeare

Luiz Fernando Vianna

RIO DE JANEIRO Quando lançou a sua tradução de "Hamlet" em 1988, Millôr Fernandes escreveu no exemplar de um amigo a seguinte dedicatória: "Para Geraldo Carneiro. Cada geração tem o Millôr que merece".

Era um estímulo para que Carneiro, 29 anos mais novo, fizesse no futuro a sua própria versão em português para a peça mais famosa de Shakespeare. O futuro chegou em 2019.

A edição em capa dura pode transmitir sisudez, mas o poeta e roteirista acredita que a principal característica de sua tradução seja a "tentativa de tornar as coisas simples".

"Shakespeare é barroco às vezes e, em outras, escreve com grande simplicidade. Há tradutores que, talvez para construir uma espécie de reserva de mercado e mostrar que conhecem a sintaxe de um suposto Shakespeare, exibem um negócio truncado, esquisitíssimo", afirma, sem citar nomes.

Mineiro que se mudou aos três anos para o Rio de Janeiro, Carneiro, 67, despontou na década de 1970 como compositor —em parceria com Egberto Gismonti, Tom Jobim e outros— e poeta ligado ao que se convencionou chamar de "poesia marginal" —termo que não lhe agrada.

Está na Academia Brasileira de Letras desde 2017, mas não reduz o comprimento do cabelo nem reveste de formalidade o que escreve.

"A geração à qual eu pertenço fez um esforço de ruptura com uma visão demasiado classicizante, asfixiante do fenômeno literário. Há gerações que fazem uma espécie de apartheid literário, querendo a literatura restrita a um grupo de iniciados."

Montagem da Armazém Companhia para 'Hamlet' Mauro Kury/Divulgação

O convite para traduzir "Hamlet" veio do ator Bruce Gomlevsky, que pretende interpretar o atormentado príncipe da Dinamarca. Após cinco anos se desviando da missão, Carneiro realizou a empreitada neste ano, trabalhando oito horas por dia nos cinco atos da peça.

"Todas as escolhas foram em direção ao melhor entendimento", diz ele, que, assim como está no texto original, alternou tratamentos em segunda pessoa (tu, vós) e em terceira (você, vocês). "Meu decassílabo é mais rígido do que o do Shakespeare. Mas às vezes o conceito é mais importante do que a métrica."

O poeta só se apaixonou pela obra de Shakespeare quando tinha 29 anos e foi convidado para traduzir "A Tempestade". Desde então, na íntegra ou em parte, já traduziu outras seis peças do dramaturgo inglês, além de 12 sonetos.

Uma das obras é "Otelo", da qual resultou a adaptação "Iago", em cartaz no Sesc Copacabana, no Rio. Há alguns dias, ele tornou público que o texto que escreveu para o programa do espetáculo foi vetado por fazer analogias ao Brasil de hoje —o Sesc e os produtores não quiseram comentar.

"Nas peças de Shakespeare, inclusive 'Hamlet', há muita usurpação, ruptura e restauração. O Brasil, que tem sofrido várias rupturas e poucas restaurações, é muito propício para encenações de Shakespeare", diz.

Para ele, a atemporalidade da história vem da "carpintaria teatral admirável" e da complexidade do personagem. Hamlet é um homem da Renascença que antecipa as contradições e angústias do homem moderno.

Carneiro deseja que a tradução, lançada agora por um escritório de advocacia, ganhe uma edição bilíngue.

Hamlet
Autor: William Shakespeare. Tradução: Geraldo Carneiro. Ed. Maneira Advogados. R$ 49,90 (244 págs.). Lançamento no Rio nesta quarta (16), às 19h, na Livraria da Travessa - Leblon (av. Afrânio de Melo Franco, 290)

Andréia Horta volta a interpretar mulher contestadora no teatro

Bruno Cavalcanti

SÃO PAULO A trajetória de Andréia Horta tem sido marcada pelo caráter forte e contestador das personagens que desempenha. Foi assim em novelas como "Cordel Encantado" e "Liberdade, Liberdade" e, claro, no filme "Elis" (2016), de Hugo Prata, no qual interpretou a cantora Elis Regina naquele que foi o seu papel mais elogiado da carreira.

"Elas me perseguem", afirma. "Eu já pensei em passar a aceitar só mulheres submissas, frágeis, mas os convites chegam e eu não tenho como negar". E foi justamente um convite inesperado para viver uma nova mulher de perfil libertário que a fez voltar aos palcos, sete anos após sua última aparição em cena, em "Breu", de Pedro Brício.

Infeliz com a vida tediosa e conformada que vive ao lado do marido, April Wheeler decide lutar contra as pressões sociais para tentar seguir um novo caminho com sua família em "Jardim de Inverno".

A obra é uma adaptação do livro "Revolutionary Road", de Richard Yates, que deu origem ao filme "Foi Apenas um Sonho", com Leonardo DiCaprio e Kate Winslet. A peça está em cartaz no teatro Raul Cortez.

"A peça poderia se chamar April, porque ela condensa toda a ação do espetáculo", diz Fabrício de Pietro, ator e produtor responsável pela adaptação inédita do romance para os palcos. "É um livro rico para atores, e eu vislumbrava que seria incrível contar essa história no teatro", afirma Pietro, que, conta ter recebido respostas negativas de alguns dramaturgos antes de decidir assinar o texto.

O casal protagonista, morando num subúrbio no estado de Connecticut, se percebe infeliz e entediado. Frank tem um bom emprego, e April é uma dona de casa dedicada que, com o tempo, se vê insatisfeita com o conformismo.

"Ela tem essa força interna, um desejo de mudar e sair da mesmice, do cotidiano sufocante, da frustração. Mas existe a força de uma organização social no entorno que é muito mais poderosa", afirma o diretor Marco Antônio Pâmio.

"Acredito que a história soaria anacrônica se transferida para os dias atuais, porque o papel da mulher se modificou tremendamente nesses 60 anos. A gente fala de uma personagem que se percebe frustrada no papel de mãe, dona de casa e esposa, reconhece a infelicidade e tenta mudar", acrescenta, sobre o texto ambientado em 1955.

Pietro, ator e produtor do espetáculo, pensa algo parecido. "A gente se engana com a felicidade. Tudo ao redor nos vende uma receita falsa de felicidade e nós compramos, crescemos com isso. Às vezes vamos tendo a chance de reconhecimento em um trabalho que não gostamos, vivemos um casamento infeliz e nunca paramos para perguntar como chegamos ali."

O rompante de April foi o que conquistou Andréia Horta, que assume o papel após a desistência de Regiane Alves, que, por problemas de agenda, indicou a colega, num coro endossado por Pâmio, que trabalhou com Horta na minissérie da Globo "JK", de 2006.

"A Andreia tem uma capacidade de comover ao falar um texto que é muito interessante. Parece que a personagem foi pensada para ela, é incrível. A April escolheu a Andréia porque tem um vulcão dentro dela, uma sensibilidade imensa".

Andréia vê em April um paralelo com as personagens que viveu anteriormente. "São mulheres que, cada uma no seu tempo, questionaram: que merda é essa, o que está acontecendo aqui? Essa vida não tem sentido, e nós vamos dando sentido a ela. De repente ele caduca, e temos que encontrar outro, e corremos o risco de nos enquadrar naquilo que a sociedade sempre nos pôs."

Jardim de Inverno
Teatro Raul Cortez, r. Dr. Plínio Barreto, 285, Bela Vista. Sex., às 21h30; sáb., às 21h; dom., às 20h. Até 17/11. R$ 50

Ocupação em SP é exaltada como modelo social na Bienal de Chicago

Evento nos Estados Unidos discute a crise da moradia e propõe papel mais ativo e político à figura do arquiteto

Francesco Perrotta-Bosch

CHICAGO Uma protagonista estava ausente. Carmen Silva, líder do MSTC, o Movimento Sem Teto do Centro, não pôde comparecer à abertura da Bienal de Arquitetura de Chicago no último dia 19.

Um mandado de prisão expedido contra ela no Brasil impediu seu comparecimento. Porém, o texto curatorial do catálogo o evento apresenta Carmen como uma das pensadoras urbanas mais relevantes dos dias atuais.

Caracteriza as iniciativas do MSTC como "atos de cuidado que apoiam diretamente o direito humano fundamental de moradia e acesso a oportunidades de trabalho, cultura e educação". No Chicago Cultural Center, sede principal da Bienal, uma sala é dedicada aos princípios do movimento e às transformações arquitetônicas na Ocupação Nove de Julho, no centro de São Paulo.

Foi concedido habeas corpus a Carmen Silva no começo de outubro, mas a curadoria da Bienal de Chicago informou que espera "o fim da criminalização do MSTC, que é uma das experiências em habitação social mais importantes do mundo".

Intitulada "... and other such stories" (e outras histórias), a terceira edição da Bienal de Chicago é capitaneada por um trio na curadoria —Yesomi Umolu e Sepake Angiama, mulheres negras com trajetória de pesquisas desenvolvidas em diferentes continentes, junto de um brasileiro.

Paulo Tavares, 39, construiu sua carreira no exterior. No Centre for Research Architecture da Universidade Goldsmiths de Londres, fez mestrado, doutorado, deu aulas e foi coordenador. Foi cofundador da agência de pesquisa Forensic Architecture e professor nas universidades de Quito, Cornell, Princeton e está, hoje, na UnB, em Brasília.

Sua trajetória pedagógica e de pesquisa ganha voz ativa nesta Bienal ao "pensar arquitetura como instrumento de advocacia". Investigando os direitos dos cidadãos, quatro metrópoles ganharam destaque na preparação da mostra: São Paulo, Johannesburgo, Vancouver e a própria Chicago.

A cidade sede da Bienal é célebre por sua arquitetura moderna —Louis Sullivan, com o auxílio do elevador, lá inventou o edifício em altura, Frank Lloyd Wright reconfigurou a relação entre espaços internos das casas, Mies van der Rohe criou os magníficos primeiros arranha-céus de vidro.

Contudo, o viés arquitetônico de Chicago que interessa aos curadores é seu processo de urbanização. Especialmente o que Tavares nomeia como "narrativas apagadas".

Já no hall de entrada da Bienal, há um manifesto reconhecendo que a fundação da cidade esteve ligada ao deslocamento violento dos povos indígenas que tinham aquele território à beira do lago Michigan como ponto de encontro.

Também é questionada a relação entre crescimento da cidade e natureza. A exploração dos recursos naturais esteve na origem da história de Chicago e em milhares de cidades. Este extrativismo mantém-se como alicerce econômico, como mostra o trabalho da artista Carolina Caycedo, destacando a transformação geográfica de lugares que sofreram rompimentos de barragens, como Brumadinho.

Por ter sido centro de passagem de várias rotas de comércio e da conquista do oeste americano, Chicago teve sua população constituída por imigrantes de todo o mundo e migrantes afro-americanos dos estados do sul.

A chamada South Side, região da cidade com população majoritariamente negra, é apresentada na Bienal pelo artista Theaster Gates. Por meio de documentos e filme em preto e branco, vemos imagens de quarteirões com lotes vazios e casas deterioradas, mas as músicas com ritmo gospel e discursos políticos manifestam uma vitalidade de resistência ao racismo que ainda existe no cotidiano.

A recém-eleita Lori Lightfoot, primeira prefeita negra e assumidamente lésbica de Chicago, afirmou na abertura que a Bienal "não é uma conversa de centro de cidade, mas deve incorporar as comunidades mais pobres ao redor".

Assim, os visitantes são incitados a visitarem sedes paralelas, como uma escola desativada na South Side. No piso do pátio, a urbanista Paola Aguirre (Borderless Studio) fez um mapa do município de Chicago apontando os colégios públicos privatizados e em seguida fechados nos últimos 20 anos.

O debate sobre habitação social é alicerçado na figura de Martin Luther King Jr. O líder pelos direitos civis morou por seis meses em Chicago para participar de um movimento local contra a segregação racial no programa público de conjuntos habitacionais.

No campo da moradia, o Brasil volta a ter destaque com o Usina (mutirões de construção) e o Fica (um fundo imobiliário que debate o que é ser um "proprietário ético" ao adquirir imóveis para alugar a preços e condições contratuais justas).

Outra paralela da Bienal é o Museu Nacional da Habitação Pública, em construção. Para sua diretora, Lisa Lee, há uma crise de moradia severa no mundo, mas "o que está sob ataque é a ideia de esfera pública".

A Bienal de Chicago proporciona mais que protestos: oferece pesquisas consistentes. Enquanto bienais de arquitetura costumam trazer projetos arquitetônicos em sentido estrito com pretensas boas intensões para o futuro, os participantes desta mostra estão entrando com fundamentação no debate público presente.

Os curadores se sintonizam a um espírito de época na qual se busca a reparação histórica a diversos problemas nos alicerces da humanidade, como questões raciais, ecológicas, de gênero e indígenas.

Sem grifes e "starchitects", esta é uma exposição com relevância. Esta Bienal fortalece uma mudança do papel do arquiteto hoje: mais pesquisador e menos desenhista, mais proativo e menos prestador de serviços. A arquitetura na próxima década será relevante na concepção de novas instituições e formas políticas.

O jornalista viajou a convite da Bienal de Chicago

Instalação estuda relação entre análise de dados, design e urbanismo Cory Dewald/Divulgação

Espaço na Bienal exibe pertences de vítimas de arma de fogo Tom Harris/Divulgação

Inhotim busca superar crise, diz que não vai fechar portas e inaugura obra monumental

Clara Balbi

SÃO PAULO O Instituto Inhotim, museu a céu aberto em Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte, enfrentou uma série de contratempos nos últimos anos.

Em janeiro deste ano, o rompimento de uma barragem de dejetos da mineradora Vale, no Córrego do Feijão, inundou Brumadinho de lama e causou a morte de 251 pessoas.

Antes disso, o museu já enfrentava problemas. Em janeiro de 2018, um surto de febre amarela na região fez com que a visitação caísse em um quarto em relação à média esperada. Em 2017, seu fundador, o empresário Bernardo Paz, foi condenado em primeira instância a nove anos de prisão sob a acusação de ter cometido lavagem de dinheiro.

A situação financeira do museu refletiu esse cenário. Sua receita líquida caiu em um terço entre 2016 e 2018, e resultou em um aviso de "dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Instituto", repetido nos relatórios contábeis de 2017 e de 2018.

O Inhotim vai, então, fechar? "Não existe a menor chance de isso acontecer", responde Antonio Grassi, diretor-presidente do instituto.

"Não vou dizer que tudo é um mar de rosas", emenda. "Esses pontos de observação [do relatório] dizem respeito à dependência das leis de incentivo, e vivemos uma insegurança em relação a elas no final do ano passado. Mas conseguimos mostrar para as pessoas que o Inhotim não foi soterrado."

Apesar de tímidos, os números de visitação corroboram a fala de Grassi. O total de visitantes de janeiro a setembro deste ano supera em 8% o do mesmo período do ano passado.

Não tão tímidos, os patrocínios também engordaram desde o rompimento da barragem. Segundo o museu, o Itaú aumentou seu apoio de R$ 1,5 milhão para R$ 3,5 milhões. A Vale, de R$ 2 milhões para R$ 4,9 milhões. A quantidade de patrocinadores saltou de 10 para 12.

Em consequência, o valor captado via lei Rouanet neste ano até agora foi de R$ 10,6 milhões, R$ 2,3 milhões a mais do que no ano passado.

As boas notícias vêm acompanhadas de uma série de inaugurações no próximo dia 9, depois de um hiato de quatro anos desde a expansão vertiginosa que caracterizou o início do museu. A mais importante delas é uma obra de grandes dimensões do escultor Robert Irwin.

A estrutura octogonal de 14 metros de diâmetro é a maior construção do artista americano do pós-guerra que, explica o diretor artístico Allan Schwartzman, é famoso por criar "ambientes" que alteram a percepção do espaço.

Além disso, o Inhotim anuncia um projeto semestral, que comissiona obras a artistas nacionais. Os primeiros convidados são Lucia Koch e Rommulo Conceição.

Por fim, a obra de Matthew Barney que passava por restauros será reaberta, assim como as galerias de Tunga e de Yayoi Kusama —um espaço dedicado à japonesa obcecada por bolinhas está previsto para 2020.

Não que a situação esteja de "Sombra e Água Fresca", para usar o nome do novo jardim que abre ao público nesta onda de novidades.

Em tempos de crise econômica e diminuição dos apoios destinados ao setor cultural, "a perenidade do museu está nas mãos da sociedade", diz Grassi. "Seguimos em busca de patrocínios."

Sexo, poder e dinheiro

Os programas do SBT são um refúgio para a turma da moral e dos bons costumes

Manuela Cantuária

Roteirista e escritora, faz parte da equipe do canal Porta dos Fundos

A porta de entrada, geralmente, era um inocente episódio de "Chaves" reprisado pela milésima vez. Cedo ou tarde, a criança dos anos 1990 seria sugada para dentro daquele mundo que desafiava a lógica e o bom senso: a programação do SBT.

Uma banheira redonda se transformava em um ringue onde um convidado famoso se lançava em uma escorregadia batalha corporal contra uma modelo de biquíni, disposta a qualquer coisa para impedi-lo de resgatar sabonetes do fundo das águas espumosas.

Os sabonetes só não eram mais importantes do que as partes íntimas que escapuliam das roupas de banho e a "mão boba" dos participantes — no caso, episódios de assédio sexual transmitidos ao vivo que arrancavam gargalhadas do apresentador.

A saga nonsense passava pelo Concurso da Gata Molhada, no qual mulheres de roupa branca sensualizavam embaixo de um chuveiro montado no palco; testes de paternidade que acabavam em trocas de insultos e agressões físicas; e o clássico Topa Tudo por Dinheiro, em que o dono da emissora humilhava participantes e membros da plateia com provas estapafúrdias, pegadinhas e comentários preconceituosos.

Por sorte, a criança dos anos 1990 consegue escapar de tudo aquilo e se tornar um adulto funcional, com algum senso crítico. É quando ele descobre, pelos trending topics do Twitter, que A Fantástica Fábrica de Absurdos ainda opera a todo vapor.

Recentemente, um concurso de miss infantil exibiu meninas de dez anos desfilando de maiô, submetidas a uma votação que avaliava qual delas tinha o colo e as pernas mais bonitas.

A emissora chegou a exibir o telejornal estrangeiro Alarma TV, considerado um dos mais violentos do mundo, no horário matinal, antes de um programa infantil. Enquanto os espectadores mirins esperavam os desenhos animados, uma matéria acompanhava um procedimento médico no qual um brinquedo erótico era retirado do ânus de um paciente.

Os programas do SBT hoje são um alegre refúgio para a família Bolsonaro e a turma da família, da moral e dos bons costumes. No ápice da Vaza Jato, Sergio Moro foi reclamar da imprensa sensacionalista justo no Programa do Ratinho (o mesmo Ratinho que recebeu R$ 268 mil para fazer merchan da reforma da Previdência).

Em um vídeo de 2016 que voltou a circular na internet, Silvio Santos cruza a linha mais uma vez quando pergunta a uma criança se ela prefere sexo, poder ou dinheiro. Um questionamento que deve assombrá-lo, já que ele parece gostar muito dos três.

Silvis

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Claudia Tajes | TER. Manuela Cantuária | **QUA. Gregorio Duvivier** | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

ASTROLOGIA

PERSONARE
www.personare.com.br/signos

ÁRIES
21.mar a 20.abr
Fique atento a seu orçamento para não ser impulsivo nos gastos nem ser pego desprevenido com despesas extras.

TOURO
21.abr a 20.mai
Os egos colidem nas questões do dia a dia e você precisa agir com inteligência emocional para não alimentar desentendimentos.

GÊMEOS
21.mai a 20.jun
Aumentam a sua sensibilidade e a sua propensão ao drama, o que atrapalha a objetividade e a condução da rotina.

CÂNCER
21.jun a 21.jul
Você se frustra com as vulnerabilidades das relações, mas elas expõem padrões desfavoráveis e idealizações. Olhe para o ser humano.

LEÃO
22.jul a 22.ago
As questões do trabalho prejudicam as da família e vice-versa, o que demanda que você se analise e separe bem deixe as coisas.

VIRGEM
23.ago a 22.set
Diferenças de ideologia travam as relações, o que demanda aliviar o seu senso crítico e entender até onde ir para defender o que pensa.

LIBRA
23.set a 22.out
A administração das questões práticas sofre com dificuldades emocionais. Não gaste porque se sente carente. Preze pelo bem-estar na rotina.

ESCORPIÃO
23.out a 21.nov
Você levanta a guarda porque enfrenta rivais e atritos de expectativas. Abra-se para equalizar as necessidades de todos.

SAGITÁRIO
22.nov a 21.dez
Ao sair da zona de conforto, suas emoções ficam abaladas. Siga sem medo, buscando o aperfeiçoamento.

CAPRICÓRNIO
22.dez a 20.jan
Determine os limites junto aos amigos para não sofrer com intromissões. Seja diplomático para preservar sua intimidade.

AQUÁRIO
21.jan a 19.fev
Seu dia a dia e sua confiança em si ficam comprometidos pelas dificuldades. É importante harmonizar as demandas profissionais e o descanso.

PEIXES
20.fev a 20.mar
Seus valores se chocam com o entorno. Você se decepciona e tem que mudar o planejamento rumo à felicidade.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

A Vida Como Ela Yeah *Adão Iturrusgarai*

Malvados *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

SUDOKU

A RECREATIVA www.recreativa.com.br/fsp

MÉDIO

	1			9			4	2
	5		7	4		8	1	
					3	5		
3		2						
	7			2			3	
						2		8
		7	1					
	8	4		3	9		7	
6	9			8			2	

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

7	1	3	5	9	8	6	4	2
9	5	6	7	4	2	8	1	3
4	2	8	1	6	3	5	9	7
3	4	2	8	5	1	7	6	9
8	7	5	9	2	6	4	3	1
1	6	9	3	7	4	2	5	8
2	3	7	1	6	5	9	8	4
5	8	4	2	3	9	1	7	6
6	9	1	4	8	7	3	2	5

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Um alimento como o shitake, o shimeji ou a trufa **2.** Semelhante a uma lei (fem.) **3.** (Matem.) O sinal oposto ao + **4.** Modificação a uma lei / (Pron.) A segunda pessoa **5.** Diretório Acadêmico / Molde para o corte de pedras **6.** O cantor Presley (1935-1977), do rock / Pouco mais ou menos **7.** Uma forma de se manifestar contrário a algo / Glândula mamária **8.** Pode transformar maca em macabra / Diz-se de uma variedade de azeitona **9.** As iniciais do músico Lupicínio (1914-1974) / Constituído por **10.** Espécie de bolsa que se leva a tiracolo / Um dos quatro grupos sanguíneos **11.** Flor semelhante à papoula de diversas cores **12.** A típica floresta do Nordeste **13.** Abrigo para guardar utensílios ou depositar materiais de construção.

VERTICAIS
1. (Pop.) Ótimo dançarino **2.** Oceano Pacífico / (Esp.) Uma forma de estimular uma equipe para que vença determinada partida **3.** (Ingl.) Jogo / Chegar de lugar afastado / Comer refeição noturna **4.** Qualidade daquilo que queima, arde / Amansar um animal **5.** O ecologista acreano Chico (1944-1988) / Objeto ou substância de forma esférica **6.** Ressoar repetidamente, como o som em vales / O transatlântico que afundou em sua primeira viagem **7.** Açucena / Uma roupa masculina / Estrela de pequeno volume e luminosidade relativamente fraca **8.** O meio da... roda / Seduzida, atraída / Sigla do estado onde fica o DF **9.** Um líquido desagradável ao paladar.

HORIZONTAIS: 1. Cogumelo, **2.** Parecida, **3.** Menos, **4.** Emenda, Tu, **5.** DA, Cércea, **6.** Elvis, Uns, **7.** Vaia, Teta, **8.** Abr, Bical, **9.** LR, Dotado, **10.** Sacola, AB, **11.** Anêmona, **12.** Caatinga, **13.** Barracão. **VERTICAIS: 1.** Pé-de-valsa, **2.** OP, Mala branca, **3.** Game, Vir, Cear, **4.** Urência, Domar, **5.** Mendes, Bolota, **6.** Ecoar, Titanic, **7.** Lis, Cueca, Anã, **8.** Od, Tentada, Go, **9.** Água salobra.

ilustrada

Angelo Abu

Maus fígados

'Coringa' é um clichê de esquerda e de direita —e pelos mesmos motivos

João Pereira Coutinho

Escritor, doutor em ciência política pela Universidade Católica Portuguesa

Assisto a "Coringa" e passo metade do filme a pensar em "O Silêncio dos Inocentes". Corrijo. Os meus pensamentos estavam com Hannibal Lecter, o psicopata desse filme, encarnado por Anthony Hopkins.

É uma das grandes criações do cinema moderno e, em termos pessoais, o primeiro grande vilão da minha maturidade. Como explicar a força da criatura, que hoje já virou paródia, mas que em 1991 tinha a frescura aterradora das grandes maldades?

Sim, o canibalismo ajudava, sobretudo para comer um fígado humano com favas e um copo de Chianti. Mas o fascínio não estava no fígado humano. Estava nas favas e no copo de Chianti. Hannibal Lecter era aterrador porque detonava um dos grandes mitos da nossa civilização: a ideia platônica de que existe uma relação positiva entre sabedoria e virtude.

No caso de Hannibal Lecter, como era possível apreciar Bach, ler as "Meditações" de Marco Aurélio —e gostar de matar com uma ferocidade digna das bestas? A cultura não nos civiliza? Não nos torna melhores? Não nos protege dos piores instintos?

Ou George Steiner, que dedicou a vida inteira a pensar sobre o assunto, tinha alguma razão quando afirmava que a cultura, e em especial a alta cultura, pode nos tornar indiferentes ao sofrimento banal dos seres humanos banais?

Hannibal Lecter era subversivo e inexplicável. Não apenas porque degradava essa velha ideia racionalista, mas porque em nenhum momento havia uma explicação plausível para a sua maldade. O mal era o mal: uma forma de estar no mundo sem origem ou remissão.

"Coringa" encontra-se no extremo oposto. Tudo nele é sociológico. Ali temos um homem, Arthur Fleck, que cumpre todos os requisitos da cultura vitimária em que vivemos.

Sofreu abusos na infância? Afirmativo. Sofre de distúrbios neurológicos e psiquiátricos? Afirmativo. Não consegue arrumar namorada e ainda vive na casa da mãe? Afirmativo. É um fracasso profissional e cultiva sonhos de celebridade adolescente? Afirmativo.

Por outras palavras: Coringa, o personagem, é um clichê de esquerda, saído de um seminário de ciências sociais, que existe para comprovar a intrínseca maldade da sociedade capitalista e a inevitabilidade da violência ressentida que ela provoca nos perdedores da história.

Mas ele também é um clichê de direita —e pelos mesmos motivos. Se Coringa não usasse uma arma para se vingar das elites (de Wall Street à mídia), ele votaria em Donald Trump na próxima eleição. Coringa representa o "homem esquecido", a "maioria silenciosa", o "cesto de deploráveis" de que falava Hillary Clinton com despeito.

É por isso que as discussões ideológicas que o filme alimentam são tão redundantes: a esquerda e a direita veem no Coringa a encarnação do inimigo. E temem que a sua figura vulnerável e sofredora desperte a compaixão do auditório.

Não funcionou comigo. Primeiro, porque o programa do filme é esquemático e de efeito óbvio. Depois, porque tudo me soa desonesto e falso, como o nariz vermelho de um palhaço, o que impediu qualquer adesão emocional ou até racional ao personagem.

Só uma sequência se salva do esboço (atenção ao spoiler): o momento em que Arthur executa o colega de trabalho e poupa o anão. Não apenas por revelar a humanidade ferida de Arthur de uma forma oblíqua, sublimada, mas porque termina com um espantoso alívio cômico (o anão não tem altura suficiente para abrir a porta e fugir) que está ao nível do melhor Scorsese, com quem Todd Phillips, diretor de "Coringa", tenta quase sempre se comparar (em vão).

Por último, será que "Coringa" pode ser um pretexto para que marginais anônimos cometam atrocidades semelhantes às do filme?

A pergunta anda nas bocas da crítica e o ator Joaquin Phoenix, em entrevista ao Daily Telegraph, foi confrontado com ela. Resultado: abandonou a entrevista, em pânico, e só voltou depois de se acalmar. Desnecessário tanto drama, Joaquin. A pergunta é absurda porque tudo pode ser um pretexto para cabeças problemáticas. É por isso que elas são problemáticas.

Será preciso lembrar que o criminoso que tentou matar Ronald Reagan em 1981 evocou "Taxi Driver" como uma das suas inspirações para o ato?

Exigir do cinema, ou da literatura, ou do teatro, ou de qualquer manifestação artística, uma pretensa "responsabilidade social" é uma grosseira violação da autonomia da arte.

É, no fundo, replicar em sociedades democráticas e livres o mesmo tipo de pensamento que as ditaduras cultivavam por meio da propaganda.

A irresponsabilidade de "Coringa" não é social, é artística. Não é um crime, só desperdício.

| DOM. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | **QUA. Marcelo Coelho** | QUI. Contardo Calligaris | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

Morre, aos 62 anos, o ator, figurinista e ilustrador argentino Patricio Bisso

Conhecido por imitar o estilos de divas, o artista teve coluna fixa na Folha e se tornou símbolo LGBT

Tony Goes e Gustavo Fioratti

SÃO PAULO Conhecido por suas performances cômicas em palcos e na TV, pelas paródias de musicais e também por seu trabalho como figurinista e ilustrador, o argentino Patricio Bisso morreu no domingo (13), aos 62 anos.

Amigos do artista informaram que ele teve um ataque cardíaco, em Buenos Aires, cidade onde morava.

Bisso nasceu na capital argentina, mudou-se para São Paulo aos 17 anos, na década de 1970, e no Brasil deu sequência à carreira de ilustrador que iniciara em Nova York, tendo publicado desenhos inclusive nesta **Folha**.

Tornou-se ícone na noite LGBT paulistana nos anos 1980, apresentando-se muitas vezes travestido. Uma de suas personagens mais conhecidas foi a russa Olga del Volga, sexóloga e conselheira sentimental. Em seus espetáculos, costumava recriar minuciosamente o visual de divas dos anos 1950 e 1960, entre elas Gigliola Cinquetti.

Já há alguns anos, voltara a viver no mesmo edifício em que ainda mora sua mãe em Buenos Aires. Mantinha contato com os amigos brasileiros por meio do Facebook, onde sempre escrevia em português. Sua última postagem foi publicada no sábado (12).

Recém-chegado a São Paulo, de imediato chamou a atenção da crítica por sua atuação na peça "Ladies na Madrugada", de Mauro Rasi, na qual encarnava suas conterrâneas Libertad Lamarque e Evita Perón. Em pouco tempo, Bisso acabou se tornando um nome conhecido no meio teatral.

"Nos anos 1980 e início dos 1990, ele foi capa duas vezes da revista alternativa em que eu trabalhava, na Around e na A-Z, editadas sempre por Antonio Bivar e em períodos alternados pelo português José Nogueira, pelo escritor Caio Fernando Abreu e pelo crítico Nelson Pujol Yamamoto. Que time era esse? Só gente que chacoalhava as estruturas, que fazia a diferença, como o próprio Patricio", diz a jornalista Joyce Pascowitch.

Mas Bisso também se meteu em atritos com a classe artística, sempre por causa de sua língua ferina. A atriz Marília Pêra nunca o perdoou por ele ter chamado Bibi Ferreira e Tônia Carrero de "aeromoças da arca de Noé".

Na década de 1980, parecia estar em toda parte. Acompanhado pela banda Os Boko Mokos e pelo trio vocal As Notas Pretas, seu show "Louca Pelo Saxofone" —em que evocava (sem imitar propriamente) grandes divas da música, que iam de Wanderléa a Connie Francis— estreou em 1985 e ficou anos em cartaz.

O espetáculo gerou um disco que é uma pérola do pop brasileiro, com versões inacreditáveis de clássicos como "These Boots Are Made for Walking" e faixas originais como "Sou Moderna", de dar inveja a Laurie Anderson.

Outros shows se seguiram, como "Bisso Black and Blue", de 1988, em que ele usava uma hoje impensável "blackface" para interpretar cantoras negras como Ella Fitzgerald e Sarah Vaughan.

A voz —num português que jamais se livrou do sotaque portenho— não chegava lá. Mas os trejeitos, o gestual, o clima de cada estrela, tudo era recriado de modo perfeito. E engraçadíssimo.

Bisso também criou os esplêndidos figurinos de "O Beijo da Mulher Aranha" (1985), de Hector Babenco, e ainda fez uma pequena participação no filme. Outras atuações no cinema incluem "Além da Paixão" (1985), de Bruno Barreto, e "Dias Melhores Virão" (1989), de Cacá Diegues.

Na imprensa, atuou em duas frentes: como ilustrador, assinando desenhos de traço elegante, e como cronista.

Teve coluna fixa na **Folha**, onde narrava aventuras pelo mundo afora (e que quase lhe rendeu um processo, depois de descrever uma candidata de um concurso de miss do interior, do qual foi jurado, como "uma geladeira com pés").

Sua Olga del Volga, figura frequente na TV da década de 1980, apareceu até na novela "Um Sonho a Mais" (1985), da Globo. A personagem também era "habituée" do sofá de Hebe Camargo, o que é lembrado no longa "Hebe – A Estrela do Brasil", atualmente em cartaz.

Bisso sonhava em eternizar sua criatura em um longa-metragem, mas não teve tempo. Na noite de 3 de dezembro de 1994, um incidente descarrilou sua vida. O artista foi preso por fazer sexo em público, ao ar livre, na praça Roosevelt, em São Paulo. Pagou fiança e declarou ter sido agredido pela polícia. Desde então, afastou-se dos holofotes.

Bisso deixa a mãe, um irmão, uma irmã e sete sobrinhos.

Patricio Bisso em São Paulo, em 1984 Eiana Assumpção/Folhapress

'RAINHA DO CENTENÁRIO'

Associação rápida de ideias durante o desfile de maiô: Olívia Palito, Miss Monte de Vênus, irmã mais moça de Jimmy Durante, Senhorita Coxão Mole, Púbis Não Angelical, o dirigível Hindenburg, uma geladeira com pernas

(...)

Parece que tinham convidado Roberto Carlos, o goleiro Leão, a Sonia Braga e eu. Só eu que fui. O resto do júri eles cataram às pressas, e eu fiquei entre uma moça chamada Margarete Risotto —que tinha a cara do próprio— e um cirurgião plástico que não era o Ivo Pitanguy

(...)

O pior é quando lhes perguntam [às misses] o que fariam se aparecesse um ser extraterrestre no quintal de suas casas. Todas falam do susto que levariam, nenhuma pensa no susto que o extraterrestre ia levar

(...)

No meio de uma gritaria infernal anunciam a ganhadora, e todo mundo fica indignado porque parece que ela nem mora em Bebedouro, é de Campinas

Texto que Patricio Bisso escreveu na Ilustrada, em 19 de abril de 1984, sobre o concurso de beleza que elegeria a Rainha do Centenário da cidade de Bebedouro, em São Paulo